

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

ANO XV

Nº 112

p. 281 – 384

outubro/dezembro/83

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Dr. Heitor Regina

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Dr. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ersio Lensi

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Profa. Maria Helena Degani Rocha

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XV — Nº 112

ISSN 0101-4919

OUT./DEZ./1983

ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

Odilon Nogueira de Matos

O corrente ano assinala o cinquentenário de uma das mais importantes instituições universitárias da capital paulista: a Escola de Sociologia e Política. Fundada num dos momentos mais significativos e difíceis da vida de São Paulo, qual aquele que se seguiu à Revolução Constitucionalista de 1932, originou-se a iniciativa do exame a que foram levados elementos do escol paulista, impressionados com o malogro das tentativas de reorganização da vida econômica e política do País. Após terem os seus idealizadores examinado os vários fatores determinantes de funestas e repetidas decepções, chegaram à conclusão de que faltavam ao Brasil instituições que disseminassem os conhecimentos indispensáveis aos elementos interessados em cooperar com os órgãos da administração pública no estudo e solução dos problemas nacionais. Desse exame é que nasceu a idéia de se fundar um centro de estudos e pesquisas, organizado nos moldes de institutos educacionais europeus e americanos, e destinado a proporcionar, através do ensino e da pesquisa, conhecimentos objetivos sobre a origem, funções e necessidades do meio social brasileiro; a preparar e treinar cientistas que desenvolvam as ciências sociais no Brasil e prossigam, em nível cada vez mais alto, o ensino e pesquisa na

própria escola; a preparar técnicos, pesquisadores e especialistas, que emprestem colaboração consciente e eficaz à administração, pública ou particular, e líderes que desempenhem papel de destaque, orientando o povo e a nação, nos reajustamentos que as mudanças sociais da vida moderna impõem à sociedade ocidental.

Pretendia ser, assim, uma escola de “altos estudos”, e esta sua característica fez com que, nos primeiros anos, seus alunos, com raras exceções, fossem todos elementos já formados por outras escolas — médicos, engenheiros, advogados etc. — que, nas aulas noturnas (então uma novidade no ensino paulistano) iam buscar a complementação julgada necessária às suas tarefas. Este caráter de “altos estudos”, a tradicional Escola só o perdeu quando obrigada a adaptar-se aos padrões federais vigentes para os cursos de Ciências Sociais das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, que, às dezenas, começavam a se espalhar pelo País. Nossos órgãos superiores de ensino não têm, até hoje, um modelo para as chamadas escolas de “altos estudos”, tão comuns na Europa e nos Estados Unidos. E como nenhum estabelecimento de ensino pode funcionar “livremente”, isto é, como liberdade de organizar seu próprio currículo sem atender aos mínimos exigidos pelo Ministério da Educação, a outrora Escola “Livre” de Sociologia e Política de São Paulo transformou-se num curso de Ciências Sociais, sempre de muito bom nível, diga-se de passagem, mas sem aquelas características que marcaram os primeiros anos de sua existência.

Todavia, cumpre lembrar, neste ano de seu cinquentenário, que a Escola de Sociologia e Política de São Paulo assinalou a vida cultural paulista e brasileira em geral, com uma série de atitudes pioneiras que muito contribuíram não só para o seu próprio desenvolvimento, como também para o engrandecimento da cultura brasileira. Antecipando de um ano à fundação da própria Universidade de São Paulo, foi ela, portanto, a pioneira no ensino das ciências sociais em nosso País, numa época em que a Sociologia, entre nós, contava apenas com algumas iniciativas avulsas e amadorísticas ou então restritas à área da Educação, na qual pontificavam nomes respeitáveis tais como os de Delgado de Carvalho, Fernando de Azevedo e Carneiro Leão.

O fato de não ter sido, em sua origem, uma escola profissionalizante, fê-la voltar-se mais para a pesquisa que para a formação profissional, o que representou, sem dúvida, uma novidade no meio intelectual paulista da época. Isto, em grande parte, se deveu à contribuição de professores estrangeiros por ela contratados, no que também se antecipou a qualquer outra entidade universitária brasileira, na área das chamadas “ciências humanas”. Com efeito, no mesmo ano de sua fundação, chegavam a São Paulo os sociólogos americanos Davies e Lowrie. Davies pouco

ficou entre nós, mas Lowrie aqui permaneceu por vários anos e foi, pode dizer-se, o mentor das primeiras pesquisas e trabalhos de campo realizados no Brasil na área das ciências sociais. Pouco depois vinham o inglês Radcliff Brown e o americano Donald Pierson, os quais, juntamente com Roger Bastide na Universidade de São Paulo, foram os responsáveis pela verdadeira “escola sociológica paulista”, que desde logo se firmou no panorama cultural do País e até com projeção internacional.

Mas, há, ainda, outro pioneirismo que me apraz registrar: foi a Escola de Sociologia e Política de São Paulo a primeira entidade a criar, em nível superior, uma cadeira de História Econômica do Brasil, regida nos primeiros tempos por Roberto Simonsen (aliás, um dos fundadores da Escola) e que, após o afastamento do ilustre homem público, atraído cada vez mais pela política (faleceu como Senador da República), veio a ser ocupada, com muita honra, pelo autor desta nota.

Os que conhecem o clássico livro de Simonsen, publicado pela primeira vez em 1937, sabem que ele foi preparado precisamente para os cursos da Escola de Sociologia e Política, que teve, assim, seu nome vinculado a uma das grandes obras da historiografia brasileira. Esta cadeira pioneira, que chegou mesmo a ser batizada de “Cadeira Roberto Simonsen”, acabou desaparecendo com as reformas a que a Escola foi obrigada a submeter-se para efeito de enquadramento aos padrões federais. Mas seu pioneirismo não poderá ser omitido quando se fizer uma história do ensino da História em nosso País.

Caberia, ainda, lembrar duas importantes iniciativas da Escola de Sociologia e Política: foi ela a primeira entidade cultural brasileira a editar uma revista especializada na área dos estudos sociais, denominada simplesmente **Sociologia**. Deveu-se a criação desta revista aos professores Emilio Willems (atualmente nos Estados Unidos) e ao saudoso Antenor Romano Barreto, mas foi logo em seu início encampada pela Escola de Sociologia. Revista de repercussão internacional, voltou novamente a circular no ano passado, depois de uma longa interrupção. Outra iniciativa não menos valiosa foi a Escola de Biblioteconomia, a primeira do Brasil, embora não seja uma criação da Escola. Foi ela fundada por iniciativa de Rubens Borba de Moraes quando diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo (a atual Biblioteca Mário de Andrade), sob os auspícios do Departamento de Cultura da Municipalidade, criado ao tempo em que Fábio Prado foi prefeito da Capital e dirigido, nos seus primeiros tempos, por Mário de Andrade. Não tendo condições de manter a Escola de Biblioteconomia como instituição isolada, interessou-se por ela a Escola de Sociologia e Política, que a encampou, constituindo, até hoje, um dos seus mais importantes departamentos. Escola pioneira, que serviu de modelo a inúmeras outras escolas de biblioteconomia espalhadas pelo País, a primeira das quais, se a memória não me falha foi a de Campinas, integrante de nossa Universidade Católica.

Gostaria de recordar alguns dos nomes significativos que passaram pela Escola de Sociologia e Política neste meio século e que formam verdadeira constelação, embora corra o risco desagradável de imperdoáveis omissões: Antônio Carlos Pacheco e Silva (o único sobrevivente do grupo inicial), André Dreyfus, Cyro Berlinck, Roberto Simonsen, Jorge Americano, Roberto Mange, Tácito de Almeida, Antônio Piccarolo, Raul Briquet, Walter Leser, os já citados Horace Davies, Samuel Lowrie, Radcliff-Brown e Donald Pierson, e mais Herbert Baldus, Emílio Willems, Mário Wagner Vieira da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, Murilo Mendes, Olga Pantaleão, Noemy da Silveira Rudolfer, Bruno Rudolfer, Betti Katzentstein, Virgínia Bicudo, Durval Marcondes, Anibal da Silveira, Alexandre Kafka, Kalervo Oberg, Alceu Maynard Araújo, Juarez Brandão Lopes, Hiroshi Saito, Vicente Marota Rangel, Vicente Unzer de Almeida, Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, Alfonso Trujillo Ferrari, A. Delorenzo Netto, Cícero Cristiano de Souza, Nice Lecocq Müller, Reynaldo Carneiro Pessoa, Orestes Gonçalves, Oracy Nogueira... Muitos já falecidos, mas cujos nomes permanecem sempre lembrados pela Escola e pela terra paulista. E, para encerrar, uma referência especial ao Professor Antônio Rubbo Müller, que constitui como quê um traço-de-união entre os fundadores e a Escola de hoje, pois ingressando nela como aluno da primeira turma, nela permanece até hoje, devendo-se-lhe a criação da "Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais", que tão grandes serviços tem prestado à cultura paulista e brasileira em geral, e bastante reconhecida, inclusive no exterior.

Esta publicação, cujo responsável integrou por mais de quinze anos o quadro docente da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, rejubila-se com a tradicional entidade neste ano de seu cinquentenário.

*

O SENTIDO DA HISTÓRIA

Vivaldi Moreira

A História é, efetivamente, minha paixão. Mas, como todas as paixões, deve ser combatida – tal é o conselho dos Evangelhos, de Spinoza e de Pascal. Não me detive nela por medo do passado. O passado é para mim um fantasma, isto é, uma realidade tétrica, uma coisa trágica como um vingativo deus grego. E sinto o perpassar do tempo, escuto a voz das horas, com genuíno terror. O estudioso da História terá de permanecer em regime de cama e mesa com o passado, terá de fazer tábula rasa da existência em termos humanos, para viver em dimensões de séculos, de milênios. E a vida é tão curta. Observe-se como Toynbee trata os milênios com a maior indiferença, como se nossa existência, a existência de cada um de nós, fosse contemporânea do dinossauro e do pterodáctilo... É necessário, porém, ao historiador o tal “ponto de vista de Sirius” para poder observar a estupidez humana, a ambição célebre, e com isenção, fugir de compartilhar da mesquinhez que conduz 99% das ações dos chamados “grandes homens”. O mestre dos historiadores, o soleníssimo Tácito, legou-nos esta profunda lição: “Vespasiano deu-me honras; concedeu-mas também Tito e aumentou-as Domiciano. De acordo, Mas um historiador que se consagra à verdade, deve falar de cada um sem amor e sem ódio”. Somente condicionando nossa visão dos fatos e dos episódios àquele ponto de vista poderemos, como historiadores, contribuir para o aperfeiçoamento da grei humana. Em princípio, todo historiador é um educador. A função pedagógica da História é a única que se pode admitir. História como mestra, pelas lições do passado. Infelizmente, teremos de concluir com o cardeal de Retz, aquele sibilino espírito do século XVII, “que a História só serve para nos ensinar que não aprendemos nada”. Esse pessimismo, congênito a todo historiador de pulso, a começar por Santo Agostinho, é o melhor guia que podemos utilizar. E ainda esta manhã, folheando um belo livro sobre a influência britânica no Brasil, de Alan Manchester, pude vislumbrar, claramente, essa marca de seu privilegiado espírito.

Com efeito, a Inglaterra é um país do século XIX. Seus métodos coloniais falharam, como falha todo o colonialismo que se não baseia na compreensão mútua, no apreço pelo colono, no estudo da verdadeira empatia, de seus **folkways** e **mores**. Concebeu-se, erroneamente, até princípios deste século, que a colônia era um lugar de exploração. Exploração nos três sentidos do vocábulo: exploração científica, exploração de seus recursos naturais e exploração da boa-fé do colono tal como

fez também Portugal, como se sabe através das páginas insuspeitas e magníficas de Oliveira Martins. Temos visto neste século, apesar da bravura e galhardia do povo inglês, que sabe resistir e contemporizar — grandes virtudes de povos — que a velha Albion da imagem retórica e cediça, vem recolhendo as asas e sobrevivendo, unicamente, por aquelas qualidades geradas e nutridas na perseverança de suas elites dirigentes. Somente como obra de cultura compreende-se ainda a sobrevivência do povo inglês como povo líder. A inteligência cultivada através de séculos em suas universidades, consagradas sobretudo à formação dos líderes da nação, deve a Inglaterra o respeito que o mundo ainda mantém por suas instituições e a sabedoria com que seus estadistas vão suprimindo a força da Marinha de Sua Majestade pelos estatutos conferidos a cada nação colonial da Comunidade Britânica. Deve a Inglaterra às suas universidades, ao tipo de educação que ministram, os líderes da estatura de um Churchill, e seu maravilhoso serviço civil, escalonado em cada repartição pública e responsável pela marcha dos negócios do Estado.

O livro de Alan Manchester, “double” de historiador e pedagogo, de mais de quarenta anos, já conceitua claramente essa posição do Império Britânico, ao estudar-lhe o nascimento e declínio de sua influência em nosso País. Encerra proveitosa lição para as nações poderosas. De modo objetivo, sem eiva polêmica, expõe, metodizadamente, as causas do apogeu e declínio da nação inglesa num país semidesenvolvido, cuja economia de fundo primário, retardada pelo colonialismo português de Pombal, até hoje se debate no pauperismo e suas múltiplas conseqüências.

Por dádiva da Providência, a nação americana foi maravilhosamente aquinhoadas na repartição das riquezas da terra. Ali, o carvão e o ferro — demiurgos da civilização ocidental — estão lado a lado. Veio, depois, o petróleo e completou a tríade esplêndida que proporcionou a grandeza material da nação ianque. Entrou o país com decisão — dadas as primorosas qualidades de seu povo em energia, capacidade, dinamismo e generosidade — na vanguarda da revolução industrial. Percorreu com rapidez — como nos ensina Lewis Mumford — as três etapas iniciais da técnica: a era eotécnica, a paleotécnica e a neotécnica, penetrando numa quarta era, cuja sorte pende das mãos de seus estadistas. Desde 1945, os Estados Unidos estão em plena era atômica. Ofereceram ao mundo um elemento desconhecido: o **comfort**. O homem se libertou tanto das tarefas mesquinhas como das grandiosas e se liberta cada vez mais por intermédio dos instrumentos e manufaturas do engenho técnico. Todo

esse mundo mágico, tão prodigioso como a lâmpada de Aladim, está aí à nossa disposição. O mundo pede e espera dos Estados Unidos algo mais que instrumentos e Democracia. Está pedindo liderança na medida dos instrumentos que inventou para facilitar a vida. Estes objetos manufaturados e exportados em grande escala estão agora pedindo alma, pedindo uma parcela de espiritualidade. Os povos que os recebem se dirigem à pátria de Lincoln e de Jefferson, mais do que à pátria de Hamilton. Solicitam compreensão, que é a pedra angular da liderança. A posição do país é singular no concerto histórico. Ele não reclama a liderança nem a conquista pela força em parte alguma. Ela lhe está sendo oferecida sem solicitação ou ameaças, em virtude das qualidades positivas do povo americano. Daí a maior soma de responsabilidades. A **pax romana**, como vimos em Tácito, foi uma paz por esgotamento. O mundo pede agora uma paz criadora, isto é, filha da cultura.

Livros como os de Capistrano, Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Buarque de Holanda dão a chave de nosso coração. De fato, somos os homens cordiais, como já foi afirmado. Em Capistrano de Abreu — aquele urso polar — admiramos o poder de síntese de seu estilo. Dizia Calógeras que em quatro linhas de Capistrano havia duzentas páginas de investigação e análise. Em Oliveira Viana, conhecemo-nos através de um prosador límpido, capaz de resumir nosso passado colonial de forma a dar-lhe imagem perfeita do que fomos. Em Gilberto Freyre, vemos outro retrato de nossa formação, um tanto deformado pelo gosto do estilo singular, original, personalíssimo, mas que não prima pela correção e nem sempre retrata o essencial pelo amor ao pitoresco. São autores capazes de ombrear, pela competência, com o admirável Frederick Jackson Turner, cujo estudo sobre a influência da fronteira na história americana está reclamando ensaio paralelo entre nós. Pátria que produziu críticos de seu passado tão objetivos, lúcidos e imparciais situa-se em nível cultural de nação adulta. Ainda que não gozemos do privilégio das grandes universidades americanas — fruto conjugado do espírito e da potência material do povo — vamos suprindo essa lamentável deficiência através de estafante autodidatismo, que prejudica os melhores talentos. Nosso país está vivendo ainda a fase do **desafio** e não a da **resposta**, como classifica Toynbee a marcha da civilização. Daí, as insurreições espirituais que brotam de vez em quando por aqui, mas que só traduzem vitalidade. O brasileiro está exatamente naquela atitude do estóico grego Cleanto, que orava a Zeus, rogando forças para trilhar, sem desfalecimento, o caminho do Destino, “porque — diz ele — se perdesse a coragem e revoltasse, teria que trilhá-lo do mesmo modo...”

UM PROJETO ALTERNATIVO PARA A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA: A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL-COLÔNIA

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
UNESP — Franca

Assaz oportuna a edição de **Reforma Agrária no Brasil-Colônia**, de Leopoldo Jobim, mais uma significativa contribuição ao estudo do pensamento político no Brasil, analisando, para tanto, algumas manifestações do reformismo iluminista na Colônia, no período de 1770 a 1817, através de quatro projetos escritos por pessoas de camadas sociais diferentes e vivendo em locais distintos: um padre — João Daniel (Amazônia); um advogado — José Arouche de Toledo Rendon (São Paulo); um servidor público — Luís dos Santos Vilhena (Bahia) e um estancieiro — José Antônio Gonçalves Chaves (Rio Grande do Sul).

Procura demonstrar a problemática do agravamento da tensão social, decorrente das transformações econômico-políticas inerentes ao processo das relações capitalistas, e a maneira pela qual tais homens, que poderiam ser chamados de brasileiros, pensavam a sua realidade.

Com bom respaldo teórico-metodológico analisou as contradições existentes entre esses pensadores que, ora assumiam a proposta do mercantilismo-colonialista (caso, por exemplo, de Santos Vilhena), ora, a do liberalismo (caso de Gonçalves Chaves), deixando claro, todavia, que, em todos, havia o reconhecimento de que a Independência do Brasil teria feito desaparecer a oportunidade de pôr em prática uma proposta revolucionária.

Reforçando a teoria do Prof. Galloway, o autor (p. 29) distingue no reformismo agrário, dois momentos: o das reformas, que afetaram a propriedade da terra (de caráter social), e aquela que pretende melhorar a produtividade da terra através de novas técnicas e produtos.

E ainda nesta mesma ótica de Galloway, é que Jobim analisa os quatro projetos mencionados: o de Vilhena, defendendo o colonialismo e o mercantilismo, propondo uma arrojada reforma agrária; o de Gonçalves Chaves, adepto do liberalismo, pregando uma reforma da propriedade fundiária, embora acreditando ser viável a existência de um Reino Unido entre Portugal e Brasil; Rendon, crendo que caberia à Coroa conduzir o processo de redistribuição da terra, enquanto que o do Padre João Daniel, ferrenho inimigo de Pombal, continha, tanto quanto este, uma grande esperança no potencial da Amazônia, propondo mesmo um projeto de transformar a região em colônia de povoamento.

Convém frisarmos que estavam esses homens preocupados não apenas em resolver o problema da terra, mas também com os problemas técnicos de produtividade, o que bem nos demonstra o fato de além de terem elaborado seus projetos de reforma agrária, legarem-nos, de igual modo, memórias sobre técnicas de plantio ou inventos mecânicos para a agricultura, notando-se que a abordagem feita por todos eles, no que tange a um dos graves problemas enfrentados, estava relacionado ao da mentalidade dos plantadores brasileiros, contrária a qualquer mudança.

Em suma, temos neste estudo uma oportunidade para analisarmos as denúncias, os erros e os abusos do colonialismo, ao lado de como aquela geração sentia a possibilidade de “mudança” num ritmo “evolutivo”.

*

CEM ANOS DE OLIVEIRA VIANA

Austregésilo de Athayde

Transcorreu a 20 de junho o centenário de nascimento do sociólogo Oliveira Viana, um dos pontos altos da cultura brasileira como intérprete da nossa evolução social e política, sucessor, na Academia Brasileira de Letras, do seu conterrâneo, o poeta magno Alberto de Oliveira, ambos fluminenses, nascidos da mesma região de gloriosas tradições. Coube-me a cadeira nº 8, fundada sob o patrocínio de Cláudio Manuel da Costa, por Alberto a quem Oliveira Viana sucedeu com o mesmo lustre, e ora ocupo, cheio por eles, de natural envaidecimento. A obra do sociólogo tem crescido na apreciação da sua posteridade, pelo valor de sua contribuição, num plano pouco praticado pela inteligência brasileira, o que faz crescer o seu valor inestimável.

Os meus contatos com Oliveira Viana foram raros e creio que as minhas entranhadas e irredutíveis convicções liberais, a diversa maneira de encararmos a organização da polis, nos colocaram por vezes em posição antagônica, embora concluíssem as nossas aspirações para o mesmo objetivo, o da felicidade e engrandecimento da pátria comum. Traduzindo em termos de Segundo Império, direi que Oliveira Viana foi em toda a sua vida um **Squarema**, conservador do tipo "die-hard", duro cerne de "tory", filho de fazendeiros da escola de Itaboraí, identificado até a medula com o esplendor imperial dos trinta anos que se seguiram à Maioridade. Enquanto eu sou um **Luzia**, ligado pelo sangue Feitosa à Revolução Praieira, signatário do Manifesto de 70, abolicionista sem dúvida, membro do Clube Republicano, inimigo do trono e dos privilégios da realeza.

Quando Oliveira Viana nasceu, na fazenda do Rio Seco, em 1883, a sua província já entrara em decadência econômica. O café buscava as terras roxas de São Paulo e a cana-de-açúcar era o pábulo dos velhos engenhos, longe da modernização técnica das usinas de agora. Os pais educaram-no na severidade antiga, como era de uso na família rural fluminense. O austero sociólogo formou-se nesse ambiente com um toque de intransigência que não admitia as perspectivas mais amplas do liberalismo. Logo em artigos de jornal mostrou as inclinações confirmadas com tanto brilho e êxito em **Populações Meridionais do Brasil** e, mais tarde, em **O Ocaso do Império**. Nacionalista de estilo intolerante, não deixava de ver o Brasil em suas fragilidades. Nos **Pequenos Estudos de Psicologia Social**, o mestre repisa os motivos centrais de sua tese nacionalista, a de que nos perdemos em excesso de xenofilia, no vezo de imitadores dos costumes de

Convém frisarmos que estavam esses homens preocupados não apenas em resolver o problema da terra, mas também com os problemas técnicos de produtividade, o que bem nos demonstra o fato de além de terem elaborado seus projetos de reforma agrária, legarem-nos, de igual modo, memórias sobre técnicas de plantio ou inventos mecânicos para a agricultura, notando-se que a abordagem feita por todos eles, no que tange a um dos graves problemas enfrentados, estava relacionado ao da mentalidade dos plantadores brasileiros, contrária a qualquer mudança.

Em suma, temos neste estudo uma oportunidade para analisarmos as denúncias, os erros e os abusos do colonialismo, ao lado de como aquela geração sentia a possibilidade de “mudança” num ritmo “evolutivo”.

*

OS MAGNATAS DO TRÁFICO NEGREIRO

Paulo da Silveira Santos

A escravidão no Brasil tem sido tema de uma infinidade de livros, pelo que o assunto parecia esgotado, nada mais de novo se podendo apresentar. Entretanto, surgiu recentemente um livro magnífico, **Os Magnatas do Tráfico Negro**, do historiador José Gonçalves Salvador, (São Paulo, Pioneira/Edusp). Trata-se de uma obra admirável, que nos apresenta uma porção de dados novos e interessantes, resultado de acuradas pesquisas realizadas em arquivos do Brasil e de Portugal. Historiador honesto, autor de diversos livros focalizando o passado colonial brasileiro, sobretudo nos séculos XVI e XVII, publicou ele três importantes obras, uma das quais mereceu o Grande Prêmio de História, do Instituto Nacional do Livro.

Como se sabe, o tráfico de negros escravos para as Américas começou com o início da colonização e, nesse comércio nefando, por ser dos mais rendosos, tomaram parte diversas nações da Europa, entre as quais, porém, a que em mais larga escala o exerceu foi Portugal, conforme ensina João Ribeiro em sua **História do Brasil** (3ª ed., pág. 247). É que Portugal, logo após a descoberta do Brasil, viu-se a braços com as dificuldades para administrar a nova colônia. E então, conforme observa Oliveira Martins, a África e o Brasil eram dois continentes que formavam um sistema e se completavam, mas tiveram fortuna diversa: porquanto, se na América faltavam braços, na América sobravam negros. De modo que, se daí provinha o incremento de uma, provinha também a condenação da outra... (O. Martins, **O Brasil e as colônias portuguesas**, 4ª edição, 1904.)

Na recente monografia de José Gonçalves Salvador todos os aspectos e as diferentes facetas do problema são minuciosamente examinados e documentados. Assim, logo no capítulo segundo — “Os detentores do monopólio escravista” — a questão é explanada de modo a não deixar a menor dúvida ou contestação. O mesmo se dirá dos demais capítulos, todos eles de importância igualmente fundamental para a perfeita compreensão do delicado assunto e nos quais são focalizados os seguintes temas: as raízes do monopólio escravista, a dinamização dos contratos escravistas, o tráfico negro, da senzala aos mercados do Brasil, a questão dos

transportes, o suprimento de escravos para a América espanhola, o jogo de perde-ganha etc.

Seguem-se as fontes e a bibliografia e, no final, um índice onomástico que facilita a consulta. A valiosíssima documentação compulsada pelo autor permitiu-lhe oferecer aos estudiosos novas luzes e novas facetas acerca do tema. E nos mostra que o escravismo constituiu-se fator de suma importância para a economia ibero-americana, ao mesmo tempo que em negócio fabuloso para os magnatas do tráfico. É curioso notar que entre esses magnatas se encontram, não apenas os hebreus (fato pouco conhecido) mas também a Igreja, ou melhor, o clero. No Brasil, a Igreja se manifestou abertamente contra a captura e escravidão dos brasilíndios, porém tolerava a escravidão negra como mal necessário.

(Do **Diário Popular**, São Paulo, 15-5-1983)

*

ANARQUISTAS E LITERATOS

Paulo Franchetti

Um historiador do anarquismo russo, Paul Avrich, atribui a falta de estudos sobre os movimentos ácratas à tendência dos historiadores a ver a história pela perspectiva dos vencedores. Seja qual for o motivo, a verdade é que só de alguns anos para cá se vem desenterrando pouco a pouco os ideais e as contradições, a história da cultura anarquista no Brasil. Um livro recentemente publicado, **Nem Pátria, nem Patrão!** (São Paulo, Brasiliense, 1983), vem confirmar outra formulação de Avrich, mostrando que não só o êxito político não é a única medida do valor de um movimento, mas também que é possível uma história simpática dos vencidos sem perda de rigor e sem prejuízo da profundidade de análise.

À primeira vista, a impressão que se tem do livro de Francisco Foot Hardman é a de que se trata de um ensaio um tanto descosido. De fato, o fio da história se perde nos excursos sobre o anarquismo internacional ou na análise e comentário de cartazes, fotografias e obras literárias. Uma leitura atenta, porém, permite reconhecer na ordenação do texto o esforço do pensamento em perseguir a todo custo as contradições de um momento histórico. Se não fosse tão usada para não dizer coisa alguma, a palavra dialética seria a mais adequada para definir o método da exposição e do pensamento de Hardman que, como ele mesmo diz na introdução, recusa o discurso histórico tradicional, a "narrativa objetivista e impessoal, linear e cumulativa, que parece ser completa e onisciente em relação aos fatos passados".

Assim, o livro como que retorna várias vezes ao mesmo problema, aprofundando-o ou apresentando outra determinação histórica desvelada pelo último passo da análise. Não retilíneo, mas, por assim dizer, espiralado, esse tipo de discurso às vezes perde em clareza o que ganha em densidade e não é muito fácil de resumir. Mas, mesmo correndo o risco de empobrecer demais o texto de Hardman, vou tentar definir os principais problemas que se discutem ao longo do livro, porque só assim poderei chegar ao ponto que me interessa mais diretamente, que é a contribuição do autor ao estudo da literatura brasileira.

Entre a festa e o festival

Em relação à história propriamente dita da cultura anarquista no Brasil, o trabalho de Hardman se centra na análise da transição da

“festa de propaganda” para o “festival proletário”. Embora declare não ter simpatias pelas análises formais em antropologia e teoria literária, essa parte de seu trabalho se deixa reduzir facilmente a um gráfico em que a transição do modelo “festa” ao modelo “festival” é definida em função de algumas oposições como propaganda/lazer; maior definição/menor definição da “classe” no discurso das lideranças anarquistas; presença “conceitual” da classe/presença física da classe; afastamento/aproximação em relação à indústria cultural. Elaborado tal gráfico, no entanto, perder-se-ia o melhor da análise, porque a principal preocupação de Hardman é justamente mostrar as contradições dessas variáveis. Assim, se por um lado, no discurso anarquista sobre a festa de propaganda (baseada fundamentalmente na apresentação de conferências e de peças teatrais militantes), a definição de classe é mais precisa do que no discurso sobre os grandes festivais proletários (grande festa pública com jogos, fogos, etc.); por outro lado, a classe operária (pelo menos fisicamente), está mais presente no festival do que na festa de propaganda.

Essa descrição dos modelos de reunião operária permite a Hardman identificar o problema central de seu trabalho: as tensões e contradições entre o discurso das lideranças anarquistas e a cultura dominante, e entre o discurso das lideranças e o da classe.

A recusa da cultura dominante

Hardman mostra com muita clareza como a oposição entre as lideranças e a cultura dominante se faz através de um movimento contraditório de separação e assimilação. A separação, a recusa da cultura dominante é o dado mais facilmente detectado no discurso anarquista. Sua assimilação, segundo Hardman, se faz não só na busca de “respeitabilidade” presente nos discursos anarquistas, mas também porque — e aqui o autor segue de perto as idéias de Trosky em **Literatura e Revolução** — a cultura hegemônica é a única que as classes subordinadas conhecem e reconhecem como cultura. Ainda quanto à assimilação das formas dominantes, é notável, por exemplo, que as obras libertárias de inspiração anarquista se valham do mesmo soneto e mesma retórica grandiloquente que faziam as delícias da burguesia e da classe média na virada do século.

Quanto às tensões entre a liderança e a classe, Hardman mostra a oposição entre o gosto popular pelos dramalhões maniqueístas e a condenação deles pelo discurso anarquista. O aprofundamento dessa questão, porém, parece impossível, já que o discurso da classe é inacessível ao pesquisador, a não ser fragmentariamente, por meio da leitura de cartazes, cartas, fotos e filmes. O que importa para Hardman não é, porém, reconstruir ou construir o modelo de uma “cultura operária” pura, coisa que nunca existiu, já que aceita em grande parte as idéias do autor de **Litera-**

tura e Revolução, mas acompanhar a incorporação das festas organizadas pelas lideranças operárias pela indústria, e a submersão daquilo que se chama de “cultura operária” a emergente indústria cultural. O texto consegue, assim, sem cair nunca na lamentação pelo paraíso perdido, detectar que o festival proletário ao mesmo tempo que “tornava as atividades culturais mais susceptíveis às técnicas e artefatos de uma embrionária indústria cultural retomava, por outro lado, no seu aspecto lúdico e multiforme de espetáculo, uma tradição popular anterior à era industrial, vinculada à trajetória do carnaval e do circo” (p. 79).

Coerente com a idéia de que é possível detectar traços do discurso de classe operária, o último capítulo se chama “Sinais do vulcão extinto”. Aqui Hardman vai dizer que a cultura se forja nos movimentos e nas lutas das classes e que, dessa forma, a presença cultural da classe operária se define a nível de contradição ao processo cultural da totalidade social. É desse modo que, complementarmente à idéia anteriormente exposta de que não há “cultura operária” pura, Hardman vai afirmar a inexistência da “cultura burguesa” pura: já que a produção cultural numa sociedade de classes traz as marcas de suas contradições, na cultura dominante se podem localizar as marcas da presença, organização e crescimento da classe trabalhadora. E é assim que ele vai procurar entender o “signo de transição” sob o qual se localizaria a literatura do “Pré-Modernismo”, como marca da presença sócio-cultural da classe operária, como se verá a seguir.

O Pré-Modernismo e o cosmopolitismo modernista

Do ponto de vista do estudo da literatura, esse é o ponto mais importante do livro, pois o que se vai propor aí não é apenas a leitura de umas tantas obras libertárias de autores mais ou menos identificados com as idéias anarquistas, mas sim a leitura de todo um período da história literária brasileira.

Passando em rápida revista alguns estudos sobre a literatura brasileira de 1890 a 1920, Hardman, observando que o período é costumadamente descrito como “Pré-Modernismo”, “fase de transição”, “preparação para o Modernismo”, identifica nesse “Pré-Modernismo” uma fissura na cultura dominante produzida pelo processo de formação do proletariado industrial, em que se destacam a imigração massiva, o internacionalismo, as alterações no modo de vida e na linguagem.

Acreditando que o descompasso na explicação do caráter transitório do “Pré-Modernismo”, bem como do caráter agudamente instável e desequilibrado dos discursos produzidos nessa fase, tem influências mais profundas na historiografia literária, Hardman faz a crítica à tendência de determinar exteriormente o cosmopolitismo modernista, tendência essa

que no limite “colocaria as viagens de Oswald de Andrade à Europa como mais decisivas do que as contradições internas da sociedade brasileira”. A proposta de Hardman é descobrir as determinações desse cosmopolitismo “a partir do novo já inscrito como aspecto imanente, determinante da vida material e de suas representações na produção cultural do Brasil da época”.

Como ele mesmo reconhece, esses problemas são muito complexos para que se pretenda resolvê-los nas páginas finais de um ensaio de análise política. A vantagem de Hardman é que ele não tenta resolver problemas, mas apresentá-los de um modo novo e bastante coerente, indicando um caminho bastante rico e provavelmente muito proveitoso para os estudos sobre a literatura brasileira imediatamente anterior ou posterior a 22.

A questão da “literatura dominante”

Se o resumo acima foi razoável, o leitor concordará comigo, depois que eu lhe disser que o texto é escrito numa linguagem fluente e sem pedantismos universitários, que não há mais o que exigir do livro de Hardman. É portanto apenas como contribuição ao trabalho do autor que apresento agora algumas observações ou ressalvas às suas reflexões sobre literatura.

A primeira diz respeito ao conceito empregado por Hardman de “literatura dominante”. O conceito aparece quando o autor propõe “desvendar, por exemplo, a maneira pela qual a literatura dominante — através de diversas mediações — acaba, enfim, por integrar valores, temas e formas de linguagem significativos da atuação real das forças subalternas na vida e nas representações de determinada sociedade” (p. 112).

No parágrafo seguinte ao citado, lê-se que “no Brasil, a historiografia literária sempre teve dificuldade em definir uma escola ou tendência dominante entre o final do século XIX e o advento do Modernismo, em 22”, e logo depois que no “Pré-Modernismo”, o “signo de transição indica uma situação cultural efervescente, em que a definição acabada de tendências ou escolas — apesar das teias dominantes enredadas pelo parnasianismo (...) — torna-se impossível” (p. 113).

Não é difícil ver que essas três fases em que surge a idéia de **dominação literária** mostram certa confusão. No primeiro caso, a denominação “literatura dominante” pareceria nomear, dado o emprego de termos como “classe dominante” e “cultura dominante”, uma literatura produzida por e/ou para a classe dominante. Nesse caso, é problemático que se possa colocar Lima Barreto e Curvelo de Mendonça como autores da literatura “dominante”, embora também não seja fácil considerá-los representantes de uma cultura “dominada”. E quando se reconhece “a plena configuração da literatura de cunho anarquista nos cânones da época” e se

chama a atenção para o gosto popular artisticamente conservador, fica ainda mais difícil estabelecer a dicotomia literatura dominante/dominada e tentar analisar o “Pré-Modernismo” como o lugar onde mais se marca a presença sócio-cultural da classe operária através dessa contradição.

Os outros dois empregos do conceito de dominação literária só ajudam a mostrar a sua complexidade e dificuldade de precisão, pois o que exatamente se pretende dizer com a afirmação de que é impossível determinar a “escola ou tendência dominante” na época das “teias dominantes” do parnasianismo ?

Só posso compreender a idéia de “literatura dominante” tal qual ela é empregada por Hardman se pensar que, pela primeira vez em todo o livro, o crítico incisivo e analista minucioso abre a guarda e se deixa atingir pelo fascínio da versão dominante da história, se deixa levar, apesar de todas as precauções, pelo prestígio da historiografia literária e acaba confundindo, vez por outra, juízo atual de valor com situação histórica.

Preconceitos da historiografia e o gosto

Hardman sabe que a história não se conta a si mesma e várias vezes mostra isso, como, por exemplo, quando aponta o “esquecimento” burguês da literatura libertária. No entanto, quando trata do Pré-Modernismo, não só aceita essa denominação, que embora já quase oficial é duvidosa e tendenciosa, mas também não questiona muito o caráter transitório, de fase de “preparação” para os Modernismos etc. Ora, manter o mesmo nível de rigor dos primeiros capítulos de seu livro, Hardman deveria aqui ter pelo menos discutido a possibilidade de grande parte daquilo que se identifica como indefinição, contradição, instabilidade do Pré-Modernismo ser também produto dos preconceitos e juízos de valor de uma historiografia informada pelo Modernismo, que vê toda a literatura brasileira subsumida nos ideais de 22.

Por outro lado, parece claro no texto de Hardman que a partir de 22 a literatura modernista é a dominante. Aqui a complicação não é menor, porque se pode argumentar que, do ponto de vista do consumo e da divulgação, não era a literatura modernista a que, nos anos que se seguiram à Semana, dominava a vida literária nacional, nem era ela o padrão do gosto dominante. É claro que se pode dizer que ela é a única que conta, a mais importante, a que deixava adivinhar o futuro, a que representava a nossa independência literária etc. Nesse caso, porém, a dominação, qualquer que seja o sentido da palavra, já não é histórica, é historiográfica.

Ainda a respeito da conceituação do Pré-Modernismo, para se perceber a fragilidade da historiografia do período e a projeção de suas

fraquezas e imprecisões sobre o objeto de estudo, vale a pena observar que um dos poucos historiadores que nos últimos tempos dedicaram maior atenção ao período em questão e que, por isso mesmo, é citado por Hardman como exceção, Wilson Martins, escrevia em 1958: “Os anos 1900/1922 marcam, pois, na literatura brasileira, um compasso de espera”, citando apenas uma nota solitária nesse longo compasso, Euclides da Cunha. É claro que depois da publicação de livros como o de Hardman, a historiografia literária sairá de seu compasso de espera e, com ela o seu objeto.

Também a formulação mais audaciosa de Hardman, a de que não só a “transitoriedade” do Pré-Modernismo mas também o cosmopolitismo modernista podem ser determinados pelo **novo já inscrito** na vida brasileira, oferece outro problema. É verdade que, de modo geral, é precisa sua afirmação de que a questão fundamental, quando se trata de “importação” do vanguardismo modernista, é saber o que, na formação social brasileira, tornou possível (ou necessária) a “importação”. Quando, porém, a “transitoriedade pré-modernista” é colocada em função da força da presença concreta das massas trabalhadoras e o Modernismo, como, por assim dizer, a atualização do que existia em germe no pré” (p. 113), os problemas começam a surgir. Não se trata de questões que comprometam, nem de longe, o trabalho de Hardman, mas de aspectos que merecem mais atenção.

O público e a indústria editorial

Assim é que o pré-modernismo de um Lobato se pode explicar também em função de um público recém-descoberto ou recém-criado pela sua própria atividade editorial. O curioso é que esse público não é a classe a que Hardman se refere, mas o público interiorano, tão “tradicional” quanto o dos parnasianos.

Também é digno de nota que se tenha desenvolvido, ao mesmo tempo em que a literatura libertária comentada pelo autor, toda uma literatura em torno da pessoa ou da editora de Lobato (Godofredo Rangel, Hilário Tácito, Leo Vaz, David Antunes), literatura que se destinava a esse novo público que começava a consumir livros mais regularmente. Essas afirmações que acabo de alinhar têm um só objetivo: o de sugerir que, além das apontadas por Hardman, há outras determinações importantes que se devem levar em conta ao se tentar a crítica da literatura desse começo de século inconvenientemente tachado de “pré-modernista”, e uma delas é a de que é a época em que o livro se torna mercadoria vendável

e lucrativa e o público começa a se anonimizar, não só pelo crescimento dos trabalhadores nas cidades mas também pela maior penetração do livro no interior do País.

E aqui termina o que eu tinha a dizer sobre essa instigante análise da cultura anarquista no Brasil. Antes, porém, de encerrar este artigo que já ultrapassou a medida do razoável, devo fazer uma menção ao descontraído apêndice autobiográfico que se encontra no final da obra, porque não é comum encontrar um objeto-livro de estudo (principalmente se originário de uma dissertação de mestrado) em que se instaure assim tão decididamente o espaço da personalidade do autor, suas paixões, amizades e motivações para escrever a história.

(De **Domingo Cultura**, supl. do "Correio Popular", Campinas, 29-5-1983.)

*

DO AGNOSTICISMO AO CATOLICISMO MILITANTE

Antônio Carlos Vilaça

Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) nasceu na Rua Cosme Velho nº 2, no Rio, a 11 de dezembro de 1893, filho de um industrial, Manuel Amoroso Lima, dono da fábrica de tecidos **Cometa**, e de dona Camila Peixoto da Silva Amoroso Lima, portuguesa, vinda do Porto aos cinco anos.

A casa em que nasceu, ele a evocaria no seu mais belo artigo, outubro de 1940, **Intermezzo da Casa Azul**, em "O Jornal", quando soube por um sueto delicado de Majoy, no "Correio da Manhã", que a demoliam. Nela, morou de 1893 a 1900. Mudou-se depois para a casa ao lado, em que viveu a adolescência. Machado de Assis residia umas casas adiante e, ao passar pelo gradil, brincava de pagar bonde com Alceu e suas irmãs. Usava para isso as folhas de ficus... O menino Ceceu foi ao enterro de Machado, em 30 de setembro de 1908.

Para o batizado de Alceu, a 27 de janeiro de 1894, na matriz da Glória, Machado fez umas quadrinhas, para que Abigail, a irmã de Alceu, as recitasse. E as enviou ao padrinho, que era muito seu amigo: "Marinhas, aí vão cinco quadrinhas, para que a flor das sobrinhas recite. Adeus. Sé feliz. O teu Machado de Assis". O padrinho era Antônio Martins Marinhas, que também era amigo de Rui Barbosa, a quem arranjou dinheiro para que comprasse a casa de São Clemente, como está no discurso de resposta a César Zama, no Senado, em outubro de 1896. Rui e Afonso Arinos freqüentavam a casa do Cosme Velho. Nos joelhos de Afonso Arinos, Alceu ouviu as primeiras histórias do sertão. Aos seis anos, foi à Europa com a família. Viu Paris e Londres. Na volta, foram a Araguari, que era a porta do sertão. E visitaram D. Veridiana Prado, em São Paulo, que perdera pouco antes Eduardo Prado.

Estudou no Colégio Pedro II, então Ginásio Nacional, de 1903 a 1908. Foi aluno medíocre. Não gostava do colégio. Considerou o ensino bolorento, rotineiro. Aprendera as primeiras letras em casa, com o grande pedagogo João Kopke, um precursor da escola nova. Foi aluno de literatura de Coelho Neto, em 1908. O seu professor de português foi Fausto Barreto.

Aprendeu música com o maestro Alberto Nepomuceno, que lhe ensinou um pouco de piano. Aos quatorze anos, leu Shakespeare. Em 1909, voltou à Europa, com a família. Foi até Berlim e Viena. E voltaria em 1912 e em 1913.

Entrou para a Faculdade de Direito da Praça Quinze em 1909. Foi ali colega e amigo de Ronald de Carvalho. Formou-se em 1913, mas nem esperou a festa de formatura. Partiu antes para a Europa. Colou grau no gabinete do diretor, o conde Afonso Celso. Foram seus mestres Afonso Celso, Souza Bandeira, Inglês de Souza, Sílvio Romero, Rodrigo Otávio.

O paraninfo da turma seria Sílvio Romero, que morreu em junho de 1914 e era um professor muito querido e popular. O orador chamava-se Leônidas de Rezende. De todos os seus professores, o que mais impressionou o jovem Alceu foi Sílvio Romero, pelo caráter espontâneo da sua pedagogia. Sabia integrar o direito na cultura, na sociologia, na filosofia. Falava de uma cultura brasileira.

Em Paris, 1913, Alceu ligou-se muito a Graça Aranha, de cujo filho, Temístocles, era amigo. Graça o aconselhou a voltar para o Rio, fundar um Clube Goethe e renovar a literatura, que era entre nós apenas repetição, marasmo.

Seguiu em Paris o curso de Bergson, no Collège de France, que dava então a teoria da alma em Spinoza. E morou no Hotel Magestic, que seria o quartel-general da Gestapo, em 1940, e o cenário das negociações de paz com o Vietnã. Lá, morava o general Diaz, ex-presidente do México, com quem Alceu conversou.

Seus companheiros de mocidade foram Rodrigo Otávio Filho, Henrique de Toledo Dodsworth, Gustavo Silva Ramos, Paulo Inglês de Souza, Ronald de Carvalho, Temístocles Graça Aranha, Eduardo Álvares de Azevedo Macedo, Eddy...

Alceu foi um grande nadador e um grande jogador de tênis. Fez a nado o percurso Urca até Botafogo. Os veraneios da alta burguesia eram em Petrópolis. Lá, conheceu uma jovem de dezessete anos, Maria Teresa de Faria, irmã de Otávio de Faria, com quem se casou a 27 de agosto de 1918, aos vinte cinco anos quase. O casamento foi em Petrópolis. Ceceu trabalhava no escritório de advocacia do acadêmico Souza Bandeira, onde estagiou por cinco anos, e foi depois para o Itamarati, como adido. Trabalhou primeiro no arquivo e em seguida no gabinete do ministro Nilo Peçanha. Deixou o Itamarati para casar-se. Foi trabalhar com o pai, na fábrica de tecidos Cometa, de que se tornou presidente em 1923, com a morte do pai.

Com D. Maria Teresa, teve sete filhos, entre 1919 e 1938: Maria Helena, que se casaria com o médico Néelson Senise; Sílvia, casada

com o engenheiro e empresário campineiro Afrânio Afonso Ferreira; Lia, que se tornou monja beneditina em São Paulo e recebeu o nome de Irmã Maria Teresa; Jorge, engenheiro, residente em Campinas; Alceu, engenheiro, residente na Bahia; Paulo, professor de inglês; Luís, que Alceu considerava uma vocação artística informulada.

De 1923 a 1939, dirigiu a fábrica **Cometa**. Vendeu-a no limiar da II Guerra, quando sua mãe morreu.

Em 1919, iniciou a crítica literária, aos vinte cinco anos. Seu primeiro artigo saiu no primeiro número de "O Jornal", domingo 17 de junho de 1919, "Bibliografia", assinado Tristão de Athayde. Por que Tristão de Athayde ?

Porque não desejava confundir a atividade literária com a atividade de industrial. Queria separá-las. E assinara pouco antes um soneto como Vasco de Athayde. Temeroso de que o poeta compromettesse o crítico, trocou o Vasco por Tristão. Talvez uma reminiscência wagneriana... Pois Wagner foi sempre o seu músico preferido... Depois, descobriria que Tristão de Athayde existira realmente. Foi um pirata muito turbulento e aparece nas *Décadas*, de João de Barros.

"Criaram-se os programas para o prazer de os mal cumprir", assim começava o primeiro artigo, escrito em Petrópolis. Trocou o nome de "Bibliografia" por "Vida Literária". E manteve a colaboração semanal até 1946, com o intervalo posterior à sua conversão, quando deixou a crítica literária por um tempo. Lançou então Agripino Grieco.

De junho de 1947 a julho de 1966, manteve no "Diário de Notícias" a coluna "Letras e Problemas Universais", aos domingos. E, desde abril de 1958, colaborou no "Jornal do Brasil". Teve também uma coluna mensal em "La Prensa", de Buenos Aires.

No primeiro artigo crítico, aparecia a frase latina "Nulla dies sine linea", a que foi inteiramente fiel. O seu segundo artigo crítico foi sobre Lima Barreto, o romance **Gonzaga de Sá**. Logo depois criticava o **Carnaval**, de Manuel Bandeira.

Já publicara artigos esparsos, como no "Jornal do Comércio", sobre Afonso Arinos, quando da morte do grande regionalista, em 1916. E um artigo **Pelo Passado Nacional**, na "Revista do Brasil", setembro de 1916, sobre as cidades históricas de Minas, que visitara em companhia de seu amigo Rodrigo Melo Franco de Andrade. Na "Revista do Brasil", publicou também um artigo em 1917 sobre Souza Bandeira, que acabara de morrer. Esses artigos eram assinados Amoroso Lima, antes do nascimento do pseudônimo de Tristão de Athayde. A partir de 1919, sagrou-se como o primeiro de nossos críticos vivos.

Não tinha espírito de *coterie*. Era capaz de elogiar um adversário e criticar severamente um amigo, como no caso de Graça Aranha com sua *Viagem Maravilhosa*, de que não gostou. Era uma crítica imparcial, serena, culta, mais temática. Assistemática. Porque o novo crítico era um antiprogramático. Um amador. E essa vocação amadorística, ele a quis conservar pela vida afora.

Sempre defendeu o caráter amadorístico da sua atividade crítica. Jamais foi um profissional do que quer que fosse. Amava o amadorismo. Foi um industrial amador. Foi um crítico amador. Foi um professor universitário de literatura brasileira amador. Repelia e até detestava a profissionalização. Teve pelo menos cinco paixões: a Igreja de Roma, dona Maria Teresa, com quem viveu durante 63 anos, a leitura, a laranja e as rosas.

Em 1928 houve o fato decisivo na vida de Alceu Amoroso Lima: a sua conversão ao catolicismo. Apresentado a Jackson de Figueiredo por Afrânio Peixoto, que era marido de sua cunhada D. Chiquita, manteve uma assídua correspondência com Jackson entre 1924 e 1928. Começara pela discussão das relações entre liberdade e autoridade. E foram passando para o debate do problema religioso.

A 15 de agosto de 1928, Alceu se converte. Recebe a Eucaristia das mãos do padre Leonel Franca, na igreja de Santo Inácio. Jackson e Leonel Franca proximamente e Maritain, Chesterton e Fulton Sheen remotamente, foram as influências mais profundas, no longo processo da sua conversão religiosa do agnosticismo céptico para o catolicismo militante.

De Maritain, lera sobretudo *Les Trois Réformateurs* e *Primauté du Spirituel*. De Fulton Sheen, *God and Intelligence*, a tese de metafísica por Louvain, prefaciada por Chesterton, em 1925. Lera de Bernanos *Sous le Soleil de Satan*, o romance patético de 1926, contra Anatole France. Alceu fora marcado por três grandes cépticos, três mestres do estilo literário — Anatole, Eça e Machado. Os ídolos da sua mocidade estudiosa. A que se seguiu Marcel Proust, ao lado de Mallarmé. Debussy foi também uma das paixões da juventude intensamente estética de Alceu. Mas os dois grandes estilos que o marcaram foram Anatole e Proust.

A conversão ao catolicismo em 1928 mudou-lhe a vida. Jackson morreu em 4 de dezembro de 1928, aos 37 anos, numa pescaria. Alceu tornou-se o sucessor de Jackson, na liderança do movimento intelectual católico, isto é, o Centro Dom Vital e a revista de cultura *A Ordem*. Ambos fundados por Jackson no início da década de 20.

Em 1929, aparece a carta de Alceu a Sérgio Buarque de Holanda, o famoso “Adeus à Disponibilidade”, que era a superação do agnos-

ticismo e do cepticismo anatoliano pela adesão ao cristianismo integral. Em carta a Otávio Tarquínio de Sousa, da mesma época, publicada como posfácio à tradução do **Rubaiá**, Alceu expunha as razões da sua conversão. Era o adeus à evanescência.

Herdeiro e continuador de Jackson, esteve na presidência do Centro Dom Vital e da revista **A Ordem** por 40 anos, até 1968. Foi o grande líder da renovação católica no Brasil. Três movimentos lhe mereceram a dedicação entusiasmada: o movimento litúrgico, a renovação tomista, a Ação Católica. Oração, inteligência, ação. Foi o presidente da Ação Católica Brasileira de 1935 a 1945, isto é, desde a fundação pelo cardeal Leme.

Foi o primeiro secretário-geral da LEC, em 1933, de que era presidente Pandiá Calógeras, convertido ao catolicismo pelo padre Madureira. Durante a década de 30, Alceu Amoroso Lima foi o líder social do catolicismo no Brasil, o responsável pelo **renouveau** católico. A identidade profunda entre ele e o cardeal Leme facilitava maravilhosamente a colaboração cotidiana entre eles.

Foi o assessor intelectual, o **ghost writer** do cardeal Leme, que era o líder exclusivo da Igreja no Brasil. Encontravam-se diariamente no Palácio São Joaquim. O livro de Alceu, **O Cardeal Leme**, de 1943, logo depois da morte do cardeal, a 17 de junho de 1942, dá bem idéia do que foi no destino de Alceu um homem como o paulista dom Sebastião Leme da Silveira Cintra.

Alceu desejava que viesse para a Sé do Rio o mineiro de Araxá e arcebispo de São Paulo, D. José Gaspar de Afonseca e Silva, tão identificado à Ação Católica. Mas Roma nomeou D. Jaime de Barros Câmara, catarinense, arcebispo de Belém do Pará, homem de tendência autoritária.

A grande fase da Ação Católica terminava em 1942, com a morte prematura do cardeal Leme. D. Jaime Câmara e Alceu jamais se entenderam. Alceu deixou a presidência da Ação Católica. E afastou-se, assim, do apostolado oficial. E foi-se tornando, cada vez mais, o que ele próprio chamava um navegador solitário.

Em 1937, fora a Buenos Aires, Montevideu e Santiago para conferências, do que resultou o seu livro **Idade, Sexo e Tempo**, 1938, o livro dele que mais se vendeu, 14 edições. Ligou-se muito a um jovem de Santiago, Eduardo Frei. E entre os ouvintes das suas conferências estava um auditor de nunciatura, o futuro nuncio no Rio, D. Armando Lombardi, que morreu em Santa Teresa, maio de 1964.

Voltaria a Buenos Aires e Montevideu em 1947 e 1949 para a fundação do movimento democrata-cristão na América Latina, com Eduardo Frei, Dardo Regules, Rafael Caldera, Manuel Ordoñez. O movi-

mento inspirava-se nas idéias de Jacques Maritain e seu humanismo integral. Era um movimento de nítida superação teórica das antinomias direita/esquerda, fascismo/comunismo. E uma afirmação serena de humanismo cristão, na linha da renovação do catolicismo. Recusa dos totalitarismos de direita e de esquerda.

Em 1938 e 1945, Alceu conversou muito no Rio com Georges Bernanos, refugiado no Brasil. Foi Bernanos quem acabou de afastá-lo completamente de qualquer sedução pela direita. Também a leitura de um artigo de Congar, *Dieu est-il à droite ?* foi decisiva nessa fase (1935).

Bernanos e Maritain aproximaram Alceu de uma visão nova do catolicismo nas suas implicações sociais. Deu-se a ruptura com o franquismo. O livro de Bernanos, *Os Grandes Cemitérios sob a Lua*, ecoou profundamente em Alceu.

O ensaio de Maritain, de 1943, *Cristianismo e Democracia*, traduzido por Alceu, foi a passagem de Alceu para uma posição moderada de centro-direita para uma posição de democratismo social. A influência do Padre Leuret, posterior a 1947, o aproximou ainda mais de uma flexível abertura em face dos valores sociais. O humanismo econômico de Leuret foi apresentado ao Brasil por Alceu, no velho casarão da Praça Quinze, em que por vinte anos funcionou o Centro Dom Vital, de 1932 a 1952. Alceu abria-se diante das exigências cristãs de nova ordem social. Leuret, Mounier, Teilhard completaram o quadro da sua própria renovação nas décadas de 40 e 50, depois das tensões da guerra. Em certo sentido, Alceu voltava às suas posições de leitor apaixonado de Barbusse, com *Le Feu*, Clarté.

Se Croce foi o seu grande mestre no plano da estética, e era um hegeliano, Barbusse foi o grande autor socialista da sua mocidade. Alceu como que se reencontrava consigo mesmo. Dizia adeus à direita jacksoniana, que tanto o impressionara, e se engajava numa luta social, que era no fundo um neoliberalismo.

Nunca fora integralista. Recusara a aprovação da Ação Integralista Brasileira pela Igreja, solicitada por Plínio. E jamais se filiara ao integralismo. Escreveu mesmo todo um capítulo, "Catolicismo e Integralismo", no livro *Indicações Políticas, da Revolução à Constituição*, de 1936, em que fazia sérias restrições ao hegelianismo latente do integralismo.

Em 1931, fizera no Teatro Municipal de São Paulo memoráveis conferências sobre o problema da burguesia, reunidas em livro. Lançava um desafio à burguesia paulista — a santidade, ou seja, o catolicismo integral. Dizia aos burgueses: só a santidade pode salvar o mundo. No Rio, em 1931, fez no Museu Nacional de Belas Artes uma série de conferências sobre sociologia, a que assistiram homens como Oswaldo Aranha, ministro da Justiça de Vargas, e Gilberto Amado, que delas nos fala em longo artigo de "O Jornal" sobre a renovação católica.

Durante o Congresso Eucarístico de São Paulo, setembro de 1942, fez Alceu notáveis discursos e conferências, reunidas no livro **Pela União Nacional**.

Por volta de 1943, já nos dera os seus grandes livros de ensaísta ou de crítico de idéias: **O Espírito e o Mundo**, de 1936, **Meditação sobre o Mundo Moderno**, de 1942, com o belo estudo sobre Mauriac, **Mitos de nosso Tempo**, a que incorporou a sua célebre conferência de 1938 sobre Nacionalismo e Patriotismo.

Aquele que começara como crítico literário com o ensaio de 1922 sobre a obra de Afonso Arinos, seu livro de estréia, pouco a pouco se foi transformando num crítico de idéias, num mestre católico, num pensador e líder social.

Há um livro fundamental na obra de Alceu, **Voz de Minas**, de 1945, que é a sua passagem nítida do abstrato ao concreto, do geral ao particular, do universal ao local, como lhe pedira Afonso Arinos, o sobrinho, em artigo de 1943, "Fruto de Outubro". Alceu se voltava mais e mais para o Brasil, para a realidade concreta, na linha do seu ensaio magistral de 1924, "Política e Letras", uma obra-prima de lucidez e crítica, que se incorporou ao livro coletivo **À Margem da História da República**, há pouco reeditado.

Em 1947, fez concurso para a cátedra de Literatura Brasileira da Universidade do Brasil, que ocupava interinamente desde 1940. Foi aprovado e consagrado com a nota máxima por uma banca de que faziam parte Pedro Calmon e Afonso Arinos. Recebeu-o em nome da congregação o físico católico Joaquim da Costa Ribeiro. Fora reitor da Universidade do Distrito Federal, em 1938. E professor de Sociologia da mesma Universidade. Fundara em 1932 o Instituto Católico de Estudos Superiores, em cuja abertura fez importante discurso a respeito do humanismo cristão e da missão da universidade, na linha de *The Idea of a University*, de Newman. No Instituto, lecionou Sociologia, Literatura brasileira e Ação Católica. Em 1932 e 1933 tentara o magistério universitário de Direito, mas sem êxito. Concorrera à cátedra de Economia Política e à cátedra de Introdução à Ciência do Direito, no Rio, com os livros **Economia Pré-Política e Introdução ao Direito Moderno**. Os nomeados foram Leônidas de Rezende e Hermes Lima. Em 1941, participou da fundação da Universidade Católica do Rio, a primeira do Brasil, com o cardeal Leme e o padre Leonel Franca. Fez o discurso de inauguração das Faculdades Católicas. E foi ali professor de Literatura Brasileira, de 1941 a 1963, quando se aposentou.

Em dezembro de 1949, foi à Europa, depois de 35 anos de ausência. Visitou Lisboa; Ponte do Lima, a terra de seus antepassados; Pau, nos Pirineus, onde está enterrada sua irmã Abigail; Paris, Roma. Falou na Sorbonne. Fez conferências em Toulouse, Montpellier, Saint

Maximin, Bordeaux. Foi recebido por Pio XII, que lhe dera em 1943 a comenda da Ordem de São Gregório Magno. Conversou longamente com monsenhor Montini, o futuro Paulo VI. Entreteve-se com Claudel, Mounier, Marcel e Papini. Ofereceu ao papa seu livro **Mensagem de Roma**, em que aparece a sua carta a Jorge Amado, recusando a frente única de católicos e comunistas contra o fascismo.

Em 1937, foi eleito membro correspondente da Academia Argentina de Letras. Em 1947, foi eleito membro correspondente da Academia Uruguaia de Letras. Em 1935, foi eleito para a cadeira número 40 da Academia Brasileira de Letras, fundada por Eduardo Prado, sob o patrocínio de Rio Branco, o visconde. Foram ocupantes Afonso Arinos e Miguel Couto. Alceu foi recebido por Fernando Magalhães, médico, grande orador, convertido do padre João Gualberto do Amaral.

De 1951 a 1953, foi diretor do Departamento de Cultura da União Pan-americana, em Washington. Recebeu o título de doutor "honoris causa" da Universidade Católica da América. E o prêmio Sierra. Participou no México da primeira reunião do Conselho Cultural Interamericano, como secretário executivo. Fez conferências nas Universidades de Fordham, Católica de Washington, Duke, Carolina do Norte, Tuscolosa, Louisiana, Texas, Nashville e Pensilvânia. Participou da IX Conferência Geral da Unesco, em Paris, 1952, como representante da Organização dos Estados Americanos. E foi ao Congresso da Paz Romana, no Canadá, e pronunciou conferência em Quebec. Em março de 1954, foi como delegado à X Conferência Pan-Americana, em Caracas, com Vicente Rao, Afonso Arinos, Marcondes Filho, Hermes Lima. E participou da conferência comemorativa do bicentenário da Universidade de Columbia, em Nova York, com Gilberto Freyre. Recebeu a medalha comemorativa.

Em 1956, recebeu o título de doutor "honoris causa" da Faculdade de Filosofia de Juiz de Fora. Em 1958, deu um curso de cultura brasileira na Universidade de Nova York. Em 1959, o Brasil inteiro celebrou o quadragésimo aniversário da sua estréia como crítico literário. Augusto Frederico Schmidt, exprimiu num artigo o sentimento geral, "Quarenta Anos de Fidelidade", a 17 de junho de 1959. A 29 de agosto de 1964 recebe, na Academia Brasileira de Letras, Gilberto Amado, naquela que foi a maior sessão da história da Academia. Um discurso político e literário. O seu maior momento público, Alceu recebera na Academia Viana Moog, em 1945, Afonso Pena Júnior, em 1948, Gilberto Amado, em 1964, e receberia José Américo de Almeida, em 1967, Senghor, em 1964, e Dom Marcos Barbosa, em 1980.

Em 1967, o papa Paulo VI o nomeia membro da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, da Santa Sé. Foi eleito em 1967 membro da Academia de Ciências Morais, do Instituto de França. Tomou posse a 28 de outubro de 1968, com um longo discurso em francês sobre a influência da cultura francesa no Brasil. Foi distinguido em 1969 com o prêmio Moors Cabot, láurea mais antiga do jornalismo internacional. Foi ele comendador da Legião de Honra, da França, da Ordem do Condor, do Chile, da Ordem de Santiago da Espada, de Portugal, da Ordem Nacional do Mérito.

Os anos finais de sua longa vida, passou-os entre Rio e Petrópolis, mais Petrópolis do que Rio. Refugiou-se em sua casa da Mosela, azul, como a casa da sua infância carioca. E o rio passava por sua porta, exatamente como o rio Carioca, e havia também uma ponte. Lá, faleceu a 22 de outubro de 1981 dona Maria Teresa de Faria Amoroso Lima, com quem viveu 63 anos. O golpe foi muito fundo. E Alceu começou a morrer precisamente nesse dia. Até os 80 anos, em dezembro de 1973, permanecera robusto, desempenado. As celebrações dos 80 anos o encontraram ainda muito bem. Houve missa na matriz da Glória, celebrada pelo cardeal Sales e por D. Hélder. Houve uma grande sessão na ABI, em que falaram Afonso Arinos, Mário Amadeo, D. Eduardo Koaik, frei Clarêncio Neotti, Sobral Pinto, Oto Lara Resende.

Dois grandes mestres o influenciaram: Maritain, como filósofo, e Thomas Merton, como espiritual. Traduziu de Maritain *Cristianismo e Democracia*, *Noite da Agonia em França*, cuja introdução do tradutor era maior do que o livro, *O Homem e o Estado*, *A Filosofia Moral*. Traduziu dois ensaios de Merton. Alceu representou no Brasil o *renouveau* católico de entre as duas guerras, com Bernanos, Claudel, Maritain, Mounier, Marcel, Charles Du Bos, Mauriac, Gilson, toda uma literatura impregnada de catolicismo.

Tristão de Athayde foi um líder social, como não tivemos outro na história espiritual do Brasil, maior do que Mário de Andrade ou Sílvio Romero. Teve uma visão globalizante que eles não tiveram. Foi um espírito trinitário. A sua vida girou em torno do desafio da liberdade. Traduzido amplamente para o espanhol e o francês, foi o maior líder intelectual da América em nosso tempo, maior do que Alfonso Reyes ou Octavio Paz. Ligou-se muito a Alfonso Reyes no Rio, em 1930. E até o levou a fazer uma conferência no Centro Dom Vital sobre Chesterton. Em 1952, foi visitá-lo no México. Um dos encontros mais belos da vida de Alceu foi o que ele teve em Nova York, em Greenwich Village, com E. E. Cummings, que ele foi visitar na sua casa modesta. Entendeu-se maravilhosamente com o grande poeta.

Liberdade, universalidade, paz. Eis o destino literário e humano de mestre Alceu Amoroso Lima. Jamais se envolveu em polêmicas pessoais. Jamais respondeu a ataques. Guardou sempre uma linha de moderação. Foi o homem da proporção, do equilíbrio, da harmonia. Sempre detestou os rompantes românticos, foi um espírito clássico. Crítico por excelência do modernismo, pensador católico, líder social, fez algumas conferências verdadeiramente notáveis: uma, sobre as diretrizes do pensamento brasileiro, em 1939, outra sobre a evolução espiritual de Nabuco, mais uma sobre a Igreja e a Democracia, em 1943. Publicou mais de 80 livros. E mais 4 mil artigos de jornal. Foi a mais longa e intensa atividade jornalística puramente cultural de toda a história da inteligência brasileira.

Sua divisa bem poderia ter sido aquela palavra de Beloc que ele tanto amava: **truth is proportion**. A verdade é proporção. Ele amou também dois versos. Um, de Keats: "A think of beauty is a joy forever". Outro, de Mallarmé: "Tel qu'en lui-même enfin l'éternité le change". Agora, enfim, a eternidade o transmudou nele próprio. Agora, esse trabalhador intelectual enfim repousa.

(De "Cultura", supl. de "O Estado de S. Paulo" 21-8-1983), transcr. em memória, a propósito de seu falecimento, ocorrido em 14 de agosto de 1983.)

*

A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO

Rodrigues Till

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul anunciou, auspiciosamente, o início dos preparativos para assinalar o transcurso da grande efeméride de 20 de setembro de 1985. Nada mais certo que o IHGRGS tomar a dianteira na programação desse acontecimento cívico-cultural, eis que não somente estará dando fiel cumprimento à sua finalidade precípua, como dispõe, para tanto, de largo cabedal de experiências e tradições.

A Revolução Farroupilha já mereceu, aliás, de parte da instituição presidida por Adroaldo Mesquita da Costa dois eventos memoráveis: em 1935, foi promovido o Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense, em comemoração do centenário da Epopéia Farrapa, enquanto em 1945 realizaria o Quarto Congresso para comemorar o centenário da paz de Poncho Verde. As duas datas marcantes do Decênio Heróico foram assim evocadas condignamente, como o comprovam, de sobejo, os respectivos e alentados anais de ambos os certames.

Além do Quinto Congresso, o Instituto Histórico levará a efeito outras realizações de altos méritos, a exemplo da reedição de obras importantes e extremamente raras, como a **Guerra Civil no Rio Grande do Sul** (Rio, 1881), do cearense Tristão de Alencar Araripe (1821 – 1908) e os trabalhos de Alfredo Ferreira Rodrigues (1865 – 1942), divulgados pelas páginas do seu **Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul** (Rio Grande, 1889/1917).

O prestigioso Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina deverá promover, igualmente, atos comemorativos, visto que os barriagas-verdes daqueles tempos, comungando dos mesmos ideais dos gaúchos, proclamaram, a 22 de março de 1839, em Laguna, a República Catarinense, mais conhecida por República Juliana. Fizeram de sua antiga província um “Estado livre e independente”. David Canabarro estava lá, Garibaldi também. Só que o guerrilheiro italiano, ao contrário dos demais insurrectos, trouxe uma preciosa presa de guerra: a “gentil morena” Ana de Jesus Ribeiro. A 15 de novembro, porém, seria aniquilada a novel República, para ressurgir, em dimensões nacionais, com precisão matemática, cinquenta anos depois. Sílvio Back tem na Revolução Farroupilha um belo tema que poderá levar para a tela, com toda a força de seu talento e com o apoio total da Embrafilme.

Em termos de literatura, entretanto, a Epopéia dos Farrapos já atingiu um apreciável estágio de perquirições históricas. Em 1935, os autores gaúchos, principalmente, deram uma excelente contribuição ao brilhantismo das comemorações do Centenário. Muitos deles produziram mais de um trabalho, inclusive os que residiam fora do Rio Grande do Sul. Aurélio Porto realizou um empreendimento hercúleo, mergulhando fundo no Arquivo Nacional. Daí ter colhido toda a documentação inestimável do **Processo Farrapos**, publicando-a a partir de 1933.

Já em 1932, todavia, o General João Borges Fortes, também no Rio de Janeiro, lançava, como primeira “Edição do Centenário Farrroupilha”, aquele seu ensaio que se tornaria famoso — **Casais** —, no qual estuda, com acuidade, a presença dos açorianos na formação da gente rio-grandense, de cuja bravura haveria de surgir a luta armada de 1835.

Dos prelos cariocas ainda sairia, ao correr dos anos, uma sucessão de títulos. H. Canabarro Reichardt, em 1934, dá-nos um estudo biográfico sobre **David Canabarro**. Com prefácio de Souza Docca temos, em 1938, **Guerra dos Farrapos**, de Castilhos Goycochea. Fernando Callage, que já editara **A Revolução dos Farrapos** (São Paulo, 1934), aparece em 1935 com **Episódios Históricos da Revolução dos Farrapos**. De Aurélio Porto também teríamos em 1938 o poema **Farrapfadas**, tido como “chave de ouro” para a coleção aberta com **Casais** do historiador Borges Fortes, presidente da Comissão Executiva do Centenário Farrroupilha, na capital da República.

Ainda nos viriam do Rio de Janeiro outras obras de especial relevo, como **Garibaldi e a Guerra dos Farrapos** (1938), de Lindolfo Collor, e **A Revolução Farrroupilha** (1939) do General Augusto Tasso Fragoso, que presidira a Junta Militar com a derrubada de Washington Luís.

Lá na Paulicéia, o Clube Vinte de Setembro, constituído por acadêmicos gaúchos da famosa Faculdade de Direito, já havia glorificado “a imortal revolução do Rio Grande do Sul, no seu 47º aniversário, 20 de setembro de 1882”. Coube ao futuroso jovem Joaquim Francisco de Assis Brasil, embora a “estreiteza de tempo” de que dispunha, a honra de escrever magníficas páginas de história política. A **História da República Rio-Grandense**, editada na Corte, revela, em toda sua extensão, os elevados dotes de inteligência que fariam daquele moço um dos varões mais eminentes da história brasileira. E o líder da Revolução de 1923.

Na introdução de seu belíssimo ensaio, Assis Brasil fez afirmações que nos surpreenderiam cem anos mais tarde. “Nada falta ao Rio Grande do Sul. É uma terra que pode viver com luxo exclusivamente dos seus próprios recursos. Tudo ali é favorável à civilização e ao progresso, ainda mesmo aquelas circunstâncias que à primeira vista representam um estorvo” (Ob. cit., 11/12).

A capital gaúcha tornou-se, evidentemente, o maior cenário das comemorações do Centenário, sendo a Exposição Farroupilha um acontecimento ímpar e inesquecível. A Livraria do Globo, por sua vez, abriu todas as comportas de seu parque gráfico para inundar os lares rio-grandenses com valioso acervo de obras históricas. Em 1932 H. Canabarro Reichardt já publicara **Bento Gonçalves**, estudo biográfico que apresentara ao Segundo Congresso de História Nacional, no Rio de Janeiro (1931). O baiano Henrique de Casaes, que se naturalizara gaúcho pelo coração, decanta em versos os **Vultos Farroupilhas** (1935). No mesmo ano muitos outros livros: Fernando Osório (pai) surge com **A Guerra Civil dos Farrapos**. Othelo Rosa estuda, um por um, os principais **Vultos da Epopéia Farroupilha** e De Paranhos Antunes apresenta **Episódios e Perfis de 1935**. Apolinário Porto Alegre (1844 – 1904) renasce com uma obra póstuma: **Cancioneiro da Revolução de 1935**. E Souza Docca insistirá em sua tese **O Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha**.

Pela Tipografia do Centro, Olyntho Sanmartin lança um ensaio histórico sobre um personagem controvertido: **Bento Manoel Ribeiro**. Uma nova **História da República Rio-Grandense** é escrita por Dante de Laytano e outro professor, Afonso Guerreiro Lima, publica **Cronologia da História Rio-Grandense** (ambas da Globo, 1936). Através da Livraria Selbach, que já lhe editara em 1931 a primeira série de **Farrapos !**, Walter Spalding imprime o segundo volume da obra em 1935. Produziria, após, diversos outros trabalhos a respeito, como **A Revolução Farroupilha** (São Paulo, 1939) e **A Epopéia Farroupilha** (Rio, 1963). Em 1945 seria publicado **O Sentido e o Espírito da Revolução Farroupilha**, discurso proferido pelo deputado J. P. Coelho de Souza na sessão solene da Assembléia Legislativa do Estado a 20 de setembro de 1935.

Embora quase inacessível por questões de estilo, a **História da Grande Revolução** (Globo, 1933), de Alfredo Varela, com seis alentados tomos e riquíssima documentação, é uma obra monumental. É pena que todo oceano seja de água salgada. Em suas profundezas, porém, há tesouros que só especialistas conseguem descobrir. Mas é preciso muito fôlego e determinação. Que tipo de obras teremos no Sesquicentenário da Revolução Farroupilha ?

(De **Letras & Livros**, supl. do **Correio do Povo**, de Porto Alegre, 23-7-1983.)

UM RAPAZINHO CHILENO VÊ O RIO

Rubem Braga

Unamuno achava **Recuerdos del Passado**, de Vicente Pérez Rosales, o melhor livro chileno. É, na verdade, um livro singular, escrito, como usavam fazer os velhos clássicos portugueses, ao fim de uma vida intensamente vivida.

Filho de uma família ilustre, Pérez Rosales nasceu em 1807, e desde criança, em sua casa, assistiu a vários acontecimentos históricos, conheceu O'Higgins, os irmãos Carrera (mais tarde assistiria à execução de dois deles) e San Martín. A este deveria encontrar anos depois em Paris, no exílio. Também esteve — ele, que era amigo de Sarmiento — com o exilado Rosas na Inglaterra, e descreve o ex-tirano a tomar mate e esperar sempre, no próximo navio da Argentina, um chamado de seu povo para reassumir o poder... Rosas tinha “certa mania de acreditar que os argentinos pudessem viver em paz sob outro sistema de governo que não o absolutismo; e de que ele, Rosas, era indispensável” — comentava Rosales, ainda que com certa simpatia.

Vivendo algum tempo em Paris, Pérez Rosales assistiu à mais famosa estréia de teatro do mundo: a do **Hernani**, de Vitor Hugo. Foi amigo de Dumas pai, “um mulato grosso de corpo e olhos vivíssimos e travessos”.

Em outras profissões, Rosales exerceu as de lavrador, fabricante de vinhos, médico rural, jornalista, vendeiro, minerador, contrabandista de pampa e cordilheira durante anos, pintor de imagens religiosas, catador de ouro na Califórnia, hoteleiro, cozinheiro, cônsul em Hamburgo, organizador da emigração alemã para o Chile, prefeito de Concepción, senador da República...

Alone, o mais lido dos críticos chilenos de hoje, escreve sobre o livro: “falar de si mesmo na época de Chateaubriand, sem jamais uma lamentação ou um movimento de soberba, constitui uma das mais singulares proezas e pode considerar-se esse livro a última e feliz aventura do grande aventureiro”.

Intensamente dramático às vezes, outras vezes cheio de graça, sempre com muito movimento e extraordinariamente rico de observações, esse livro tem um pouco de tudo. E também um pouco do Brasil, ou melhor, do Rio.

O autor conheceu o Rio em circunstâncias muito especiais. Um tal Lord Spencer, comandante da fragata "Owen-Gledower", ofereceu-se ao pai de nosso autor (que a esta altura era um rapazelho demasiadamente endiabrado de 14 anos) para levar o menino em uma viagem de ida e volta à Europa. Ele aprenderia artes marítimas e inglês. Não se sabe por que, quando a fragata chegou ao Rio, a caminho da Europa, Lord Spencer mandou desembarcar o rapaz na Praia Grande, hoje Niterói. Um oficial apiedou-se dele e antes de sair o barco deu-lhe algum dinheiro e o recomendou a algumas pessoas. Vicente viveu dois anos no Rio, na casa do Cônsul do Chile, sendo levado de volta a Santiago aos cuidados de Maria Graham.

Rosales conta como era um mercado de escravos: "os compradores procediam a um minucioso exame de cada negro que desejavam comprar. Mandava-o ficar de pé como uma estátua e o examinava da cabeça aos pés. Fazia-o curvar-se, levantar pesos ou sustê-los com os braços estendidos para calcular sua força muscular; apertava-lhe o peito e a cintura para ver se sofria de alguma dor, e mandava-o abrir a boca para examinar sua dentadura; submetia-o, enfim, ao exame a que no Chile só submetemos um cavalo, antes de ajustar seu preço".

Viu negros serem castigados na rua "sem que os passantes se impressionassem mais com isso do que um transeunte de Santiago se impressiona quando vê um carroceiro brutal castigar uma cavaladura debilitada".

Conta um fato que presenciou um dia em que almoçava na casa do Sr. João Santiago Barros. "Tratava-se de um presente que esse senhor queria fazer a um seu amigo de quem ouvira dizer que precisava de uma negrinha para a sua senhora. Já havia comprado uma recém-desembarcada, e que teria dezesseis anos de idade. Para estar mais seguro de que o presente era digno da pessoa a quem o destinava, fez vir à sala de jantar a negrinha, muito bem lavada e penteada, envolta apenas num lençol; e na presença de todos mandou que retirasse o lençol, sem se lembrar sequer de que eu e um filho seu estávamos presentes ! A infeliz criatura, que mais parecia uma estátua de ébano que um ser animado, depois de merecer a aprovação de todos foi mandada ao seu destino".

Conta Rosales os episódios de nossa Independência, fala das belezas do Rio e de sua volta ao Chile. Em 1825, novamente passa pelo Rio, a caminho da França, e não acha a cidade mudada; conta com asco o hábito de esvaziar nas praias o conteúdo dos famosos "tigres", dizendo que as praias mais bonitas eram as que tinham pior cheiro. Fala também do coro de eunucos na Capela Imperial, vindos da Itália: "Tinham aqueles infelizes coristas voz de mulher, cara de criança e abdome de elefante. Seriam mais felizes que os outros homens ? Quem poderia dizê-lo ?"

E com esta filosófica pergunta encerra o capítulo dedicado à nossa sempre bela e sempre suja cidade.

(Do "Correio do Povo", de Porto Alegre, 31-7-1983.)

A COMPANHIA GERAL DA AGRICULTURA DOS VINHOS
DO ALTO DOURO: UM CASO DE NACIONALISMO
ECONÔMICO

João Ribeiro Júnior

Depois da criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, pelo Decreto de 7 de junho de 1755, o Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Mello) voltou sua atenção para outro interesse nacional, onde a mão do imperialismo inglês pesava esmagadoramente: o dos vinhos do Alto Douro.

A procura sempre crescente desses excelentes vinhos fizera subir os preços, crescendo com isso a abastança do lavrador duriense.

Contudo, os ingleses, sempre atentos, instalados no Porto, organizaram um sistema de especulação para prejudicar esse comércio. E assim, o vinho, o vinagre e a aguardente, embora abundantes, começaram a se retrair nas compras, o que forçou a baixa do preço.

A pressão inglesa não se fazia sentir apenas no jogo comercial, mas também, no moral. Conta J. Lúcio de Azevedo (*Épocas de Portugal Econômico*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 3ª edição, 1973, p. 433) que “acontecia até verem-se os lavradores coagidos a sacrificar-lhes a honestidade das filhas para poderem vender o vinho — ‘Só compravam aos lavradores que lhes facilitavam as filhas para bailar com eles’ (Relatório de Pombal. Quinta Inspeção sobre o Estabelecimento das artes fabris e manufaturas do reino. Col. Pombalina, cod. 695). É evidente que o termo bailar tem aqui significado lato.”

A ruína econômica do Alto Douro logo se tornou manifesta.

É então que Pombal recebe um projeto de criação de uma Companhia monopolizadora do comércio vinícola. A idéia partira do espanhol D. Bartolomeu Pancorvo, negociante de vinhos no Porto, que viria a falecer antes de o ver realizado. Mas, logo a seguir, o Frei João de Mansilha, junto com alguns comerciantes do Porto e lavradores do Alto Douro, apresentou ao Ministro um plano da Companhia, onde esta é justificada como o único meio de se fazer frente ao estado de ruína da agricultura, da miséria geral e do abandono das glebas, provocados pela usura e opressão dos ingleses.

Assim, pelo Alvará de 10 de setembro de 1756, nasceu a Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro, para enfrentar o imperialismo inglês.

Nos considerandos do Alvará de criação desta Companhia, lê-se que a sua instituição mirava, sobretudo, elevar os vinhos do Alto Douro do descrédito em que os tinha lançado as falsificações, realizadas pelos ingleses. Não era, porém, só esta a razão; havia outra, e talvez de maior valia, ou seja, a tentativa de contrabalançar, e até vir se destruir o monopólio que existia nas mãos dos ingleses.

O Marquês de Pombal deu à Companhia o monopólio de todo o comércio de vinhos, vinagre e aguardente, que se exportassem do Porto para as províncias da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

As principais obrigações da Companhia eram fiscalizar a pureza do produto e a manutenção de tipos estabelecidos de vinho; ao mesmo tempo que deveria assegurar aos lavradores um preço superior ao então vigente, e prestar-lhes assistência financeira por meio de empréstimos a juros de 3%.

A Companhia era a única que podia vender vinho no Porto e em três léguas ao redor. Para isto todos os produtores de vinho dentro da demarcação eram obrigados a vendê-lo à Companhia por uma taxa certa e determinada.

Os vinhos assim como as aguardentes estavam divididos em três tipos. Os dos vinhos eram: o primeiro (**de feitoria**), destinado ao consumo da Inglaterra e de outros países europeus; o segundo (**subsidiário**), destinado ao Brasil, e o terceiro (**do ramo**), que era para o consumo do país e compreendia o vinho destinado à destilação. Os tipos das aguardentes eram: o primeiro, **de escada**; o segundo, **de prova redonda**; e o terceiro, **de prova baixa**.

A Companhia, que gozava de um foro privilegiado, era obrigada a vender os seus vinhos, aguardentes e vinagres por um preço fixo e certo; seu capital devia ser de 1.200:000 cruzados, e a sua duração de 20 anos.

Para facilitar a realização de tão vultuosa quantia, surgiu a Carta Régia de 27 de setembro de 1756, que determinava que na **Misericórdia**, ou em qualquer outra instituição pia ou profana, onde se costumava emprestar a juros, se desse preferência a quem pretendesse levantar fundos para a compra de ações da Companhia, proibindo-se-lhes realizar quaisquer empréstimos em outras condições, enquanto o capital dela estivesse incompleto.

Certos comerciantes do Porto, ligados aos interesses dos ingleses, lesados pelo monopólio da venda dos vinhos, que assim ficava concedido à Companhia, não receberam de bom grado tal instituição.

E assim, em 23 de fevereiro de 1757, rebentou nesta cidade uma revolta no intuito de acabar com a Companhia. O resultado foi que o Regedor das Justiças viu-se forçado a publicar editos revogando a institui-

ção da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro, e restabelecendo o livre comércio do vinho e das aguardentes.

Animados por estas concessões, cresceu a audácia dos revoltosos contra a Companhia; já que tinham conseguido a revogação da sua instituição, era necessário fazer desaparecer também tudo quanto lhe dissesse respeito.

Para esse fim, dirigem-se a casa de Luís Belleza, provedor da Companhia, invadem os escritórios, rasgam e queimam os estatutos, os alvarás, os editos e todos os papéis que encontram.

Apenas a notícia da revolta chegou a Lisboa, o Marquês de Pombal tratou logo de mandar proceder a um inquérito judicial no Porto, recomendando nisto toda a brevidade, por entender preciso castigar severamente os revoltosos.

Imediatamente partiu o encarregado do inquérito, com tropas destinadas a reprimir toda e qualquer futura manifestação.

Contudo, apesar de toda a brevidade que o Ministro desejava houvesse no inquérito, este prolongou-se até setembro. Neste espaço de poucos meses foram presos, na torre de São João, 478 pessoas e ouvidas 251 testemunhas.

O crime foi qualificado como crime-de-lesa-majestade, justificando-se que a majestade não consistia unicamente na pessoa do Rei, mas nas suas leis e no seu Estado, e que uma não era possível sem as outras.

Dos 478 acusados presos, 32 foram absolvidos, 21 condenados à pena de morte, e o resto a várias penas.

Como sempre acontece nestes casos, os verdadeiros promotores da revolta, provavelmente agentes ingleses, escaparam à ação da justiça, sendo supliciados apenas os testas-de-ferro.

Soube-se, mais tarde, que além de agentes ingleses, os frades franciscanos tomaram parte ativa na revolta.

O Marquês de Pombal ordenou por isso ao Guardião do Convento da Ordem de São Francisco que velasse pela futura conduta de seus subordinados; mandasse alguns para outros conventos; e prendesse um frade chamado Domingos, possivelmente, um dos chefes da revolta.

Ordenou, também, o Ministro que se chamassem os priores de certas ordens religiosas menores e lhes fizessem saber que o Rei (D. José I) tinha se desgostado por saber que alguns membros destas ordens haviam excitado com os seus conselhos a revolta do Porto; que daí em diante os prelados ficariam responsáveis pelos excessos que os seus subordinados

pudessem cometer. Ao mesmo tempo, exigia que fossem remetidos para Lisboa os religiosos que tinham tomado parte na revolta ao lado dos franciscanos.

O Marquês de Pombal não tinha só em vista evitar, com a proteção do vinho, a saída do ouro, desejava também desenvolver e animar a agricultura e, mesmo, a indústria portuguesa.

Entendia indispensável que Portugal se fizesse representar pelos seus produtos, quer agrícolas quer industriais, nos mercados estrangeiros, — e que não continuasse entregue a um repouso deprimente e mortífero, servindo-se das indústrias e produções estrangeiras, sem vida e iniciativas próprias.

É o que, aliás, vem ainda ocorrendo, nos países periféricos, atrelados às multinacionais, que lhes drenam toda a receita.

*

A BIBLIOTECA FREDERICO EDELWEISS

Consuelo Pondé de Sena
Diretora do Centro de Estudos Baianos
da UFBA.

Há quase nove anos, no exercício efetivo e ininterrupto da direção do Centro de Estudos Baianos da UFBA, bem assim pela frequência assídua à Biblioteca Frederico Edelweiss há mais de duas décadas e meia, tenho podido sentir e avaliar de perto a importância, a nível nacional e internacional desta extraordinária coleção brasileira.

Este raro acervo, hoje patrimônio de inestimável valor da Universidade da Bahia, que a adquiriu no Reitorado Lafayette Pondé é, sem sombra de dúvida, uma das mais ricas coleções universitárias do País. Tão ciente estava aquela superior autoridade universitária da excepcional aquisição que acabava de fazer que, sobre ela, assim se expressou no seu Relatório Anual de 1974: "O Centro de Estudos Baianos incumbe-se de zelar e cultivar a Biblioteca Frederico Edelweiss, precioso acervo cultural de que se enriqueceu a Universidade. Nada mais tivesse eu podido prestar, bastar-me-ia essa aquisição para dignificar minha presença na Reitoria e compensar os sacrifícios com que, para servi-la, me empenhei. Por isto mesmo reputo de tão grande valor essa Biblioteca, não canso de exaltar o elevado espírito do Ministro Jarbas Passarinho, que nos possibilitou possuí-la e, mais do que tudo, a generosa fidelidade universitária do Prof. Frederico Edelweiss, que no-la entregou, a baixo preço, menos em uma operação de compra e venda do que num dar de si próprio, em nome e espírito, na sua Universidade, a que ele tanto serviu e honrou e da qual lhe doeria separar-se".

Isto posto, desejo realçar que a obra paciente de seleção e compra feita, muitas vezes, às custas do sacrifício pessoal de Frederico Edelweiss, é o testemunho de que na sua biblioteca encontrava ele razões primeiras de compensação intelectual pela luta empreendidas e, porque não dizê-lo, os melhores momentos de deleite para seu elevado espírito.

Vão longe os anos em que, pacientemente, foi acumulado aqueles primeiros livros que representavam suas preferências iniciais. Começando por adquirir obras de viajantes célebres que visitavam nossas plagas e reunindo as melhores lições de lingüística indígena americana Frederico Edelweiss foi, pouco a pouco, comprando para o seu acervo particular o que de melhor lhe era oferecido pelas grandes firmas vendedoras de livros no Brasil e no exterior. E, tão racionalmente foi o excepçio-

nal bibliófilo classificando, com método próprio, os seus livros, que tornou as suas coleções uma biblioteca de extremada função, capacitada a cumprir o seu inestimável papel de divulgadora cultural, bem assim um constante convite à consulta e à instrução, um precioso repositório, onde se iriam dessedentar pesquisadores de todos os matizes.

Em vista dessa circunstância, dispõe hoje a UFBA de uma das mais opulentas coleções bibliográficas do País, de uma biblioteca cujo inestimável valor despertou o interesse de inúmeros compradores nacionais e alienígenas, sendo todas as propostas recusadas pelo seu antigo proprietário — o inigualável bibliófilo — Frederico Edelweiss.

Vale ainda referir que, embora seu acervo fosse tão raro e valioso, jamais se negou aquele grande historiador e tupinólogo a abrir as portas de sua casa aos consulentes que o procuravam. Afora isso, demonstrava real prazer em recebê-los, orientando-os na escolha dos volumes a serem consultados e, algumas vezes mesmo, oferecendo sugestões para a pesquisa.

Cabe acrescentar ainda que, de tal maneira se apegou à Biblioteca que, sendo-lhe oferecidas várias ofertas de compra do acervo, conforme aduzimos anteriormente, condicionava sempre a transação comercial a uma cláusula aparentemente irremovível.

Por mais de uma vez declarou-nos que somente se desfaria dos livros, se lhe fosse permitido conservá-los sob sua guarda, uma vez que, somente depois de morto, admitiria deles apartar-se. Foi mais além, exigiu que o contrato de venda feito pela Universidade Federal da Bahia, para aquisição de seu acervo, estabelecesse, além de se não retirar dele a sua custódia enquanto vivo fosse, que permanecesse a mesma íntegra e inalienável. Todos os seus desejos foram atendidos e o Regimento Interno do Centro de Estudos Baios, no capítulo referente à Biblioteca Frederico Edelweiss, estabelece formalmente, em vários parágrafos, todas as condições restritivas, segundo os desejos do seu criador. Foram, assim, asseguradas as disposições que Edelweiss considerava indispensável preservar, em benefício da coletividade a que sempre serviu com extremado devotamento.

E esta Biblioteca, que ele sempre aspirou permanecesse na Bahia, deverá manter em seu nome e no espírito a marcante presença de quem lhe dedicou amor tão intenso.

Vale por último referido que, até a presente data, já foram publicados dois Catálogos da extraordinária brasileira, a saber: o primeiro em julho de 1975; o segundo, em março de 1979, além do número 90 da Série Centro de Estudos Baios, intitulado "Catálogo das obras raras e valiosas — Biblioteca Frederico Edelweiss", datada de 30 de maio de 1981.

O primeiro deles contém, além da apresentação, por nós redigida, a bibliografia de Frederico Edelweiss, uma nota explicativa de Teresa de Sá Carvalho, a parte do catálogo propriamente dito, além do índice sistemático e o índice de autores. Segundo a sua organizadora, há pouco aludida: "Nele se relacionem 1.800 títulos, correspondentes a 2.300 volumes, aproximadamente, do total de 18.600 que, no momento, constituem extraordinário acervo, especializado sobretudo no que se refere a estudos brasileiros, em sentido geral, e baianos, em particular".

De referência ao segundo volume, inclui: uma breve apresentação sobre o número dos títulos arrolados, num total de 1944, acerca da História do Brasil e de Portugal, Viagens e Descrições, Biografias, elaborado pelas bibliotecárias Maria Lucas Mattos e Margarida Querimurê Edelweiss Braga.

Quanto ao número 90 da Série Centro de Estudos Baianos, organizado por Ângela Braga, relaciona aquelas obras consideradas raras e raríssimas que integram os dois catálogos.

Vale ainda acrescentar que, no momento, está em fase de preparação para próximo lançamento ainda no Reitorado do Prof. Luiz Fernando Seixas de Macedo Costa, no dia 5 de novembro próximo vindouro, o terceiro catálogo da nossa coleção brasileira.

Antes de concluir, consideramos pertinente relacionar, à guisa de informação, alguns dos nossos inúmeros títulos raros e raríssimos:

THEVET, André. La cosmographie universelle... illustrée de diverses figures des choses plus remarquables... Paris, G. Chaudiere, 1575. 2v, 4 Ps, il. grav. mapas. 36cm (Rarissimo, luxo); THEVET, André. Historia dell'India America detta altramente Francia Antarctica. Tradotta di francese in lingua italiana de Giuseppe Horolloggi. Venecia, G. G. de Ferrari, 1561. 363 p. il. 15 cm (Rarissimo); FIGUEIRA, Luiz. SJ. Arte de grammatica da lingua do Brasil, composta pelo P. Luiz Figueira. Lisboa, Of. Patriarcal, 1795. 103 p. 20cm (Rarissimo); Velloso, José Mariano da Conceição, Frei (***) Diccionario portuguez e brasiliano, obra necessaria aos ministros do altar... por *** Lisboa, Off. Patriarcal, 1795. P. 1,79 p. 20cm (Rarissimo); Igreja Catolica. Arquidiocese da Bahia. Constituiçoens primeyras do Arcebispado da Bahia feytas & ordenadas por D. Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo da Bahia... Coimbra, Real Collegio das Artes da Comp. de Jesus, 1770. 618, 32 p. 28cm (Raro). Inclui Catalogo dos bispos que teve o Brasil até o anno de 1676...);

Vieira, Antonio, SJ. História do futuro, livro anteprimeyro prolegomeno a toda a historia do futuro, em que se declara o fim, & se provão os fundamentos della... Lisboa Occidental, A. P. Galram, 1718, 397p. 20cm (Raríssimo); CYSAT, Renuard, Warhafftiger Gericht von de newerfundnen japponischen Inseln..., durch Renuardum Cysatum... Freiburg, A. Gemperlin, 1586. 107 + 395p. 14cm (Raríssimo).

São estas, no momento, as informações que julgamos importantes referir para maior divulgação da Biblioteca Frederico Edelweiss.

*

PADRE BENTO, APÓSTOLO E MÁRTIR DA CARIDADE

Roberto Machado Carvalho

(da Academia Paulistana da História.)

Em Itu, a tradicional cidade paulista, existe uma Vila que leva o nome de um sacerdote: Padre Bento. Nas proximidades do velho burgo, à beira do lendário rio Tietê, nasceu o autor de uma das maiores proezas, em termos de caridade, registrada na história da humanidade: Padre Bento Dias Pacheco, conhecido e venerado por milhares de pessoas. Filho de Ignácio Dias Ferraz e Ana Antonia de Camargo, sua vida terrena, balizada entre as datas de 17 de setembro de 1819 e 6 de março de 1911, está repleta de lances tão notáveis e emocionantes que nos leva até a pensar se, realmente existiu um ente humano dessa grandeza, na face do mundo.

Os Dias Pacheco descendem de antigos troncos paulistas, os Ferraz de Arruda, os Souza Menezes, os Campos Bicudo, os Paes Leme, os Pires, os Camargos. Os pais de Padre Bento eram herdeiros de extensas terras que pertenciam à então vila de Itu e freguesia de Indaiatuba. O pequeno Bento aprendeu as primeiras letras com sua mãe, crescendo num lar eminentemente cristão. Recebeu esplêndida formação moral e religiosa. Assim, desde tenra idade, manifestou nele a vocação sacerdotal. Muito jovem, ingressou no antigo Convento dos Franciscanos, em Itu. Aprendeu as lições da Sagrada Escritura, especialmente as relacionadas com a maior das virtudes: a Caridade. Naquele cenóbio, inspirado em São Francisco de Assis, acompanhava, com grande admiração, a prática dos ensinamentos evangélicos, os exemplos de piedade, de humildade, de ternura e de caridade. Preparou-se então para abraçar o sacerdócio.

Aos 15 anos perde o pai. Bento deixa o Convento e vai para o sítio do Quilombo, nas proximidades de Indaiatuba, fazer companhia à sua mãe. Sua passagem, porém, é curta. Decide seguir para a capital da então Província de São Paulo. Assiste às Aulas de Teologia, ministradas na Sé Paulopolitana. Estudioso, disciplinado, simples no trato e sempre pronto a acudir os colegas desabonados e os pobres que perambulavam pelas estreitas ruas da velha São Paulo. Divide, com eles, a mesada que recebia de sua mãe. Separava o mínimo, apenas o suficiente para seu sustento.

O mês de outubro de 1843, raiou glorioso para Bento Dias Pacheco. Ordenava-se padre. A Igreja ganhava uma alma de eleição. Ao retornar à sua querida Itu, o neo-sacerdote celebra a primeira missa. Estava pronto para exercer o ministério clerical. Recebe logo a primeira nomea-

ção: vigário de Indaiatuba. Encontra, na localidade, um ambiente que contrariava seus desígnios. Fervilhava a política-partidária. Facções políticas — liberais e conservadores — desejavam atraí-lo para suas hostes. Não era aquilo que o Padre, recém-chegado, queria. Seu ideal era outro, bem diferente. Retorna a Itu. A vizinha localidade de Cabreúva reclama sua presença. Dirige-se para lá, onde permanece pouco tempo. As tarefas de uma paróquia estavam longe de atender sua verdadeira vocação: com um infinito amor, mitigar os sofrimentos alheios. Com seus parcos apetrechos, regressa ao sítio do Quilombo, onde, durante vinte anos, prepara-se para o grande lance de sua vida.

Desde pequeno, ouvia falar e, muitas vezes, presenciara o abandono de pobres criaturas, corroídas por uma das mais terríveis e temidas doenças da época — a lepra. De início, sentiu aversão, medo, chegando a fugir da aproximação do morfético. Uma luz, porém, resplandece em seu cérebro e coração. Era um chamado de Deus. Pedia o Altíssimo que atendesse as palavras do Apóstolo Paulo: “vai, vende tudo o que tens, reparte-os aos pobres e terás um tesouro no céu”. Desde há muito, era um pai para os escravos que viviam no sítio. Chegava o momento, porém, de conquistar a cátedra da caridade. Defende a tese do desprezo aos bens terrenos para obter os bens celestiais. A partir de então, sacrifica os recursos materiais para ganhar os recursos do amor e da caridade. Nada mais quer do mundo, exceto viver em humildade, como o mais oculto dos homens. Liberta os escravos e vende todos os seus bens. Uma decisão de que só as almas escolhidas são capazes. Com sua veneranda mãe, toma a estrada do martírio que levava ao leprosário de Itu. Do pouco que resta, adquire uma pequena casa e quintal, bem defronte ao Hospital dos Lázaros. Corria o ano de 1869. Lá, durante 42 anos, desenrola o imortal drama de sua vida. É tudo para os doentes. Recebe-os em sua modesta casa, em sua mesa oferece refeições aos enfermos, assiste-os no Hospital tratando das chagas, procura-os nas estradas próximas, carregando-os, nos braços, até o leito. Depositava seu trabalho nas mãos de Deus, porque reconhecia que foram seus desígnios que o conduziram ali: “Foi Deus que aqui me trouxe, é ele que me dá força e coragem para cuidar dos meus pobres doentes”.

O Seráfico de Assis falava aos pássaros, Padre Bento aos doentes. Um milagre ocorreu em sua própria vida. Apesar do mais íntimo contacto diário com os chaguentos, não adquiriu a doença. Em sua auréola, entretanto, está consagrada a expressão: Padre Bento, mártir da caridade.

É muito grande o número de peregrinos que procuram seu túmulo em Itu, para orar e pedir graças. A cidade, comemora, todos os anos, no mês de setembro, a passagem do natalício de Padre Bento. Pessoas

que o conheceram, outras que ouviram contar fatos, outras ainda que leram sobre sua vida, são unânimes em reconhecer suas virtudes. A maior delas, a caridade — “ainda que distribuísse toda a minha fortuna para o sustento dos pobres... e não tivesse caridade nada me aproveitaria” — Padre Bento, praticou em grau heróico. Milhares de brasileiros querem venerá-lo no altar. Está em marcha um movimento popular para sua beatificação e canonização. Depoimentos, contando graças alcançadas por intercessão de Padre Bento junto ao Senhor, estão registradas e catalogadas. Sua vida, obra e virtudes passarão pelo crivo das rigorosas exigências canônicas. Admite-se que, com as novas instruções da Santa Sé — Constituição Apostólica sobre as Normas de processo nas Causas dos Santos — sancionadas pelo Papa João Paulo II em 25 de janeiro de 1983, será simplificado o caminho que conduzirá o apóstolo e mártir da caridade, ao altar santificado.

Julho de 1983

*

FUNDADORES DE JUIZ DE FORA

Paulino de Oliveira

Apenas três dos cidadãos apontados como fundadores desta cidade (Juiz de Fora) foram homenageados com a ereção de monumentos em logradouros públicos: Halfeld, Mariano Procópio e João Penido (pai). O do primeiro, em obediência à Resolução Municipal nº 471, de 31 de julho de 1901, foi inaugurado a 25 de dezembro de 1907; o do segundo, a 12 de maio de 1912, no Largo Riachuelo, e o do terceiro, a 24 de abril de 1924, no local exato em que se encontrava o de Halfeld, no Largo da Estação, que pela Resolução Municipal nº 882, de 22 de agosto de 1922, passara a denominar-se Praça Dr. João Penido.

Henrique Guilherme Fernando Halfeld aparece na história local por ter construído a **Estrada do Paraibuna**, em substituição ao **Caminho Novo**, para isso estabelecendo seu rancho na colina que mais tarde se denominou **Alto dos Passos**, onde, em 1836, teve início o povoado de **Juiz de Fora** (também chamado **Boiada**), que em 1839 se elevou a sede de um dos distritos de Barbacena e em 1850 se constituiu em vila, sob o nome de **Santo Antônio do Paraibuna**, como sede de novo município então criado. Foi ele quem traçou o seu primeiro arruamento.

Mariano Procópio Ferreira Lage nela aparece em 1853, como concessionário de nova estrada de Minas para a Corte, por tê-la construído a partir de Petrópolis. Seu destino era Barbacena, como indica, numa tabuleta, as ações da empresa que formou (**Companhia União e Indústria**), mas, aqui chegando, desviou seu curso para a cidade de Rio Novo, em cujo município se localizava a fazenda de sua mãe (Fortaleza da Santana), pela qual passou. Tal como Halfeld havia aproveitado o **Caminho Novo** para a **Estrada do Paraibuna**, aproveitou esta para a nova estrada, cuja inauguração ocorreu a 23 de junho de 1861, ocasião em que se inaugurou também a estação das diligências, denominada **Juiz de Fora**, em frente à sua residência, no local onde está hoje a estação de **Mariano Procópio**.

João Nogueira Penido figura na localidade a partir de 1855, quando foi nomeado pelo Governo Provincial, com dois outros médicos (Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama e Pedro Maria Halfeld),

com a finalidade de debelar o surto de cólera-morbus que grassava na região. Tão prontas e eficazes foram as providências postas em prática pela comissão por ele chefiada que o mal só chegou a causar pequeno número de vítimas fatais na zona rural, na maioria escravos. Foi sempre considerado verdadeiro apóstolo da Medicina, chefe político de alto prestígio e, em 1889, tomou a iniciativa da fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora.

Estes são os três cidadãos oficialmente reconhecidos como fundadores de Juiz de Fora, porque os monumentos em homenagem a eles erigidos foram custeados pelos cofres municipais. Num deles está escrito: "A cidade de Juiz de Fora ao seu fundador Mariano Procópio Ferreira Lage"; no outro consta o nome do Dr. João Nogueira Penido como "médico notável, grande patriota, um dos fundadores da cidade", e no terceiro, que foi transplantado do local em que se achava para o Parque Halfeld, só existe esta inscrição: "A Henrique Halfeld o povo de Juiz de Fora".

(*Diário Mercantil*, Juiz de Fora, 12-7-1983.)

*

* * *

O MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA DE 1932 EM MINAS GERAIS

Henrique Furtado Portugal
(do IHGMG)

Nas efemérides do cinquentenário do movimento cívico-militar (ou contra-revolucionário, como assinalam alguns), eclodido em São Paulo a 9 de julho de 1932, em Assembléia do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, de 31-7-82, fui incumbido de fazer um pronunciamento. Apesar da simplicidade do retrospecto histórico, foi o mesmo publicado no nº 108 (outubro a dezembro de 1982), da **Notícia Bibliográfica e Histórica**, que se edita em Campinas, sob direção do Prof. Odilon Nogueira de Matos. Embora tivesse sido cauteloso na enumeração dos fatos, houve alguma contradição.

Foi ponto nevrálgico este trecho: Altamente curioso é que “O Estado de São Paulo” em suas Efemérides de 11 de julho assinala: “1932 – Wenceslau Brás protesta junto ao Governador Olegário Maciel contra o emprego da Força Pública para combater os paulistas”. Em seu livro: **Meu caminho para Brasília**, Juscelino Kubitchek enumera o fato, citando que em Minas, verificou-se, a princípio, certa hesitação. O Coronel Cristóvão Barcelos, que chegara a Belo Horizonte para assumir o Comando unificado da Polícia Militar e de alguns regimentos do Exército, permaneceu no hotel, juntamente com os oficiais que o acompanhavam, sem que as autoridades mineiras houvessem tomado conhecimento de sua presença. Já o Coronel PMMG Paulo René de Andrade em seu livro: **Três Revoluções – 1924 – 1930 – 1932** cita seis Capitães, dentre os oficiais, Paulo Krügger da Cunha Cruz, Mário Ferreira Chaves, Luiz Cordeiro de Castro Afilhado, Delso Mendes da Fonseca, Jairo e Stênio de Albuquerque Lima. Um livro do médico e historiador Hélio Ribeiro da Silva, traz na íntegra a carta de Wenceslau Brás a Olegário, como também o faz o historiador, médico e Acadêmico Paulo Pinheiro Chagas, ambos considerando esquisito como a dita carta foi parar nos Arquivos do Palácio do Catete !

Divulga-se agora em Belo Horizonte três reportagens de Jorge Faria e Evandro Santiago, com documentação fornecida por sobrinha-neta de Olegário, Dóris Caixeta – “Diário da Tarde” de 5-6 e 8 de Setembro de 1983 – a dita carta que “O Estado de São Paulo” assinalara nas Efemérides de 11 de julho de 1932 !

Envolveram o líder mineiro, abrindo-lhe um aceiro isolante, os então jovens Amaro Lanari, Francisco Campos, Gabriel Passos, Gustavo Capanema, Leopoldo Maciel, Mário Casasanta, entre outros, isto no livro **Esse velho vento da aventura**, de Paulo Pinheiro Chagas.

Honra, pois, aos que sofreram e tombaram, glorificados, de parte a parte, nos versos de Guilherme de Almeida, aproveitados em parte pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em selos comemorativos do meio século: “Aos épicos de julho de 32, que, fiéis cumpridores da sagrada promessa feita a seus maiores/Os que houveram as terras e as gentes por sua força e fé/Na lei puseram sua força e em São Paulo sua fé !”

*

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Amaral, Antônio Barreto do — José Carlos de Macedo Soares. São Paulo, 1983. 288 págs.

O transcurso do centenário de José Carlos de Macedo Soares, do qual nos ocupamos noutra local deste fascículo, propiciou ao escritor e acadêmico Antônio Barreto do Amaral, nosso preclaro confrade da Academia Paulista de História, a elaboração deste valioso volume no qual se analisa a vida e a obra do “Embaixador da Paz” e “Chanceler das Américas”, homem público e intelectual dos mais eminentes de nosso País. Grande coisa quando um centenário pode ser comemorado com a publicação de um livro como este que aqui se registra. Pelo menos, dá à comemoração um sentido de permanência que a transitoriedade das festividades obviamente não pode dar. Isto, sem falar na contribuição que representa para a história de São Paulo e do Brasil, desde que se trate, como é o caso presente, de trabalho honesto e criterioso, alicerçado em pesquisas em arquivos e na imprensa. Edição da “São Paulo, Companhia Nacional de Seguros”, a quem agradecemos a remessa do exemplar. ONM.

Anais do Seminário de Tropicologia. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1983. 478 págs.

A Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana vem de publicar, em belo e alentado volume organizado e prefaciado por Roberto Motta, contendo conferências, comentários e debates do Seminário de Tropicologia realizado em 1980 em comemoração ao octogésimo aniversário de Gilberto Freyre. Conferências de Thales de Azevedo (“Gilberto Freyre, o antropólogo”), Néelson Chaves (“Gilberto Freyre, antropologia e nutrição”), Francisco de Assis Barbosa (“Gilberto Freyre, o antecipador”), Luiz Felipe Baeta Neves (“Gilberto Freyre, o sociólogo”), Cecília Maria Westphalen (“Um modelo de história social: o de Gilberto Freyre”), David Mourão Ferreira (“Gilberto Freyre, o escritor”), Afonso Arinos de Melo Franco (“Gilberto Freyre e sua importância política”) e Gilberto Osório (“Gilberto Freyre e a tropicologia”). Como comentadores, Egon Schaden, Roberto Mota, Bertoldo Kruse, Gilberto de Macedo, José Vicente Freitas Marcondes, Antônio de Pádua Ramos, Joaquim Arruda Falcão, Cláudio França, José Calazans, Célia Freire, Luiz Marcuschi, Sandra Cavalcanti, Costa Porto, Armando Mendes e Manoel Correia. Posfácio interessantíssimo (parodiando Mário de An-

drade na **Paulicéia Desvairada**) do próprio Gilberto Freyre. O organizador do volume explica algumas de suas dificuldades: “Entre os seminaristas houve tanto os muito minuciosos na revisão, como os totalmente displicentes. De todos cuidou o organizador com o máximo desvelo, dentro do princípio de respeito às intenções, que tinham de ser descobertas por mais trabalhosa que a tarefa parecesse. Houve abreviações e, mais raramente, a explicitação de algum conceito”. Por outro lado, fala do significado do ano de 80 para a cultura pernambucana: “O ano de 1980 trouxe um **boom**, uma explosão de energia para o Seminário, que se associou às festas do octogésimo aniversário do fundador, Gilberto Freyre, o ‘indivíduo-assunto’ (como ele se denomina no posfácio) de todas as oito ou nove reuniões. E houve a mudança da Universidade Federal de Pernambuco para o Instituto, que no mesmo ano se converteria em Fundação Joaquim Nabuco. Nisso é certo que saiu ganhando o Seminário, transformado na iniciativa mais querida do Presidente Fernando Freyre, recebendo completo apoio institucional, à altura das suas contribuições para a cultura brasileira, das qualificações dos membros efetivos e extraordinários, do prestígio absolutamente ímpar de Gilberto Freyre, no esplendor dos oitenta anos”. Vale aqui o que escrevemos a propósito do livro de Barreto do Amaral sobre Macedo Soares, registrado linhas atrás deste mesmo fascículo: É uma grande coisa quando uma comemoração qualquer pode ser celebrada com a publicação de um livro, como este que aqui se registra, pois isto dá à efeméride o sentido de permanência que a transitoriedade das festividades obviamente não pode dar. Isto, sem falar na contribuição cultural que representa para a região e para o País. ONM (Cortesia da Fundação Joaquim Nabuco.)

Ávila, Antônio d’ / Vale, Manuel Pereira do — Deodato Ferreira Leite, o Franciscano. São Paulo, Editora do Escritor, 1983 (data do prefácio). 74 págs.

Publicação “in memoriam” de Deodato Ferreira Leite (1898 — 1981), que os autores bem conheceram e a quem denominam “o Franciscano”, pelo caráter profundamente humano que soube imprimir à sua existência. Além dos traços biográficos, reuniram os autores numerosos depoimentos de pessoas que o conheceram e o acompanharam em sua trajetória nas mais diversas atividades. A idéia do livro — informa o Professor Ávila — surgiu numa reunião da Associação dos Antigos Alunos do Colégio São Luís, logo após o seu falecimento. Testemunho de verdade e de humanidade, eis como se pode caracterizar este pequeno volume. ONM (Cortesia dos autores.)

Del Fiorentino, Teresinha Aparecida — Prosa de ficção em São Paulo: produção e consumo, 1900 — 1920. São Paulo, Hucitec/Secretaria de Estado da Cultura, 1982. 130 págs.

O derradeiro número da **Revista de História** (112, correspondente ao último trimestre de 1977), que o seu saudoso diretor, Professor Simões de Paula, nem chegou a ver publicado, estampou na seção “Teses e Monografias” (pp. 449 a 515), o resumo da dissertação de Mestrado apresentada pela autora à Universidade de São Paulo sobre o interessantíssimo tema “A produção e o consumo da prosa de ficção em São Paulo”. Dois anos depois, integrando a coleção “Brasil através dos textos” (Editora Cultrix), dirigida pela professora Maria Beatriz Nizza da Silva, aparecia sua tese de doutorado, na qual analisava dois romances utópicos aparecidos em São Paulo no início do século. Com aval da diretora da coleção (ao mesmo tempo orientadora de sua carreira universitária), o prefácio que escreveu para **Utopia e Realidade** recorda que a autora se propôs a “estudar São Paulo no início deste século recorrendo a uma documentação ainda pouco explorada pelos historiadores brasileiros: a prosa de ficção”. E acrescenta: “Ao investigar contudo a produção editorial nesta área, por um lado constatou a dificuldade em localizar os romances e contos publicados em São Paulo entre 1900 e 1922 e, por outro lado, experimentou a necessidade de pesquisar a produção da prosa de ficção no contexto mais amplo da produção do livro na capital paulista, pesquisa esta que ainda estava por fazer. Deste modo, a sua dissertação de Mestrado concentrou-se no estudo do movimento editorial. Só depois deste primeiro trabalho se consagrou à análise dos romances e contos editados em São Paulo no início do século e que descreviam a sociedade paulistana da época”. Localizando dois textos que pela sua originalidade fugiam aos padrões ficcionistas habituais (pois que romances utópicos), a autora soube analisá-los conveniente e adequadamente, tirando deles o substancial para a compreensão da época, vendo neles não apenas o interesse literário, mas igualmente considerando-os como documentos históricos. Pois bem: três anos depois, oferece-nos a autora, na íntegra, a dissertação de Mestrado que havia sido publicada resumidamente na **Revista de História**.

Agora pode o leitor avaliar as dificuldades que encontrou para a sua pesquisa, e que a prefaciadora do livro anterior justamente considerou. Propondo-se a analisar “produção e consumo” da prosa de ficção em São Paulo nos primeiros vinte anos deste século, a autora nos apresenta valiosa contribuição ao conhecimento da vida cultural paulista. As principais bibliotecas de São Paulo e de Campinas, catálogos de editoras, anúncios de livrarias nos jornais da época, correspon-

dência de escritores (notadamente Monteiro Lobato, pioneiro do movimento editorial em São Paulo), eis algumas das fontes utilizadas para este livro que fixa uma época cultural significativa de São Paulo. ONM (Cortesia da autora).

Fernandes, Aníbal — Estudos Pernambucanos. Segunda edição; pref. de Laurênio Lima. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1982. 226 págs.

“Jornalista brasileiro (Recife 1894 – 1966). Formou-se em direito (1916) e desde cedo ingressou no jornalismo. Foi diretor e redator-chefe do **Diário de Pernambuco**. Ainda em Recife ocupou diversos cargos públicos. Eleito deputado estadual, apresentou na Câmara o projeto criando a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, para resguardar as obras históricas e artísticas existentes no Estado. Após a Revolução de 1930, passou a dedicar-se ao **Diário de Pernambuco**, à direção de **A Cidade**, e à chefia de redação dos **Diários Associados**. É autor do livro **Pernambuco no tempo do vice-rei**”. Esta modesta nota, que recolhi de uma conhecida Enciclopédia (Delta Larousse) talvez compense a omissão do nome do escritor pernambucano em dicionários biobibliográficos, nos quais com mais razão deveria estar, como bem a propósito lamenta o prefaciador deste volume, “a despeito de figurarem outros Fernandes brasileiros, todos menos ilustres que o pernambucano”. O livro que aqui se registra foi publicado em 1956, em edição fora de comércio, e agora vem de ser reeditado, sob a coordenação de Edson Nery da Fonseca. Como o título o indica, trata-se de volume misto, contendo numerosas conferências proferidas pelo autor em diversas cidades: São Paulo, João Pessoa, Rio de Janeiro, Maceió, Natal, Campina Grande, Olinda, Recife e Salamanca (Espanha). Sobre os mais variados assuntos: Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, arte cívica e religiosa em Pernambuco, Seminário de Olinda, jornalistas pernambucanos, três pintores do Nordeste (Teles Júnior, Pedro Américo e Rosalvo Ribeiro) e ainda o Ginásio Pernambucano e uma bela evocação da capital francesa. Segundo o prefaciador, é neste volume que melhor se revela a preocupação de Aníbal Fernandes com as coisas de seu universo, que era Pernambuco e o Nordeste do Brasil e o livro é recomendável pelo que contém de pernambucanidade. ONM (Cortesia da Editora.)

Flores, Hilda Agnes Hübner — Canção dos Imigrantes. Pref. de Eva Wysk Koch. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Universidade de Caxias do Sul, 1983. 264 págs. (Coleção “Imigração Alemã”, v. 15.)

“Em minha infância ouvia familiares e vizinhos cantarem ao final da jornada diária, em serões de família, em festas ou na Igreja. Estas canções, que faziam parte do dia-a-dia, calavam fundo na alma e podiam ser consideradas elemento formador da personalidade, assim como os ensinamentos da escola e os preceitos da Igreja. Ao escolher tema para dissertação de mestrado em História da Cultura, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, optei pela retomada da experiência infantil, procurando equacionar a abrangência e o significado da canção, disseminada, outrora, pelas colônias teutas do Estado (...) **A Canção dos Imigrantes** enfoca a temática das canções sem se deter no seu valor artístico-cultural, procurando estabelecer a abrangência e o significado axiológico que o canto assumiu nas nossas colônias de formação germânica: até que ponto a canção deu uma resposta circunstancial às necessidades do imigrante no seu novo meio geossócio-cultural? Até que ponto contribuiu para estabelecer equilíbrio entre valores tradicionais europeus e elementos novos existentes na nova pátria? As Sociedades de Canto fundadas pelos pioneiros e cultuadas pelos pósteros, aproveitando a índole germânica de apreço ao canto, colaboraram efetivamente para equacionar o problema de uma nova imagem cultural? Como? Pela canção em si? Pelas imposições estatutárias da Sociedade? Pelo cultivo de valores não expressos documentalmente, mas aceitos e validados no quadro social da Sociedade? Pelo cultivo de valores não expressos documentalmente, mas aceitos e validados no quadro social da Sociedade? É o que este trabalho se propõe a investigar”. Cremos que estas palavras tiradas à introdução do volume predispoem o leitor à maneira mais favorável possível para a sua leitura. Sobretudo pela originalidade do tema. Com relação aos imigrantes e colonos já se tratou de tudo: economia, técnicas agrícolas, espírito associativo, língua, religião, folclore, assimilação, aculturação, índole e caráter, lazer, enfim, tudo motivando excelentes trabalhos de investigação e pesquisa, quase sempre dentro das mais rigorosas normas metodológicas. Mas, nada existia, ao que sabemos, quanto à música. O estudo do cancionário, seja ele de que natureza for, é sempre do mais alto interesse para a avaliação cultural de um grupo. Especialmente no caso dos alemães, cujo apreço ao canto foi sempre muito significativo, como a autora fez questão de frisar. A pesquisa da Professora Hilda limitou-se a algumas colônias do município de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, aliás sua terra natal. Seu livro traduz, acima de tudo, um sentido de vivência, que é, como todos sabem, fundamental em história. Não sabemos se haveria possibilidade de pesquisas similares para outras regiões de colonização alemã no próprio Rio Grande do Sul ou em outras áreas do País. Ninguém melhor que a autora para responder à nossa indagação. Diversas pes-

soas, das mais credenciadas, já se manifestaram sobre o interesse do livro que aqui se registra, conforme transcrições nas “orelhas” das capas. Não teríamos senão que reiterar o que ali se transcreveu. A Professora Hilda Flores, já conhecida dos nossos leitores (pois já publicamos trabalho de sua lavra) pode estar certa de ter realizado não apenas uma pesquisa honesta, digna, completa (tanto quanto possível), erudita e atendendo ao que mais rigoroso se poderia exigir, mas pode ter certeza também de ter enriquecido a bibliografia brasileira com um trabalho original, que poderá, inclusive, abrir caminho para pesquisas em outras áreas. Da mesma forma que a autora ligou seu nome, também, à xenobibliografia brasileira como tradutora de um dos mais interessantes relatos estrangeiros sobre o Brasil, as **Memórias de um imigrante boêmio**, de J. Umann, do qual já nos ocupamos em um dos números anteriores desta revista. ONM (Cortesia da autora.)

Isabelle, Arsène – Viagem ao Rio Grande do Sul: 1833/1834. Trad. de Dante de Laytano. 2ª edição. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1983. 165 págs.

Arsène Isabelle, viajante francês que andou pelo Rio Grande do Sul e pelo Prata na época da Regência, publicou o relato de sua viagem em 1835. Constitui um dos melhores títulos da vasta bibliografia de estrangeiros que percorreram nosso país (ou partes dele) no século passado. Com todo o interesse de seu livro, tivemos que esperar mais de cem anos para tê-lo em nossa língua. E tivemos logo duas edições, a curto intervalo: a primeira, parcial, apenas da parte relativa ao Rio Grande do Sul, em tradução de Dante de Laytano; e a segunda, completa, traduzida por Teodomiro Tostes. Apareceram, respectivamente, em 1946 e 1949, editadas, a primeira pelo Museu Júlio de Castilhos, de Porto Alegre, e a outra Zélio Valverde, editor do Rio de Janeiro. Ambas, com o tempo, tornaram-se bastante raras. Donde a feliz iniciativa de Martins Livreiro, de Porto Alegre, reeditando a tradução de Dante de Laytano. O volume contém, ainda, notas e uma extensa apreciação sobre a obra de Arsène Isabelle, quase um resumo da parte referente ao Prata. Convém registrar que a excelente tradução de Dante de Laytano, antes de tirada em volume pelo Museu Júlio de Castilhos, fora publicada nas páginas do **Correio do Povo**, o grande matutino de Porto Alegre. E convém, igualmente, registrar que Arsène Isabelle, além de seu relato de viagem, deixou outro livro valioso, publicado originalmente em Montevideu, mas em francês: **Émigration et colonisation dans la Province brésilienne de Rio-Grand-du-Sud, la République Orientale de l'Uruguay et tout le bassin de la Plata**. Encontra-se editado em nossa língua, em tradução

de Belfort de Oliveira, com prefácio de Augusto Meyer, Rio de Janeiro, Gráfica Editora Sousa, 1950. ONM (Cortesia do Prof. Dante de Laytan, através do Museu Júlio de Castilhos.)

Levantamento de fontes sobre a Revolução Farroupilha. Porto Alegre, Secretaria de Educação e Cultura, 1983. 192 págs.

Excelente trabalho levado a efeito pelos estagiários do “Projeto Museu” da Fundação MUDES, sob a coordenação da Profa. Eni Barbosa, e participação das seguintes instituições culturais rio-grandenses: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Biblioteca Pública do Estado, Museu de Artes, Museu de Comunicação Social “Iipólito da Costa” e Museu Júlio de Castilhos. Diz o Dr. Tarcisio Taborda na apresentação que “não é um trabalho completo, mas é uma mostra do que pode ser feito com estagiários que desejam o domínio de sua área de estudo, para se tornarem profissionais aptos. Serve para sugerir outras pesquisas, e será chave para projetos de estudos sobre a Revolução Farroupilha, cujo sesquicentenário ocorrerá a partir de 1985. Para o Estado é de enorme significação poder abrir as portas de suas instituições a fim de que os jovens se iniciem profissionalmente e vejam, em forma de livro, o seu trabalho, que será útil a quantos se debruçam na pesquisa de nossa gesta”. Há algumas frases dessa apresentação que merecem realce: “mostra do que pode ser feito com estagiários...”, “serve para sugerir outras pesquisas e será chave de projetos futuros...”, “para o Estado é de enorme significação poder abrir as portas de suas instituições a fim de que os jovens se iniciem profissionalmente...”, “a fim de que os jovens vejam em **forma de livro** (grifo nosso) o resultado de seus trabalhos”... Tudo isto, em suma, representa plena conscientização quanto ao interesse das **fontes** para a pesquisa histórica. Diante disto, parece-nos de so-menos lembrar que o trabalho não é completo. Aliás, qual o levantamento de fontes que pode gabar-se de ser completo? O que os colegas do Rio Grande do Sul fizeram com as fontes para a Farroupilha pode servir de modelo a tantos outros grupos de estudiosos ou entidades que, porventura, tenham interesse em trabalhos semelhantes. Se se fizer uma cobertura arquivística sobre centenas de temas de nossa história com o que vem de ser feito com o “grande decênio” dos gaúchos, quanto se beneficiará a pesquisa histórica em nosso país! Significativo o levantamento a que se procedeu nos arquivos municipais de Alegrete, Caçapava, Cachoeira, Cruz Alta, Jaguarão, Pelotas, Piratini, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, São Borja, Santo Antônio da Patrulha, São José do Norte e Triunfo. E tudo de acordo com as mais modernas normas metodológicas: não apenas a indicação dos documentos, mas o seu conteúdo e a localização corre-

ta nos diversos arquivos em que podem ser consultados. Sem preocupação de omitir ou esconder, mas reconhecendo plenamente o interesse e o valor da pesquisa como serviço público. E além do documentário propriamente dito, numerosas outras peças que podem servir ao pesquisador, como, por exemplo, extratos das notícias de jornais alusivas à comemoração do centenário farroupilha, em 1935, ou o levantamento do que se publicou, *Lusivo à Revolução*, em jornais mais modernos, inclusive o precioso **Caderno de Sábado** do "Correio do Povo", substituído hoje pelo não menos precioso **Letras & Livros**, do qual esta publicação já se tem utilizado, e com relativa freqüência, para matéria do mais alto interesse. Não sabemos a quem cumprimentar: à Profa. Eni Barbosa, que orientou o levantamento? a Tarcísio Taborda, que promoveu a publicação? ao atual diretor do Instituto Estadual do Livro, Luiz Antônio de Assis Brasil, que, em virtude de mudança de governo, veio efetivamente a publicá-lo? Certamente a todos. ONM (Cortesia do Instituto Estadual do Livro, Porto Alegre.)

Maia, Carlos Leite — 50 anos da AIP (Associação da Imprensa de Pernambuco). Pref. de Nilo Pereira. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1982. 370 págs. com ilustrações.

O cinquentenário da Associação da Imprensa de Pernambuco propiciou ao autor elaborar volume bastante informativo, rico de conteúdo e com subsídios valiosos não apenas para a história da imprensa, mas da cultura em geral na terra pernambucana: "missão generosa dada a um sócio-fundador, árdua, de confiança e de crença na sua honestidade de informar". E continua no prefácio: "Para tal, voltando o autor a percorrer as ruas do velho Recife de 1931, ainda o menino de treze anos; os anos seguintes, correndo, como num maravilhoso calidoscópio, pelas atas da Diretoria, pelas coleções de jornais, para se recompor paisagens já mortas, reviver gestos e figuras, relembrar fatos e emoções." Pois é tudo o que encontramos em seu livro, feito com "todo o cuidado de repórter" para enfeixar num só volume esses cinquenta anos "dos mais tormentosos e desafiantes" da imprensa pernambucana. ONM (Cortesia da Fundação Joaquim Nabuco.)

Pereira, Nilo — Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil. 2ª edição; pref. Gilberto Freyre. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1982. 332 págs. (Série "Estudos e Pesquisas", vol. 23.

Embora o título dê idéia de tratamento mais amplo do assunto, o livro, na realidade, restringe-se à análise da Questão Religiosa, do

século passado, com enfoque especial para a figura de Dom Vital. E sob este aspecto, não podemos deixar de reconhecer nele um trabalho magistral, em que a tão maltratada "questão religiosa" se vê alvo de uma nova ótica, diríamos mesmo uma nova perspectiva, esclarecendo fatos pouco sabidos e às vezes deformados. Livro que, diz o prefaciador, "merece ser lido, relido e meditado por todos aqueles brasileiros para quem o passado, o presente e o futuro do seu país não são tempos separados mas tempos que socialmente se interpenetram". ONM (Cortesia da Editora.)

*

PERIÓDICOS

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vol. 6, 1983. Volume todo dedicado à divulgação das peças da Coleção Alfredo Varela, relativas ao período farroupilha. (Cortesia do Arquivo, Rua André Puente, 318 - 90000 Porto Alegre, RS.)

Boletim de Geografia Teorética. Vol. 13, nº 25. 1983. **Conteúdo**: A fala e o fato: limites da descentralização industrial no Estado de São Paulo (José Antônio Ronchezel); Ecossistemas e Geossistemas do Estado de São Paulo (Helmut Troppmair); O processo de urbanização/industrialização e seu impacto sobre algumas características do setor agrícola do Estado de São Paulo: resultados preliminares (Lúcia Helena de Oliveira Gerardi); As agro-indústrias e a formação do setor canavieiro em Araras (Enéas Rente Ferreira e Sílvio Carlos Bray); Notas e resenhas por Gessé Gerardi, Antônio Christofoletti e Maria Juraci Zani dos Santos. (Cortesia da Associação de Geografia Teorética, Caixa Postal 178 - 13500 Rio Claro, SP.)

Centro de Estudos Portugueses: Boletim Informativo, ano 7, nº 9, 1981. Universidade de São Paulo: Inês de Castro em Camões e Garcia de Resende (Thereza da C. A. Domingues); A literatura como defesa: o exemplo do teatro de Antônio José da Silva (José Carlos S. Bom Meihy); De Simbolismo e Surrealismo: a escrita automática (Lênia Márcia de Medeiros Mongelli); Resenhas (Carlos Alberto Vechi, Elenir A. de Barros); Bibliografia de Camilo Castelo Branco (Carlos Alberto Iannone). (Cortesia do Instituto de Estudos Portugueses da Univ. de São Paulo, Caixa postal 8105, São Paulo.)

Ciência & Trópico. Revista semestral da Fundação Joaquim Nabuco, Recife. **Vol. 9, nº 1, jan./jun. de 1981**: Lima Barreto: a propósito do seu centenário (Gilberto Freyre); A favor de nova legislação de proteção ao bem cultural (Joaquim Falcão); Oliveira Lima, diplomata da "Belle Époque" (Manoel da Silveira Cardoso); Todas as divindades se encontram nas "encantarias" de Belém (Napoleão Figueiredo); O Cabo e as revoluções pernambucanas (Rachel Calda Lins); Paremiologia e linguagem na ficção machadiana (Reginaldo Guimarães); Recensões (Joaquim Falcão, João Hélio Mendonça, Sebastião Vila Nova e Luciano de Oliveira); Bibliografia sobre Tropicologia. **Vol. 9, nº 2, jul./**

dez. de 1981, volume especial consagrado a Monteiro Lobato, pelo seu centenário: Monteiro Lobato revisitado (Gilberto Freyre); A questão social e política no Brasil (Rui Barbosa); O pai do Jeca (Alceu Amoroso Lima); Urupês e o sertanejo brasileiro (Andrade Muricy); Um Maupassant brasileiro (Agripino Grieco); Eis um escritor feliz! (Manuel Bandeira); Carta a Monteiro Lobato (Oswald de Andrade); Escritor para adultos e crianças (Plínio Barreto); Vinte e cinco depois (Gilberto Freyre); Caipirismo e camilianismo em Monteiro Lobato (Agripino Grieco); Estas memórias (Edgard Cavalheiro); Um sentimental apaixonado (Sérgio Milliet); Jeca Tatu é uma vingança (Sérgio Milliet). **Vol. 10, nº 1, jan./jun. 1982**: O Imaginário e o Cotidiano (Monique Augras); A favor do bem cultural (Joaquim de Arruda Falcão); O fator racial na política contemporânea (Gilberto Freyre); Gilberto Freyre, historiador (Potiguar Matos); Documentos sobre o Brasil na Biblioteca de Cracóvia (J. O. de Meira Pena); Em torno do assunto Mulher e Trópico (Gilka Buriel Weber); Recensões (Gilberto Osório de Andrade, Constança Pereira de Sá, Roberto Mota, João Hélio Mendonça, Rachel Caldas Lins, Edson Nery da Fonseca e Alexandrina Sobreira de Moura); Bibliografia sobre "Ferro e Civilização". (Cortesia da Fundação Joaquim Nabuco, Rua Dois Irmãos, 15 - 50000 Recife, PE.)

Estudos Ibero-Americanos, vol. 8, nº 2, dez. 1982. Porto Alegre, Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica. Paleopaisagens e povoamento pré-histórico do Rio Grande do Sul (Arno Alvarez Kern); O escravo negro nos cárceres de Porto Alegre (Margaret Marchiori Bakos); São Paulo: alternativas para uma economia em crise na década de vinte (Luiza Helena S. Kliemann); Desenvolvimento e arte concreta no Brasil (Maria Lúcia Kern); Notas para um estudo de historiografia colonial (Leopoldo Collor Jobim); A indústria carbonífera rio-grandense e a questão energética (Sandra Jatahy Pesavento); Mercado de trabalho em atividades de preservação de acervos culturais no Rio Grande do Sul (Eni Barbosa). (Cortesia do Departamento de História da PUC, Caixa postal 1429 - 90000 Porto Alegre, RS.)

História. Publicação da Universidade Est. Paulista (Unesp), v. 1, 1982: Historiografia latino-americana contemporânea: problemática de suas tendências (J. R. do Amaral Lapa); O rearmamento naval brasileiro e a rivalidade Brasil-Argentina em 1906/1908 (Clodoaldo Bueno); Metodologia e perspectiva de interpretação da política e do trabalho na sociedade brasileira (Antônio Carlos Bernardo); Considerações em torno da análise da escravidão colonial (Claudinei Mendes); A moeda luso-brasileira numa época de crise, 1808/1821 (David Rabello); A reforma judiciária de 1871 e sua discussão no Senado do Império (Beatriz W. de Cerqueira Leite); Francisco Schmidt: a formação de uma grande propriedade cafeeira (Maria Luiza de Paiva Melo Morais); A "Questão Social" no discurso parlamentar na Primeira República (Paulo Alves); As Cruzadas no quadro da ideologia cristã e do poder pontifical (Maria Cristina Garcia); Resenhas (Amaral Lapa, Clodoaldo Bueno e Jaciro C. Patrício). (Cortesia da Profa. Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci.) Obs.: esta publicação é editada pelo Instituto de Letras, História e Psicologia da Unesp, Caixa Postal 335 - 19800 Assis, SP.

História: Questões & Debates. Revista da Associação Paranaense de História. Ano 3, nº 4, junho de 1982. Conteúdo: O historiador, o número e a máquina (Jean Glénisson); As estruturas agrárias da América Latina na época colonial: tentativa de síntese interpretativa (Ciro Flamarion S. Cardoso); Super-8 paranaense: elementos para uma história (Denise Bottmann); A revolução dos negros

do Haiti e do Brasil (Luiz R. B. Mott); O mandonismo local e o movimento republicano (Luiz Carlos Ribeiro); notas de leitura, notícias, índice dos vols. 1 e 2. Nº 5, dezembro de 1982: Os meses e os dias de casamento no Paraná (Jayme A. Cardoso e Sérgio O. Nadalin); Cooperativa mista Boqueirão: uma obra menonita em Curitiba (Maria Rosa Chaves); Ambigüidade do sistema colonial (Denise Bottmann); Recursos para a educação: uma carência histórica (Luiz Carlos A. Neves); Critérios psicológicos no livro didático: uma análise crítica dos conteúdos de Estudos Sociais (Marisa Fernandes Nunes); Sobre Resistências (Cecília Zokner); Tempo histórico: um novo conceito (José Augusto Colodel); Estruturas agrárias de Curitiba (Odah Regina G. Costa); Dinâmica da população evangélica luterana de Curitiba a partir de 1866 (Sérgio O. Nadalin); Dissertações de mestrado em História do Brasil, notas de leitura, notícias. Contactos: Caixa Postal 1538, Curitiba (Cortesia da APAH).

Reflexão. Revista quadrimestral do Instituto de Filosofia da PUCCAMP. Nº 25. A Filosofia nas escolas de 2º grau (Editorial); Humanismo cristão Educação Brasileira (Hubert Lepargneur); A Filosofia da Educação no Brasil e a Organização Escolar (Maria Luísa Santos Ribeiro); O positivismo: caracteres e influências no Brasil (Antônio Carlos Bergo); A educação e a formação da nova cultura: uma leitura da obra de Gramsci (Jefferson Ildelfonso da Silva); O futuro da Educação: a geração de 1989 (Hubert Marshall McLuhan); O valor epistemológico do mito sobre o logos em Vicente Ferreira da Silva (Constança Marcondes César); Encontro sobre "A volta da Filosofia ao 2º grau" (J. F. Regis de Moraes, Jamil C. Sawaya, Ruy Rodrigues Machado, Maria Teresa Penteado Cartolano e Olinto A. Pegoraro); Noticiário científico-cultural; Resenhas; Bibliografia. (Cortesia do Instituto, Rua Marechal Deodoro, 1099, Campinas.)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volume 331, abril/junho de 1981. Rio de Janeiro, 1981. **Conteúdo:** A agitação panfletária na véspera do aniversário do Príncipe Regente em 1821 e a situação política no Rio de Janeiro antes da divulgação das "Lembranças" paulistas (Carlos H. Oberacker Jr.); A Ordem de São Bento em Cabo Frio (Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa); Um capitão do exército húngaro no Brasil (Oliver Onody); Camões na medalhística brasileira (João Fernandes Penna); A obra de Eduardo Laemmert (Gilberto Ferrez); Novas notas sobre a Lei Saraiva (Mircea Buescu); Marechal Deodoro: uma figura humana (Antônio Pimentel Vinz); Origens das Instituições brasileiras (Pedro Calmon); Bibliografia; Estatística; Publicações Recebidas.

Tempo e Sociedade. Univ. Federal Fluminense, vol. 1, nº 1. jan./jun. 1982. Párocos e vigários em Salvador no século XIX: as múltiplas riquezas do clero secular da capital baiana (Katia M. de Queirós Mattoso); A contribuição da demografia à História (Jacques Dupâquer); Sociólogos nos domínios de Clío (Ciro F. S. Cardoso); bibliografia e documentação; necrológio de Manoel Maurício de Albuquerque. Contactos: Instituto de Ciências Humanas da Univ. Fed. Fluminense, Largo do Valonguinho, Niterói. (Cortesia do Instituto.)

*

* *

NOTICIÁRIO

OS VINTE ANOS DE ATIVIDADES DO INSTITUTO DE ESTUDOS
BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Unidade da **Universidade de São Paulo** que se define como Instituto Especializado, o **Instituto de Estudos Brasileiros** tem natureza e atuação de cunho interdisciplinar, nas diversas áreas no âmbito de Brasil e está instalado provisoriamente à Av. Professor Mello Moraes, 1235, Bloco D, na Cidade Universitária.

Idealizado em 1962, por Sérgio Buarque de Holanda, com o objetivo de promover a integração das áreas e incrementar a pesquisa em torno do Brasil, teve sua primeira regulamentação em 1963, tornando-se **Instituto Especializado**, com Regimento próprio, aprovado em 1981 pelo Conselho Universitário da USP.

A base patrimonial de seu início foi a valiosa biblioteca de Yan de Almeida Prado, **Brasiliana** de consulta indispensável por parte de estudiosos da cultura brasileira, do País e do exterior. A partir desse núcleo o acervo do IEB foi-se formando, com **livros** (obras especializadas, obras raras, obras de consulta em geral); **documentos** (manuscritos, originais de obras, anotações, recortes, iconografia de escritores e intelectuais de nossa cultura, notadamente do período modernista); **obras de arte** (pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, dos participantes da **Semana de Arte Moderna** e outros). Acervo que, enriquecido com aquisições (por doação, compra ou em depósito) atualmente se estende por campos diversos de nossa cultura: Língua, Literatura, História, Antropologia, Folclore, Geografia, Ecologia, Economia, Biologia, Música, Educação etc. Constituído de coleções, que se integram num patrimônio unitário não podendo ser desmembrado, conforme cláusulas de aquisição, no acervo do IEB repousa a própria essência da entidade, conforme os objetivos de sua criação, reafirmados no prosseguimento de sua atuação através do tempo.

Este patrimônio, com suas diversas coleções, é o objeto primordial do trabalho desenvolvido por especialistas do IEB, em várias áreas da cultura brasileira, que, pessoalmente ou dirigindo equipes, se dedicam à organização e preservação das coleções. Estagiários – alunos de pós-graduação de outras unidades da USP, ou pesquisadores sem vínculo, muitos deles com bolsas da FAPESP, CNPq, CAPES – ao realizarem trabalhos próprios, também colaboram na arrumação e organização das coleções.

A organização, em andamento, já permite que se coloque a serviço de estudiosos e de instituições do País e do exterior, grande parte da documentação e obras, através dos **Órgãos internos**, que compõem o IEB: **Arquivo, Biblioteca, Coleção de Artes visuais**, que abrigam mais de 55 mil livros, cerca de mil obras de arte e inúmeros documentos, constituindo um conjunto raro, pela diversificação na unidade, de importância fundamental para o estudo de várias fases e vários aspectos de nossa História.

Este acervo é o núcleo de pesquisas internas divulgadas mediante atividades próprias, do IEB, tais como palestras e cursos de extensão, exposições, publicações, como a **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** cujo 25º volume está em vias de publicação, bem como a série de obras, cujo volume nº 32 está no prelo.

O IEB, como entidade centrada na pesquisa e que congrega um valioso patrimônio e um corpo próprio de especialistas, recebe contínuas solicitações para colaborar com as demais unidades da USP, seja na participação em cursos, seja em atividades de pesquisa para a realização de monografia, teses e trabalhos de outro teor. Também participa, mediante colaboração ou assessoria de seus especialistas, bem como cessão de obras e peças de suas coleções, em promoções das mais diversas entidades culturais do país, em convênios ou realizações conjuntas, tais como as que apontamos, no momento, por se acharem em vias de concretização:

- Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro – Exposição sobre a produção do escritor paulista Antonio de Alcântara Machado.
- FUNARTE – Comemoração dos 90 anos de Mário de Andrade.
- Fundação Bienal – Sala de Flávio de Carvalho.
- Secretaria de Estado da Cultura de S. Paulo – Exposição no lançamento do livro de Vitor Knoll, no Paço das Artes.
- Companhia Energética de S. Paulo (CESP) – Organização do Arquivo e Museu da Eletricidade.

O IEB, através de seu Conselho Diretor, Especialistas, funcionários, estagiários, relembrando seus vinte anos de atividades, reafirma seu propósito básico – inerente à natureza da Instituição e ao trabalho que vem desenvolvendo – de continuar envidando todos os seus esforços para preservar esta parcela que nos coube do patrimônio cultural comum, de nosso povo e nossa época – é a herança que todos nós, defensores da cultura brasileira e das criações do espírito humano, temos o compromisso de legar às gerações vindouras.

OS 35 ANOS DE "LETRAS DA PROVÍNCIA"

Tamanho tablóide, composto de tipos móveis e impresso em uma máquina Minerva, desde que circulou pela primeira vez em 15 de outubro de 1948, o jornal literário **Letras da Província**, de Limeira, conserva as mesmas características. Seu conteúdo, no entanto, acompanha a dinâmica dos tempos, com seus colaboradores nacionais e estrangeiros debatendo temas de literatura, filosofia, ciência, educação e artes. Hoje, está comemorando 35 anos de fundação. Nasceu em substituição ao Suplemento Literário da **Gazeta de Limeira**, que circulou mensalmente entre 1943 e 1947, sob a direção do jornalista Álvaro Corrêa com orientação e redação de João de Souza Ferraz.

Um grupo de intelectuais da região e de São Paulo, encarregados da criação das chamadas Casas de Cultura, no interior do Estado, fundou o periódico cultural. A idéia surgiu durante o I Congresso Paulista de Escritores, realizado em Limeira, cuja presidência esteve a cargo de Sérgio Milliet. Coube aos professores João de Souza Ferraz e Octávio Pimenta Reis a fundação e manutenção do jornal que, por sugestão de Sérgio Milliet, recebeu a denominação de **Letras da Província**. O jornal não publica anúncios. É mantido pela Empresa Gráfica Editorial Paulista, presidida pelo professor João de Souza Ferraz, que, aos 80 anos, conserva o mesmo ideal do primeiro número. O jornal já teve circulação maior; hoje, por causa das taxas dos correios, ela está restrita ao Brasil e à América do Sul.

(De uma notícia publicada em "O Estado de S. Paulo", 15-10-1983.)

*

A LUTA PARA RESGATAR AS OBRAS DE CARLOS GOMES

A três anos de sesquicentenário do nascimento de Carlos Gomes, mais da metade de suas obras continuam dispersas pelos lugares onde morou: Campinas, Rio de Janeiro, Belém e Itália. Muitas delas jamais foram executadas e dependem de um trabalho minucioso de um musicólogo para recuperá-las. Boa parte destas obras estão manuscritas e nem sempre facilmente legíveis para serem executadas.

Quando da comemoração da "Semana Carlos Gomes", no corrente ano (11 a 18 de setembro), Benito Juarez, regente da Orquestra

Sinfônica de Campinas, anunciou um ambicioso projeto que já vem sendo executado silenciosamente há alguns anos: recuperar, editar e gravar toda a obra do compositor campineiro.

Desde 1975, o Departamento de Música da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) vem-se interessando em reunir o acervo de Carlos Gomes, aproveitando o trabalho do jornalista campineiro Benedito Barbosa Pupo, encarregado do setor de divulgação do Instituto de Artes da Universidade, e que se preocupa com Carlos Gomes desde 1928, quando localizou, entre outras peças, os originais da sonata intitulada **Burrico de Pau**, composta em Milão, em 1894, para quarteto ou quinteto de cordas, e reuniu depois elementos para a montagem das duas primeiras óperas do compositor, **A Noite do Castelo** e **Joana de Flandres**.

Em 1980, já de forma mais estruturada, este projeto começou a tomar corpo e, hoje, sob a coordenação de Benito Juarez, procura reunir, editar e gravar as obras de Carlos Gomes, boa parte das quais encontra-se em poder da editora italiana Ricordi. No Brasil, a única editora que investiu na área foi a Arthur Napoleão, que republica e aluga obras da Ricordi. No início do próximo ano, após a elaboração de um "dossier" completo da documentação que vem reunindo nestes últimos anos, o Departamento de Música da Unicamp pedirá auxílio financeiro à Funarte, à Secretaria de Cultura do Estado, a empresas particulares, à Biblioteca Nacional e à Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde se encontra reunida boa parte de sua obra.

Na fase atual, o Prof. Achille Picchi, titular de História da Música Brasileira do Departamento de Música da Unicamp, está-se encarregando do trabalho técnico de recuperação: "Muitas obras, manuscritas, são difíceis de serem executadas", explicou o Prof. Picchi. Esta dificuldade foi sentida pelo Maestro Benito Juarez ao encenar, em 1977, em Campinas, a ópera **A Noite do Castelo**, quando, num trabalho de muita paciência, teve de restaurar mais de 70% do manuscrito. Após o trabalho de compilação, recuperação e edição, Juarez partirá para a execução das obras desconhecidas de Carlos Gomes, de modo a poder fazer uma ampla apresentação em 1986, ano do sesquicentenário.

Em seu acervo, o Departamento de Música da Unicamp reúne cópias de obras inéditas, algumas delas sequer concluídas. **O Mosqueteiro**, escrita em 1871, **Enzelino de Romano**, **Morena** e **La Canzone di Miro** são quatro óperas nunca executadas. Graças à colaboração do Centro Cultural Ítalo-Brasileiro, de Milão, a Unicamp conseguiu um rolo de microfílm com 478 fotogramas de obras não executadas: sete partituras de óperas para canto e piano, quatro obras para coros e mais de trinta para canto.

A Unicamp espera contar com a colaboração de pessoas que possuam algo de Carlos Gomes ou livros sobre ele. Muitas já têm atendido ao apelo da Universidade. Em última análise, a finalidade do trabalho de Barbosa Pupo na Universidade consiste em: a) organizar um índice das publicações sobre o compositor, para facilitar a consulta aos interessados; b) implantar um “Banco de Partituras” para fornecer cópias aos interessados na divulgação das obras de Carlos Gomes.

*

A VELHA “INGLESA”, TEMA DE MESTRADO

Há alguns anos, foi apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, pela professora Palmira Petratti, e sob orientação do professor Manuel Nunes Dias, excelente monografia de mestrado tratando de um dos capítulos fundamentais da história ferroviária paulista e brasileira em geral: a fundação e instituição da **São Paulo Railway** (a *Ingleza*, como o povo sempre a denominou), que, em 1866 estabeleceu a ligação do litoral (Santos) com o planalto (São Paulo e, depois, Jundiaí).

“A importância dessa ferrovia — diz a autora — pôde ser sentida já nos primórdios da segunda metade do século XIX, quando nossa sociedade passava por diversos processos de transformação, de crises e adaptações. Com relação às formas de exploração e à sua organização, a **São Paulo Railway** apresenta inúmeras peculiaridades, envolvendo questões de ordem social, financeira e jurídica que tornam o seu estudo interessante e com o qual esperamos contribuir para melhor compreensão da situação na época em que foi criada e seu papel naquele momento econômico paulista e nacional”. E adiante: “embora na aparência as estradas de ferro apresentem um tipo homogêneo de empresa, quer quanto à organização administrativa, técnica e jurídica, quer pelas características dominantes das grandes linhas geralmente adotadas, há, com efeito, uma grande variedade de modalidades nos aspectos mencionados”.

A autora, em suma, nos oferece como que o capítulo inicial da história ferroviária paulista: a **instituição** e o conseqüente processo jurídico-administrativo da empresa que se propôs estudar. Mais ainda: abre caminho para um estudo da importância econômica e social da fer-

rovia, a ser feito por ela própria ou por quem pelo assunto vier a se interessar. Caímos, mais uma vez, no que já é sabido: nenhuma ferrovia paulista, por maior importância que ela tenha tido, foi até hoje estudada "in totum". Isto terá que ser feito. Algo, por exemplo, como o que Estevão Pinto fez para a **Great Western**, ou a professora Cassia Maria Muniz Carletto para a pequena Estrada de Ferro de Nazaré, na Bahia. E para isto, "capítulos" como o que a Professora Palmira Petratti nos oferece em sua monografia de mestrado são fundamentais. É como que se ela nos dissesse: "fiz o começo; façam os outros o fim..." E a continuação de trabalhos dessa natureza não pode demorar muito, pois a desmemorização em torno das ferrovias corre mais aceleradamente do que se pensa. Estudemo-las antes que elas desapareçam de vez e desapareça sua própria memória. ONM

*

PAULO DA SILVEIRA SANTOS

As duas Academias de História — a Paulista e a Paulistana —, bem como o Instituto Histórico e Geográfico, a Ordem dos Velhos Jornalistas, a União Brasileira de Escritores, a Associação Paulista de Imprensa e, provavelmente ainda outras entidades culturais da Capital, registraram com profundo pesar o inesperado falecimento, a 11 de setembro, de Paulo da Silveira Santos, sempre muito dedicado a todas as instituições de que fazia parte e onde sua presença era uma constante. Natural de São Roque, onde nascera a 2 de janeiro de 1906, era filho do educador e jornalista Joaquim da Silveira Santos, de quem herdou a doutrina positivista, que perfilou até o fim de sua vida. Embora beirando os oitenta anos, Paulinho (que é como, carinhosamente, seus amigos o chamavam) era dotado de notável disposição física e capacidade de trabalho, pronto sempre a atender a convites e a participar de quantas reuniões culturais pudesse comparecer. E comparecia sempre levando alguma colaboração, numa excelente lição a tantos outros mais moços.

Pesquisador paciente e rebuscador de arquivos, deixou boa produção, na qual se destacam preferencialmente alguns temas: a história de sua cidade natal, a história do tropeirismo e a história da imprensa. Sobre este último assunto versaram os derradeiros trabalhos que produziu, alguns deles premiados em concurso.

Era assíduo participante das **Semanas da História** que anualmente se realizam na cidade de Franca, promovidas pelo Instituto de História e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. E estou informado de que, poucos dias antes de falecer, havia encaminhado à Comissão Organizadora da Quinta Semana, a realizada no início de outubro, a colaboração com que, a exemplo dos anos anteriores, marcaria sua presença na reunião francana. E foi difícil aos freqüentadores da **Quinta Semana** penetrarem-se da ausência definitiva do bom companheiro.

Colaborador regular do **Diário Popular**, de São Paulo, escrevia excelentes comentários sobre obras recentes de interesse histórico¹. Possuía muitos e bons amigos em Campinas, cidade que visitava com freqüência, aqui tendo vindo numerosas vezes participar dos agradáveis almoços dos velhos jornalistas campineiros.

A notícia de seu falecimento surpreendeu-me quando, retornando de uma viagem a Juiz de Fora, contatei-me com alguns confrades da Academia Paulista de História, da qual Paulo da Silveira Santos era o secretário. Sem oportunidade de me manifestar na ocasião, aqui fica esta palavrinha de saudade. ONM.

*

CENTENÁRIO DE HÉLIO LOBO

O dia 17 de outubro assinalou o transcurso de significativa efeméride da vida cultural brasileira: o centenário do nascimento de Hélio Lobo, expressiva figura da diplomacia e da historiografia de nosso País. Nascido em Juiz de Fora, era filho de Fernando Lobo, um dos maiores vultos da propaganda republicana em Minas Gerais e cuja biografia escreveu em livro publicado em 1937, ao qual intitulou **Um Varão da República**. Pouco viveu em sua cidade natal, pois acompanhando ao pai, foi para o Rio de Janeiro, por cuja Faculdade de Direito se diplomou, iniciando na antiga Capital Federal sua movimentada vida pública.

Foi secretário da Presidência da República no quadriênio de Wenceslau Brás (1914/1918) e secretário da delegação brasileira à Conferência da Paz, em Versalhes (1919).

Ingressando na carreira diplomática, serviu ao Brasil como cônsul em Londres e em Nova York e, depois, como ministro plenipoten-

(1) Ainda no presente número transcrevemos artigo de sua lavra, publicado no velho jornal paulistano, comentando livro do Professor José Gonçalves Salvador. Quando o selecionamos, longe estávamos, evidentemente, de supor que tão breve o perderíamos.

ciário no Uruguai e na Holanda. Neste país, encerrando sua carreira, teve um gesto que muito de perto toca a nós, paulistas; pôs-se declaradamente a favor da Revolução Constitucionalista de 1932, recusando-se a visar papéis necessários ao embarque de armas adquiridas pelo governo de Vargas para combater a revolução paulista e que deveriam ser embarcadas num porto holandês. Isto custou-lhe a disponibilidade, o que o obrigou a voltar ao Brasil.

Ligou seu nome à historiografia brasileira com algumas obras importantes: além da já mencionada biografia do pai, publicou alguns livros sobre o Pan-americanismo (outro assunto que muito o interessou), sobre história diplomática, sobre direito internacional, biografias e relatos de viagens e, ainda, um ensaio sobre o Canadá. Isto, sem falar no que publicou na imprensa periódica e em revistas jurídicas.

Pertenceu à Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito em 1918, na vaga de Souza Bandeira; ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ao Instituto Americano de Direito Internacional. Sempre interessado em questões americanas, realizou cursos e proferiu conferências nos Estados Unidos e em diversos países da América do Sul. Faleceu no Rio de Janeiro, no primeiro dia do ano de 1960.

Seu livro **Um Varão da República**, que não é apenas a biografia do pai, mas excelente estudo sobre a propaganda republicana em Minas Gerais, nunca foi reeditado. Seria interessante que o fosse, especialmente agora que a Editora da Universidade de Brasília está reeditando tantas obras de valia para a história política e que antes haviam sido publicadas — tal como o livro de Hélio Lobo — na prestigiosa coleção “Brasileira”. ONM

*

CENTENÁRIO DA LIVRARIA DO GLOBO, DE PORTO ALEGRE

Cem anos de fundação completou em 19 de outubro a Livraria do Globo, criada por Laudelino Pinheiro de Barcelos e Saturnino Pinto, sob a razão social de L. P. Barcelos & Cia., que mudaria, em 1918, para Barcelos, Bertaso & Cia., quando o saudoso José Bertaso, que ingressara na firma como servente, se tornou sócio dela. Entre seus diretores figurou o escritor Mansuetto Bernardi, que, com a vitória da Revolução de 1930, se fixou no Rio de Janeiro como diretor da Casa da Moeda, a convite de Getúlio Vargas, amigo e participante das rodas literárias e políticas que costumavam se reunir na Livraria do Globo, no princípio do século.

Em 1931, com o desenvolvimento sempre crescente da organização, a firma se expandiu com a criação da Editora Globo, em certo momento — e durante muitos anos — a maior organização editorial do país, quando lançou no mercado, através de memoráveis coleções como a “Nobel”, a “Biblioteca dos Séculos”, a “Biblioteca do Conhecimento Humano”, a “Coleção Amarela”, autores clássicos e contemporâneos, muitos pela primeira vez publicados em português, como Marcel Proust (**Em Busca do Tempo Perdido**, 7 volumes), Balzac (**A Comédia Humana**, 17 volumes), Platão, Ibsen, Huxley, Montaigne, Voltaire, Thomas Mann, Edgard Allan Poe, Tolstoi, Stendhal, Sommerset Maughan e muitos outros mestres da literatura universal, em todos os gêneros, sempre em traduções primorosas, igualmente a cargo de grandes autores brasileiros.

Sob sua chancela igualmente apareceram títulos fundamentais da Filosofia, da Pedagogia, da Música, do Teatro, da História, da Sociologia, da Arte, bem como dicionários diversificados, enciclopédias, inclusive a conceituada **Enciclopédia Globo**, hoje em 18 volumes. Nessa fase, a Editora Globo teve como principais esteios Henrique Bertaso, um dos mais fiéis apaixonados pelo livro, e Érico Veríssimo, na direção do grupo de seleção de obras a serem editadas. Também ao autor brasileiro a Globo dedicou especial atenção, valendo citar, além dos romances do próprio Érico Veríssimo, a edição definitiva da obra de Simões Lopes Neto, sob a orientação do mestre Paulo Ronai e trabalho de pesquisa de Carlos Reverbel.

A Livraria do Globo, no seu tradicional endereço da Rua dos Andradas, foi, durante muitos anos, tradicional recanto de encontros dos intelectuais da terra.

(Do **Correio do Povo**, Porto Alegre, 19-10-1983.)

*

IBERÉ GOMES GROSSO

(Palavras proferidas pelo jornalista Benedito Barbosa Pupo na solenidade de inauguração da **Sala IBERÉ GOMES GROSSO**, no Centro de Ciências, Letras e Artes, em 29 de outubro de 1983.

Muito bem andou a direção do Centro de Ciências, Letras e Artes, quando, por iniciativa de seu presidente Bráulio Mendes Nogueira, deliberou dar o nome de Iberê Gomes Grosso a esta Sala, na qual agora nos

reunimos para concretizar a idéia da merecida homenagem. São Paulo, sua terra natal, já o homenageou, por ato da Prefeitura que denominou uma das ruas da cidade com o seu nome, atendendo à sugestão de José da Veiga Oliveira, crítico musical do "Diário Popular". O mesmo fez Campinas, por iniciativa do vereador Romeu Santini, acolhida pela Câmara Municipal e pelo Prefeito José Roberto de Magalhães Teixeira. Agora, o Centro de Ciências, Letras e Artes perpetua-lhe a memória com esta justa medida.

Iberê Gomes Grosso, um dos expoentes daquela família de valores musicais oriunda de Manuel José Gomes, (o "Maneco Música", como era conhecido em Campinas o pai de José Pedro de Sant'Ana Gomes e Antonio Carlos Gomes), embora nascido na Capital, era um campineiro ardoroso, pois viveu aqui sua infância, ao lado de outros irmãos entre os quais suas duas irmãs, a pianista Ilara Gomes Grosso e a violinista Alda Grosso Borgerth. Filho da pianista Alice Gomes Grosso e de Rodolfo Grosso, neto portanto de Sant'Ana Gomes e sobrinho do violoncelista Alfredo Gomes, seu primeiro professor, no instrumento que o consagraria, Iberê, quando sua família se transferiu para o Rio de Janeiro, fez todo o seu curso com o tio no então Instituto Nacional de Música, hoje Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ao terminar seu curso, Iberê recebeu duas consagrações pelo seu talento e pela sua virtuosidade: uma medalha de ouro e o prêmio de uma viagem à Europa. Na França, completou seus estudos de aperfeiçoamento na Escola Normal de Música, de Paris, sob a direção de dois grandes mestres do violoncelo: Alexaniau e Pablo Casals. Ainda, em Paris, sob a direção de Cols, estudou Harmonia, e de Alexaniau, Música de Câmara. Suas turnês por cidades brasileiras e por Buenos Aires e Montevidéu, consagraram-no como concertista emérito. Foi um grande divulgador da música brasileira, atuando, quer como recitalista, quer como solista de orquestras sinfônicas. Integrou o Quarteto Guanabara, que tinha como pianista Arnaldo Estrela.

Mas a atuação de Iberê não ficou limitada a concertos. Dedicou-se, também, ao magistério na Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde foi professor titular, cadeira essa conquistada através de concurso, em que mais uma vez pôde demonstrar a sua capacidade. Muitos violoncelistas que hoje brilham na constelação de artistas brasileiros foram seus alunos. Devemos destacar, entretanto, uma jovem que, pelo seu talento e formação artística representa já um valor: trata-se de Cláudia Grosso Couto, neta de Iberê. Graças às suas qualidades inatas, que não desmentem as características dos descendentes de Manuel José Gomes, Cláudia já tem dado mostras de seu talento e técnica, colaborando com o Quarteto Guanabara e orquestras de jovens musicistas. Como se constata nos meios artísticos do Rio de Janeiro, onde reside essa

jovem artista, Cláudia Grosso Couto é considerada uma seguidora da esplêndida escola violoncelística e formação musical de seu avô, esse mestre, cuja competência é reconhecida não só no Brasil mas internacionalmente.

Amigo que fui de Iberê, posso ter minha exaltação ao artista interpretada como decorrente dessa amizade. Vou apresentar-lhes, entretanto, a palavra de um renomado crítico do Rio de Janeiro, Antonio Hernandes, que em artigo publicado em fevereiro deste ano em "O Globo", ao referir-se a um concerto do Quarteto Guanabara, em que a neta e discípula de Iberê fazia sua estréia, assim relata a atuação de Iberê no magistério do violoncelo: "Ainda menina, Cláudia foi a última discípula de Iberê. Pertence ela à quarta geração de violoncelistas iluminados pelo professor que iniciou há mais de meio século outros violoncelistas brasileiros, hoje brilhando na Europa e nos Estados Unidos, como Aldo Parisot e Italo Babini". Mas a lista de Hernandes não fica apenas nesses nomes. Muitos outros violoncelistas, hoje consagrados, se beneficiaram dos ensinamentos de Iberê, que, como afirma Antonio Hernandes, "formou direta ou indiretamente, a maior parte dos nossos violoncelistas".

Iberê partiu deste mundo, deixando saudades na família e nos amigos. Sua atuação como músico, professor e concertista, permanece entre nós. Aí estão os resultados de sua atuação em seus ex-alunos. Mas Iberê viverá ainda graças à sua música, cujas gravações deverão ser editadas pelo Pró Memus — Pró Memória Musical —, que a Funarte promete realizar, e que espero ouvir nesta sala, que hoje recebe o seu nome.

*

QUATRO CENTENÁRIOS

Quatro centenários de nascimento além do de Hélio Lobo e Oliveira Viana, registrados em notas à parte, assinalaram o nosso calendário nos meses de outubro e novembro, merecendo as mais expressivas comemorações:

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, nascido em São Paulo a 6 de outubro de 1883, deixou rica folha de serviços ao seu Estado e ao País, dedicando-se às letras, à política, à diplomacia e à administração. Secretário da Justiça do Estado logo após a Revolução de 1930, foi,

depois, e em diferentes ocasiões, ministro das Relações Exteriores. Como diplomata, teve atuação destacada por ocasião da chamada “Guerra do Chaco”, que envolveu o Paraguai e a Bolívia. Após a queda de Vargas, em 1945, foi nomeado pelo Ministro José Linhares Interventor Federal em São Paulo, cargo que ocupou até a reconstitucionalização do País. Pertenceu às Academias Brasileira e Paulista de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi presidente. Presidiu, igualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em sua produção, destacam-se livros sobre economia, diplomacia e história; dentre os quais cumpre citar *As fronteiras no Brasil colonial* (1939), *Os falsos troféus de Ituzaingó* (1920), *O Brasil e a Sociedade das Nações* (1927), *Justiça* (1925), *A Borracha* (1927), *As eleições presidenciais nos Estados Unidos* (1928, estudo a propósito da eleição Herbert Hoover), *José Bonifácio, economista* (1945), *Santo Antônio de Lisboa, militar no Brasil* (1942) e *Fontes da História da Igreja Católica no Brasil* (1954). Faleceu em São Paulo a 29 de janeiro de 1968. O transcurso de seu centenário propiciou ao historiador e acadêmico Antônio Barreto do Amaral publicar excelente estudo sobre sua vida e obra, que registramos em outro local deste número.

Embora natural do município fluminense de Sapucaia, onde nasceu a 16 de outubro de 1883, ALBINO ESTEVES vinculou seu nome e obra à cidade de Juiz de Fora, onde viveu a maior parte de sua vida e onde desempenhou as múltiplas atividades de jornalista, biógrafo, historiador, teatrólogo, poeta, crítico literário e incontestável líder cultural. Foi um dos fundadores da Academia Mineira de Letras, em 1909. Sua bibliografia compreende: *Brocados* (1901), *Miniaturas* (1905), *Pássaros e Flores* (1905), *Sirtes* (1907), *Juiz de Fora na Exposição Nacional de 1908* (1908), *Almanaque Mineiro* (direção, 1908), *Tristezas à Beira Mar* (1909), *Romance de Amor* (1909), *Como um Sonho...* (1910), *Borboleta de Ouro* (1910), *O Teatro em Juiz de Fora*, com prefácio de Sílvio Romero (1910), *Juiz de Fora: descrição* (1911), *Pontos de Vista* (1911), *Almanaque de Juiz de Fora* (1913?1917), *Álbum do Município de Juiz de Fora*, em colaboração com Oscar Vidal Barbosa Lage (1915), *Assistência Dentária Escolar Francisco Valadares*, estudo sobre assistência à infância para a primeira instituição no gênero, fundada em Minas Gerais (1915), *Mapa dos Ministérios de Jesus* (1925), *Estudo Sintético da Bíblia* (1925), *Estéticos dos Sons, Ritmos e Imagens* (1933), *Estéticas Aplicada* (1934), *Bernardo Mascarenhas*, estudo biográfico (1938), *Algumas Sugestões para o Recenseamento Nacional* (1939), *Árvore Literária* (1941) e, como publicação póstuma, o estudo biográfico sobre Mariano Procópio, destinado originalmente à coleção “Brasileira”, da

Companhia Editora Nacional, de São Paulo, mas que só veio a ser publicado em 1956, no volume 230, da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Albino Esteves faleceu a 18 de julho de 1943 na mesma cidade que adotou como sua.

A nós, paulistas, diz muito o nome de EUCLIDES DE FIGUEIREDO, nascido no Rio de Janeiro em 7 de novembro de 1883, militar de brilhante carreira e um dos chefes da Revolução Constitucionalista de 1932, cuja história escreveu em livro publicado em 1954 e há pouco reeditado. Viveu muitos anos em nossa cidade, onde se casou e onde nasceram alguns de seus filhos e onde, finalmente, veio a falecer em 1963. Combateu a ditadura de Vargas não apenas por ocasião da epopéia paulista de 1932 mas, também, durante o Estado Novo, sofrendo, por isto, as amarguras da prisão e do exílio. São seus filhos, entre outros, o escritor Guilherme de Figueiredo e o atual presidente da República, General João Batista Figueiredo.

De Tomás Oscar MARCONDES DE SOUZA, historiador paulista, nascido em Pindamonhangaba aos 24 de novembro de 1883, já nos ocupamos demoradamente em um dos nossos primeiros números (nº 10, março de 1970, seção "Vultos da Historiografia Brasileira"), quando tivemos oportunidade de traçar-lhe a biografia e recordar sua valiosa produção, especialmente no campo da história da náutica e dos descobrimentos marítimos. Quase tudo quanto escreveu a respeito tornou-se fundamental em nossa bibliografia histórica: **O descobrimento da América e a suposta prioridade dos portugueses** (1912); 2ª ed., 1944); **O descobrimento do Brasil** (1946; 2ª ed., 1956); **Amerigo Vespucci e suas viagens** (1949; 2ª ed., 1954); **Algumas achegas à história dos descobrimentos marítimos** (1958) e **Novas achegas à história dos descobrimentos marítimos** (1963). Faleceu em São Paulo em 1968.

* * *

UM POUCO DE MÚSICA

20. VIVALDI TRIUNFANTE NA ÓPERA
(Rogério C. Cerquira Leite)

O que será de Vivaldi sem o recurso da pulsação elétrica, nervosa, quase frenética, que somente sua incomparável técnica violinística é capaz de suprir ? Foi assim que reagimos todos nós aqui no Brasil quando surgiram ainda na década de 50 as primeiras gravações do **Glória** e do oratório **Judite Triunfante**. Dois preconceitos contribuíram para esta desconfiança geral. Em primeiro lugar, como lembrou Goethe, “quanto mais extensa a área de atuação, menor o aprofundamento”. E justamente Goethe. Burocrata e estadista, e biólogo, e físico, e poeta, e dramaturgo, e novelista, e por que não, filósofo. Mas um preconceito sustentado por um argumento lógico, simples e direto tem grande força persuasiva. Esta é uma era de especialistas. O homem do Renascimento está morto e enterrado. Ninguém pode falar com autoridade, por exemplo, de formigas e de música. Mas talvez este seja o grande engano de nosso século. Será possível conhecer a natureza humana sem o auxílio da física molecular, ou sem entender o comportamento da formiga, por outro lado ? Se você não conhece as razões do canto do sabiá, como pretende entender o testamento de Heilingstadt, de Beethoven ?

Afinal, não estão todas as coisas no Universo ligadas intimamente entre si ? Seria possível para Vivaldi compor o **Beatus Vir** sem ter armazenados em seus neurônios os germes das sonatas para violoncelo ? É verdade que nos impressionamos com os magníficos fracassos que foram Beethoven e Schubert como operistas, apesar de suas inextinguíveis obsessões pessoais com estes gêneros musicais. Mas, por outro lado, existe Mozart. Haveria outro operista comparável ou outro maior compositor de música instrumental ?

Vivaldi compôs cerca de 50 óperas e umas 70 cantatas profanas, além do maravilhoso **Judite Triunfante** (um oratório feminista ?) que coloco na mesma categoria que qualquer dos grandes oratórios de Haendel, que aliás foi igualmente bem sucedido em sua música instrumental. Os lamentáveis casos de Beethoven e Schubert, creio, são acidentes, a serem explicados em sua particularidade. O número de compassos incluídos na música operística de Vivaldi avalio que seja entre seis e sete vezes maior que o de sua música instrumental. Certamente não é o caso de Beethoven e nem mesmo de Schubert.

O segundo preconceito que a obra operística de Vivaldi enfrenta ainda hoje advém de seu "status" religioso. Como pode um padre, mesmo que seja ruivo, compor música tão mundana como a ópera? E, além do mais, grande parte dessas obras foi composta expressamente para apresentação durante as festividades do Carnaval. Ora, padre que se preza se ocupa é da quaresma. Esses preconceitos começam a ser ultrapassados atualmente, pois, já dispõe o público de uma relativa diversidade para a escolha de interpretações competentes das obras sacras de Vivaldi. O mesmo não pode ser dito todavia da ópera. Não há sequer edições competentes do pouco que já foi recuperado das 50 óperas, ou tanto, compostas pelo maestro veneziano. Entretanto, uma luz surge no fundo do túnel, pois, pela primeira vez encontramos no conjunto de catálogos europeus e americanos quatro óperas completas além da perene **Judite** e da indefectível versão econômica da **Fida Ninfa**, editada pela Turnabout, econômica principalmente quanto ao talento.¹ Não somente a versão atualmente encontrável da **Judite** com Vittorio Negri e o Conjunto de Solistas da Rádio de Berlim e a Orquestra e Côro de Câmara de Berlim é, sem sombra de dúvida, a melhor, mas as quatro óperas são de boa qualidade. A única outra versão de **Judite** de que disponho ainda é possivelmente encontrável em Nova York em boas lojas de discos. Foi lançada pela Sociedade Herança Musical com o "Angelicum" conduzido por Alberto Zedda e a inteligente colaboração de Orália Domingues. É uma interpretação convincente mas ultrapassada, tanto no que diz respeito ao estilo como também à execução, pela versão de Negri, que se não é a definitiva permanecerá válida por muito tempo. Igualmente bem sucedida é a sua interpretação de **Tito Manlio** basicamente com o mesmo grupo de Berlim.

Claudio Seimone gravou com a Capela Coloniensis e com I Solisti Veneti **La Senna Festegianti** e **Orlando Furioso** respectivamente. Esta última, com a colaboração de duas vozes excepcionais, Marilyn Horne e Victoria de Los Angeles. Alguns maneirismos de Seimone, entretanto, o prejudicam, embora sejam mais que bem vindas essas duas edições. Não tão bem sucedida é a execução de **L'Olimpiade** com Ferenc Szkerelz, a Ópera Estadual Húngara e o Conjunto Madrigal de Budapeste, ainda com algumas dificuldades de estilo. Desconheço a gravação feita pelo mesmo grupo de **Judite**, mas pelo que fez com **L'Olimpiade** duvido que possa competir com Negri. Todavia, há momentos de grandes lirismos na execução de Szkerelz.

A ópera de Vivaldi está para ser descoberta, mas o pouco que já existe é de boa qualidade e serve antes de tudo para manter um envolvente estado de expectativa.

(Da **Folha de São Paulo**, 3-8-1983)

(1) Há versão integral de **La Fida Ninfa**, que o articulista, certamente por lapso, deixou de indicar: direção de Raffaello Monterosso, com orq. de câmara e solistas da ópera de Milão (Vox SVBX 5210) ONM.

21. COMPOSITOR ALEMÃO QUE DESAPARECE

Mal havia redigido a nota em que registrava o falecimento dos compositores Peter Menin e Alberto Ginastera¹, eis que noticiaram os jornais o desaparecimento de outro grande compositor, dos mais significativos de nossa época: o alemão Werner Egk, que faleceu aos 82 anos, no dia 11 de julho, em sua casa, localizada perto do lago Amersee, na Baviera. A notícia acrescentava que Werner Egk foi um dos poucos compositores contemporâneos que alcançaram fama internacional. Todavia, esta “fama internacional” não chegou a torná-lo muito conhecido fora da Europa, ao contrário, por exemplo, de seu compatriota Carl Orff, falecido no ano passado. Basta dizer que o conhecido catálogo Schwann, editado nos Estados Unidos, nem registra seu nome. E eu próprio, em mais de trinta anos de formação de uma discoteca, a mais eclética possível, só consegui obter um disco com obras suas: uma **Gegenmusik** (título que significa apenas “Música para violino”) e uma **Suite Francesa**, esta, oportuna de se ouvir neste ano em que se comemora o tricentenário de Rameau, pois sobre temas deste compositor francês que Werner Egk a elaborou. Só muitos anos depois, um disco alemão me deu a conhecer as **Quatro Canzone**, sobre textos italianos, reflexo, ao que se diz, da influência que recebeu nos anos em que passou na Itália. A última delas, que relata as agruras de um soldado faminto à procura de um prato de macarrão, utiliza o ritmo da tarantela.

No entanto, a produção de Werner Egk foi vasta e variada: as óperas **O Violino Mágico**, **Peer Gynt** (sobre texto de Ibsen), **Columbus e Circe**; os bailados **Joana de Zarissa**, **Abraxas** e **Dia de Verão**; uma sonata para orquestra; as já citadas **Música para Violino** e **Suite Francesa**; uma sonata para piano; a **Tentação de Santo Antônio**, para canto e quarteto de cordas; uma cantata intitulada **Natureza, Amor e Morte**, mais conhecida por Cantata de Goettingen (pois foi nesta cidade que a escreveu); as **Variações sobre uma velha melodia vienense**, e ainda outras obras menores, para canto e piano.

Ignorando os catálogos discográficos europeus, não teria condições de indicar a posição de Werner Egk na discografia mundial. Nem sei, ainda, se suas óperas figuram nos cartazes de seu país e se alguma delas fez jus a gravações integrais. O que é pena, pois merece ser mais conhecido, quando nada para tornar correta a afirmação de sua “fama internacional”, lembrada pelo jornal que noticiou seu falecimento. ONM

*

* *

(1) Transcrita em número anterior desta publicação.

MEMÓRIA CAMPINEIRA (20)

O PRIMEIRO BISPO DE CAMPINAS

Foi ele D. João Nery (Dom João Batista Correia Nery), nascido em Campinas em 6 de outubro de 1863 e aqui falecido em 1º de fevereiro de 1920. Filho de Benedito Correia de Moraes e de D. Maria do Carmo Nery. Ordenou-se sacerdote em 1886. Vigário das paróquias de Santa Cruz e da Conceição, em Campinas. Um dos fundadores do Liceu de Artes e Ofícios, hoje denominado Liceu Nossa Senhora Auxiliadora. Cônego honorário da Catedral de São Paulo. Coube-lhe a honra, que talvez nenhum outro bispo brasileiro tenha tido, de instalar três dioceses: a de Vitória, no Espírito Santo, em 1896; a de Pouso Alegre, no sul de Minas, em 1901; e finalmente, a de sua própria cidade, Campinas, em 1908. Fundador da imprensa católica de Campinas, do Seminário Diocesano e do Colégio Diocesano, este transformado no atual Colégio Pio XII, de nossa Universidade Católica. Prestou relevantes serviços assistenciais por ocasião da primeira epidemia de febre amarela em Campinas (1889), merecendo da Câmara Municipal a homenagem de ter seu nome, quando ainda cônego, dado a uma rua do bairro do Guanabara: **Rua Cônego Nery**. Acha-se sepultado na cripta da Catedral Metropolitana de Campinas.

Em sua honra, foi erigido o belo monumento fronteiro à Catedral, obra de Fernando Frick, inaugurado em 1º de novembro de 1924, e que assim se descreve: Estátua em bronze, de corpo inteiro, com as vestes talaras, sobre grande base de granito rosa picolado, com alegorias que representam em bronze as figuras de uma mulher e duas crianças simbolizando a instrução e a caridade. Num lado, a mitra e o báculo entre palmas. Noutro lado, um livro, uma pena e um tinteiro entre ramos de café. Brasão de armas em bronze.

Em 1935, um busto do primeiro antístete campineiro foi inaugurado nos jardins do Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, à Rua Baronesa Geraldo de Resende, no Guanabara.

TEXTOS
(Sugestões para Seminários)

CENTROS DE IDEALISMO POLÍTICO
(Oliveira Viana)

Desses centros de idealismo político os mais importantes, por serem justamente os focos de sua elaboração, eram as academias superiores. Fundadas em 1827, nelas se educaram e formaram os representantes dessa geração que sucedeu à da Independência e cuja ação começou a se fazer sentir nos primeiros decênios do Segundo Império. Essa segunda geração teve, porém, por mestres os representantes da geração anterior, educada, como vimos, no espírito da velha universidade peninsular. Herdou-lhe, portanto, o seu idealismo, que era de tipo utópico e não orgânico.

Daí por diante a tradição estava criada, o costume estava formado: esses centros de cultura nacional tornaram-se os mais legítimos focos de ideais europeus neste recanto da América. Durante todo o Império as gerações que deles saíram para as lutas da vida pública vinham inteiramente embebidas desse idealismo de origem e tipo europeus e o pregaram, em todos os tons, pela imprensa, pelo livro, pelos comícios, nos debates parlamentares, batendo-se, por todas ou algumas das grandes idéias, de que ele se compunha; o Liberalismo, o Parlamentarismo, o Federalismo, a Democracia, a República.

São Paulo e Recife, principalmente nos últimos decênios do Império, foram, através das suas academias, centros de um admirável movimento intelectual, inteiramente idealista, inteiramente tendente a realizar no Brasil a "Idéia Nova". Deles é que saíram os nossos mais ardentes abolicionistas, os nossos mais convencidos federalistas, os nossos mais impetuosos republicanos. Houve um momento em que a escola de Recife culminou em brilho, em força, em esplendor mental: foi o momento daquela geração de agitadores e idealistas de talento, a que pertenceram Tobias Barreto, Castro Alves, Sílvia Romero e outros. São Paulo secundou o movimento abolicionista e foi também um dos centros mais vivazes do ideal da República e da Federação.

O papel exercido pelas academias em nossa evolução política não tem sido, porém, apenas esse, que resulta do fato de serem elas, aqui,

os centros principais da elaboração do idealismo europeu: também atuaram — naquela época incomparavelmente mais do que hoje — como agentes de disseminação desse idealismo. tal como o periodismo e a publicística. E isto porque, dado o seu número limitado, para elas confluíram os melhores elementos das nossas novas gerações provincianas, egressas do recesso das propriedades rurais e afluídas de todos os pontos do País.

Mergulhados no ambiente dessas escolas, esses rapazes bisinhos como que se despiam do que neles havia de cunho especificamente nacional: a sua mentalidade ruralista se transfigurava inteiramente. Formados, retornavam aos seus lares, à sua província ou à sua aldeia natal — e eram ali outros tantos focos irradiantes do velho idealismo utópico, aprendido nas academias, de onde tinham saído.

Destarte, sob a ação infiltrante do “doutor”, remergulhando, com o seu diploma, no seu primitivo meio provinciano e rural, a área de influência de nossas academias se fez, durante todo o período imperial, incomparavelmente mais vasta do que pode parecer à primeira vista. O campo das utopias exógenas, de que elas eram o centro gerador, se estendeu com isto desmedidamente, abrangendo não apenas as capitais das províncias, mas mesmo os mais obscuros núcleos urbanos do Sertão ou da Mata.

(O Idealismo da Constituição, 2ª edição, págs. 29/31. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1929. Coleção “Brasiliana”, v. 141.)

*

EM DEFESA DE “O PRIMO BASÍLIO”

(Eça de Queirós)

(Carta a Teófilo Braga)

Newcastle, 12 de março de 1878.

Meu caro Teófilo Braga.

É de você que tenho recebido, depois das minhas duas tentativas de arte, as cartas mais animadoras e mais recompensadoras. É você, como o nosso belo e grande Ramalho, que mais me tem empurrado para

diante. Eu nunca respondi à sua excelente carta sobre o **Padre Amaro**: contava então ir a Lisboa, e lá conversar longamente consigo: o homem propõe, a ocasião dispõe — e as poucas semanas que aí estive passaram sem nos encontrarmos. Talvez você imaginasse que a sua carta de então me tinha passado sobre o espírito como água sobre guta-percha. Está bem enganado: embebi-me dela. Ela deu-me valor e arranque para me atirar ao **Primo Basílio**, com a consolação de que vale a pena escrever um livro quando se tem um leitor como você.

A sua última foi para mim um grande alívio. Eu estava-lhe com receio: como todos os artistas, creia, eu trabalho para três ou quatro pessoas, tendo sempre presente a sua crítica pessoal. E muitas vezes, depois de ver **O Primo Basílio** impresso, pensei: — **o Teófilo não vai gostar!** Com o seu nobre e belo fanatismo da Revolução, não admitindo que se desvie do seu serviço nem uma parcela do movimento intelectual — era bem possível que você vendo **O Primo Basílio** separar-se, pelo assunto e pelo processo, da arte de combate a que pertencia o **Padre Amaro**, o desaprovasse. Por isso a sua aprovação foi para mim uma agradável surpresa, e todavia a sua aprovação é mais ao processo que ao assunto; e você vendo-me tomar a família como assunto, pensa que eu não devia atacar esta instituição eterna, e devia voltar ao meu instrumento de experimentação social contra os produtos transitórios, que se perpetuam além do momento que os justificou, e que de forças sociais passaram a ser **empecilhos** públicos. Perfeitamente: mas eu não ataco a família — ataco a família lisboeta — a família lisboeta produto do namoro, reunião desagradável de egóismos que se contradizem, e mais tarde ou mais cedo centro de bambochata. Em **O Primo Basílio** que apresenta, sobretudo, um pequeno quadro doméstico, excessivamente familiar a quem conhece bem a burguesia de Lisboa: — a senhora sentimental, mal-educada, nem espiritual (porque cristianismo já o não tem; sanção moral da justiça, não sabe o que isso é), arrasada de romance, lírica, sobreexcitada no temperamento pela ociosidade e pelo mesmo fim do casamento peninsular que é ordinariamente a luxúria, nervosa pela falta de exercício e disciplina moral, etc., etc., — enfim a **burguesinha da Baixa**; por outro lado o amante — um maroto, sem paixão nem a justificação da sua tirania, que o que pretende é a vaidadezinha de uma aventura, e o amor **gratis**; do outro lado a criada, em revolta secreta contra a sua condição, ávida de desforra; por outro lado a sociedade que cerca estes personagens — o formalismo oficial (Acácio), a beatice parva de temperamento irritado (Dona Felicidade), a literaturinha acéfala (Ernestinho), o descontentamento azedo e o tédio de profissão (Julião) e às vezes quando calha, um pobre bom rapaz (Sebastião). Um grupo social, em Lisboa, compõe-se, com pequenas modificações, destes elementos do-

minantes. Eu conheço vinte grupos assim formados. Uma sociedade sobre estas falsas bases, não está na verdade: atacá-las é um dever. E neste ponto **O Primo Basílio** não está inteiramente fora da arte revolucionária, creio. Amaro é um empecilho, mas os Acácios, os Ernestos, os Saavedras, os Basílios são formidáveis empecilhos: são uma bem bonita causa de anarquia no meio da transformação moderna; merecem partilhar com o **Padre Amaro** da bengalada do homem de bem.

A minha ambição seria pintar a sociedade portuguesa, tal qual a fez o Constitucionalismo desde 1830 — e mostrar-lhe como num espelho, que triste país eles formam — eles e elas. É o meu fim nas **Cenas da Vida Portuguesa**. É necessário acutilar o mundo oficial, o mundo sentimental, o mundo literário, o mundo agrícola, o mundo supersticioso — e com todo o respeito pelas instituições que são de origem eterna, destruir as **falsas interpretações e falsas realizações**, que lhe dá uma sociedade podre. Não lhe parece você que um tal trabalho é justo ?

Em quanto ao processo, estimo que você o aprove. Eu acho em **O Primo Basílio** uma superabundância de detalhes, que obtive, e abafei um pouco a ação; o meu processo precisa simplificar-se, condensar-se — e estudo isso; o essencial é dar a **nota justa**; um traço justo e sóbrio, cria mais que a acumulação de tons e de valores, como se diz em pintura. Mas isto é querer muito. Pobre de mim — nunca poderei dar a sublime nota da realidade eterna, como o divino Balzac — ou a nota justa da realidade transitória como o grande Flaubert ! Estes deuses e estes semideuses da Arte estão nas alturas — e eu, desgraçadinho, rabeio nas ervas ínfimas. E todavia se já houve sociedade que reclamasse um artista vingador é esta ! É sobretudo, vista de longe no seu conjunto, e contemplada de um meio forte como este aqui (sejam quais forem os seus grandes males, forte decerto) que contrista, achá-la tão mesquinha, tão estúpida, tão convencionalmente pateta, tão grotesca e tão pulha !

Alegra-me que você queira escrever alguma coisa sobre o **Basílio**; a sua opinião, publicada, daria ao meu pobre romance uma autoridade imprevista. Dar-lhe-ia um direito de existência; e de todos os defeitos, faltas ou erros que você notar — tomarei cautelosamente nota. Eu tenho a paixão de ser **leccionado**: e basta darem-me a entender o bom caminho para eu me atirar para ele. Mas a crítica, ou o que em Portugal se chama a crítica, conserva sobre mim um silêncio desdenhoso.

Como você viu bem o caráter do Basílio ! Está claro que a fortuna nunca o poderia ter moralizado: a sua fortuna, como você diz, foi um bambúrrio: era pulha antes, um pulha pobre, depois tornou-se apenas um pulha rico. Pessoas amigas escrevem-se dizendo que parece incrível que um homem que trabalhou no Brasil com valor, seja no fundo um canalha !

Estranha opinião ! A Bahia considerada como a Fonte Santa da Purificação...

Bast~ de cavaqueira. Se você publica algum livro por esta ocasião, mande-mo; e se tiver por aí alguns volumes da sua **História da Literatura** a de mais, e que lhe não façam falta, dê-os ao Ramalho que ele mos manda. Eu, os que tinha, perdi-os estupidamente, com as obras de Shakespeare, de V. Hugo, num caixote, caminho do Havre, e outras obras mais. Escrevi para o Porto a um amigo a mandá-los pedir, e nunca me respondeu sequer: e eu preciso deles para um pequeno trabalho. Se não se esquecer — lembre-se. Um abraço do seu grande admirador e dedicado amigo velho,

Eça de Queirós.

(**O Primo Basílio**, págs. 319/321, edição da Abril Cultural, na coleção **Os mortais da Literatura Universal**, vol. 24.)

*

* *

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA
FRANCISCO BORGES DE BARROS (1882 – 1935)

Historiador baiano por excelência, Francisco Borges de Barros nasceu a 23 de março de 1882 no Engenho Timbó, de propriedade de sua família, localizado em terras da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, município de Santo Amaro, Bahia. Coursou humanidades no Colégio Carneiro Ribeiro, matriculando-se, a seguir, na Faculdade de Direito da capital baiana, pela qual se diplomou em 1903.

“Antes de sua formatura já ingressara no serviço público estadual, tendo sido, por muitos anos, diretor do Arquivo Público e Museu do Estado, nomeado por decreto estadual de 27 de setembro de 1915. Criado pela lei estadual nº 2032, de 8 de agosto de 1917, sancionada pelo governador Francisco Marques de Góes Calmon, a Inspectoria Estadual dos Monumentos Nacionais, anexa ao Arquivo Público, foi Borges de Barros seu primeiro titular. Em 1925, por sua iniciativa, criou-se, no Arquivo Público e Museu do Estado, pela lei estadual nº 1730, de 20 de abril, a Seção de Pinacoteca, com os quadros de há muito por ele colecionados. E em 1928, pela lei estadual nº 2052, de 20 de março, foi criado, no mesmo órgão, o Gabinete Numismático, também por sua influência e interesse. Exerceu os cargos de Secretário do Governo no período governamental de José Joaquim Seabra (1921/1924), e de presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado, da qual foi um dos fundadores. Foi o responsável pela denominação **Dias d’Avila** dada à antiga povoação de Feira Velha do Capuame ou Feira Velha, distrito rural do município de Camaçari, hoje estância hidromineral. Ingressando na Maçonaria em 1917, liderou o movimento que redundou na fundação, em 22 de maio de 1927, da Soberana Grande Loja da Bahia, sendo o seu primeiro Grão-Mestre. Pertenceu à Primeira Igreja Batista da Bahia, tendo sido o primeiro pastor batista consagrado na cidade do Salvador. Militou na imprensa da capital, colaborando, ainda, em jornais do interior e de outros Estados”. (Nota de Pedro Tomás Pedreira, em **Mensário do Arquivo Nacional**, ano XII, nº 9, setembro de 1982, págs. 291/292.)

Na capital baiana, faleceu a 14 de fevereiro de 1935.

A circunstância de ter sido diretor do Arquivo Estadual propiciou-lhe condições para deixar obra numerosa, na qual, muitas vezes, a

qualidade foi sacrificada pela quantidade. Foi, aliás, o que soube observar o Professor Renato Berbert de Castro, cujo juízo a respeito de Borges de Barros aqui se transcreve:

“Influenciado, talvez, pelo mundo de documentos que o cercavam diariamente, oferecendo-lhe uma longa série de temas a pesquisar e a escrever, foi um historiador que preferiu a extensão à profundidade. Optou por escrever muitos trabalhos, embora não pesquisasse intensamente sobre o assunto de cada um deles, nem desse o melhor e o mais refletido tratamento aos frutos de suas buscas, em vez de elaborar poucas obras mergulhando fundo na pesquisa do tema escolhido, deixando que o material encontrado amadurecesse em seu espírito, a fim de lhe indicar o caminho que seguir, e depois do trabalho escrito fizesse atenciosa revisão para limpá-lo dos deslizes porventura cometidos.

No afã de produzir cada vez mais e mais, a ânsia de ver o seu nome figurando sempre em novas publicações, fez com que Borges de Barros pontilhasse alguns dos seus trabalhos com imperfeições e erros, de modo que se tornou um historiador que julgamos deve ser aceito com cautelosa reserva, a não ser quando apoiado em documento comprovador.

Não há como negar, contudo, que Borges de Barros tenha sido um trabalhador infatigável. A sua dedicação extraordinária à História, a sua preocupação constante em divulgar os documentos interessantes que encontrava, principalmente os já danificados, como meio de preservar seus textos, as obras que deixou como ponto de partida para trabalhos mais vastos e mais perfeitos, fazem dele merecedor dos nossos aplausos” (Conferência num curso sobre historiadores baianos, em **Rev. do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia**, vol. 87, pág. 225, Salvador, 1978.)

BIBLIOGRAFIA DE BORGES DE BARROS

BREVE NOTÍCIA SOBRE O MUNICÍPIO DE BELMONTE. Typ. São José, 1909.

O DUQUE DE CAXIAS NA POLÍTICA DO IMPÉRIO. 1914.

MEMÓRIA SOBRE O MUNICÍPIO DE ILHÉUS. Typ. Bahiana, 1915.

MEMÓRIA SOBRE O MUNICÍPIO DE BELMONTE. Imprensa Oficial do Estado, 1916 (Escrita originalmente para o 5º Congresso Brasileiro de Geografia).

A MARGEM DOS ASSUNTOS. Imprensa Oficial, 1916. (Coletânea de 32 escritos diversos, quase todos de natureza histórica.)

MEMÓRIA SOBRE O MUNICÍPIO DE MARACAS. Bahia, Escola Tipográfica Salesiana, 1917.

- ANAIIS DA CAPITANIA DE ILHÉUS. Bahia, Escola Tipográfica Salesiana, 1917.
- ESBOÇO COROGRÁFICO DA BAHIA. Imprensa Oficial do Estado, 1917.
- À MARGEM DA HISTÓRIA DA BAHIA: BANDEIRANTES BAIANOS. Imprensa Oficial do Estado, 1918. (Apesar de trazer como subtítulo **Bandeirantes baianos**, a parte relativa a estes ocupa poucas páginas do volume. Publ. originalmente nos **Anais do Arquivo Público e Museu do Estado da Bahia**, ano II, vol. 3.)
- BANDEIRANTES E SERTANISTAS BAIANOS. Imprensa Oficial do Estado, 1919, (também publicado originalmente na mesma publicação anteriormente citada, ano III, vols. 4/5. Reeditado no ano seguinte).
- DA AMAZÔNIA AO PARANÁ: DIÁRIO DE UMA CAMPANHA CÍVICA. Imprensa Oficial do Estado, 1922 (reportagem sobre a campanha de J. J. Seabra como candidato à vice-presidência da República, pela "Reação Republicana").
- OS CONFEDERADOS DO PARTIDO DA LIBERDADE: SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA CONJURAÇÃO BAIANA DE 1798/9. Imprensa Oficial do Estado, 1922.
- DICIONÁRIO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA (com a colab. de Deodoro Reis e Plínio dos Santos Passos. Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- AS FRONTEIRAS DE ILHÉUS: CONSTITUIÇÃO DE SEU TERRITÓRIO. Bahia, Tip. do Liceu de Artes e Ofícios, 1923.
- ARQUIVO HISTÓRICO. PRIMEIRO VOLUME: TERRAS DA BAHIA. Impr. Oficial do Estado, 1923.
- MANUAL ARQUEOLÓGICO. Bahia, 1925.
- NOTAS PARA A HISTÓRIA DA AGRICULTURA NA BAHIA. 1925.
- O SENADO DA CÂMARA DA BAHIA NO SÉCULO XVIII. Impr. Oficial do Estado, 1928 (Desta obra, só o 1º volume foi publicado).
- PRIMÓRDIOS DAS SOCIEDADES SECRETAS NA BAHIA. Impr. Oficial do Estado, 1928.
- ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA. Imprensa Oficial do Estado, 1928.
- ARQUIVO HISTÓRICO. SEGUNDO VOLUME, EM DUAS PARTES. Imprensa Oficial do Estado, 1929 e 1930. Primeira parte: Organizações comunais, freguesias, leis reguladoras de limites municipais; Segunda parte: Distritos de Paz e Policiais, prontuário histórico e documentos esclarecedores da invasão francesa de Duguay-Trouin.

- DOCUMENTOS ESCLARECEDORES DA INVASÃO FRANCESA DE DUGUAY-TROUIN. Imprensa Oficial do Estado, 1930 (Separata do volume anterior).
- NOVOS DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA COLONIAL. 3 volumes. Imprensa Oficial do Estado, 1931, 1932 e 1933.
- DR. J. J. SEABRA: SUA VIDA E SUA OBRA NA REPÚBLICA. 1º volume. Impr. Oficial do Estado, 1931.
- A MAÇONARIA NA BAHIA: DATAS E NOTAS PARA A SUA HISTÓRIA. Impr. Oficial do Estado, 1932.
- TRIBUNAIS DE CONTAS: DOCUMENTOS E NOTAS PARA A SUA HISTÓRIA. Impr. Oficial do Estado, 1932.
- ILHÉUS: DOCUMENTOS QUE INTERESSAM A SUA HISTÓRIA. Impr. Oficial do Estado, 1933.
- ARQUIVO HISTÓRICO: PATRIMÔNIOS MUNICIPAIS; O OURO DOS SERTÕES BAIANOS. Impr. Oficial do Estado, 1933.
- À MARGEM DA HISTÓRIA DA BAHIA. Impr. Oficial do Estado, 1934.
- O CASTELO DA TORRE DE GARCIA D'ÁVILA (Publ. póstumas).

*
* *
* *

SELETA

(N. da R.: Com o nome **Seleta**, passaremos doravante a designar a seção que vinha sendo denominada **Transcrição**. Sem deixar de ser uma transcrição, julgamos o novo nome mais adequado a uma seção que tem por objetivo oferecer aos leitores um excerto do autor tomado como "vulto da historiografia brasileira" no número em curso.)

O GOVERNO DE D. JOÃO DE LENCASTRO, A ESTRADA DO MARANHÃO E O SEGUNDO DIAS DE ÁVILA

Francisco Borges de Barros

Governava o Brasil o vice-rei D. João de Lencastro, tendo sede na Bahia. Esse vice-rei tomou posse a 22 de maio de 1694 e governou até 1702. Depois de Mem de Sá e Luís de Oliveira foi o que mais governou.

Seu governo foi dos mais fecundos. Em uma época em que todas as vistas na Europa convergiam para o Vice-Reinado do Brasil, já conhecido pelas suas imensas riquezas minerais e florestais, não passou despercebido ao "bom governador", como o povo o cognominava, fortificar as costas, cuidar do desenvolvimento da terra, desvendá-la para o interior e reprimir as agressões dos silvícolas.

O período do governo de D. de Lencastro foi dos mais movimentados de nossa história. Provam-no todos os documentos existentes em larga quantidade no Arquivo Público deste Estado.

Ele reconstruiu os fortes de Santo Antônio da Barra, São Diogo e Santa Maria; fez as casas novas da Relação e da Moeda, dois castelos sobre a plataforma das portas de São Bento e do Carmo; reedificou a cadeia e concluiu a Sé.

A Casa da Moeda foi mandada construir a pedido da câmara para se regularizar o valor da moeda e cunhar-se uma que corresse no Brasil. O rei acedeu a tão justo pedido e em 1694 mandou juizes, ensaiadores e os mais oficiais precisos, com todos os instrumentos e materiais necessários, nomeando um superintendente, e D. João de Lencastro deu execução à régia ordem, construindo a casa da moeda, onde depois de se ter cunhado a que se achou necessária, foi fechada no ano de 1697.

Mandou dar execução à Ord. Rég. de 22 de maio de 1693 vinda a seu antecessor, criando em dezembro de 1697 a vila de Jaguaripe, a primeira que se erigiu no recôncavo da Bahia, a da Cachoeira em janeiro de 1698, e a de São Francisco em fevereiro.

E autorizado pela de 10 de novembro e a de 2 de dezembro de 1698, mandou fundar as povoações do Rio Preto, Paranaguá e Rio Grande (hoje cidade da Barra) a fim de que, reunidos seus habitantes, pudessem opor a necessária resistência aos índios Acoroases, Mocoases e Rodeleiros, que infestavam os estabelecimentos da comarca do Rio São Francisco. Não bastando esta medida, mandou batê-los, conforme lhe ordenou a carta régia de 17 de dezembro de 1699. Com os índios mansos, porém, tomou o maior cuidado, estabelecendo regulamentos apropriados para suas aldeias e à catequese, propondo novas reformas ao rei, como fossem seminários para criar os índios colomins e cunhatins etc. etc.

Também foi durante o governo de D. João de Lencastro que se extinguiu o famoso quilombo dos **Palmares** em Alagoas, e o mesmo governador, em cumprimento à ordem régia, seguiu viagem para o centro a visitar as minas de Salitre.

Tendo-se tornado particularmente repetidos os ataques dos índios ferozes no Maranhão sobre todos os estabelecimentos do Itapicuru e Mearim, D. João de Lencastro, em cumprimento à carta régia de 10 de fevereiro de 1699, fez marchar a Bahia uma força considerável, que conseguiu reduzir os ditos índios, o que novamente fez com os que hostilizavam os habitantes do Rio Grande.

Ainda durante seu governo teve lugar o descobrimento das minas de Ouro Preto e do Morro, chamadas minas de São Paulo, para onde proibida toda a comunicação da Bahia, conforme ordenava a carta régia de 10 de fevereiro de 1701.

Enfim, depois de ter estabelecido na capital da Bahia uma aula de fortificações, segundo lhe determinara a carta régia de 11 de janeiro de 1699, e depois de outros atos interessantes de sua longa e benéfica administração, passou as rédeas do governo a D. Rodrigo da Costa.

Para bater os índios que sobressaltavam o Itapicuru e o Mearim, no Maranhão, D. João de Lencastro deu o comando ao segundo Francisco Dias de Ávila, que, como já vimos, venceu os índios Quesques, os Cariris, da Serra dos Cariris na Paraíba, os índios que depredaram Piranhas e Piancós, povoações situadas nas margens desses rios e os que habitavam as margens do rio Pajeú, em Pernambuco.

Como dizemos adiante, e se pode constatar da vasta correspondência desse Governador-Geral e Vice-Rei, o Nordeste do Brasil tornou-se o centro de convergência das vistas do governo, não só para a repressão dos índios que assaltavam os estabelecimentos e povoações, como para a des-

truição dos quilombos e mocambos dos negros fugidos, os quais se tornavam temerosos nos assaltos das estradas.

Em outro capítulo vemos o número de capitães e sargentos-mores empregados nesta árdua campanha, como se poderá verificar do Liv. nº 6 de Patentes do Governo dos anos de 1696 a 1703.

Após o descobrimento das minas do Salitre pelo segundo F. Dias de Ávila, nas margens do rio do mesmo nome, no sertão de Rodelas, D. João de Lencastro fez também com que o mesmo bandeirante baiano abrisse “caminho para o Maranhão”, no intuito de restabelecer a ordem no Itapicuru e no Mearim.

O segundo Francisco Dias de Ávila, Mestre-de-Campo dos Auxiliares da Torre, cujo distrito abrangia 35 léguas no Rio Real, seguiu em 1694 (julho), levando 900 homens de seu regimento, 200 índios mansos, 100 mamelucos, um corpo de 150 escravos, um comboio de munições de boca e de guerra e vários missionários.

Organizando as forças no rio Salitre, partiu pela estrada que dali conduzia ao Piauí, estacionando nas margens do rio Parnaíba. Atravessando esse rio, entrou pelas abas da Serra do Itapicuru e cabeceiras do rio do mesmo nome, em cujas margens venceu os índios, por alguns denominados Cariris e por outros Sacamecrans. Procurando as margens do Mearim, após luta renhida, venceu os índios Picolegés. Esses índios descendentes da família Jé ou Cran, foram, depois da conquista, aldeados e catequizados pelos missionários que o segundo Francisco Dias de Ávila levou em sua companhia. Eram, entretanto, de índole indomável e em 1718/1719 revoltaram-se e destruíram as povoações que haviam erigido.

De volta do Maranhão, o segundo Francisco Dias de Ávila estacionou no rio Salitre de onde trouxe para esta capital trezentos quintais de salitre. (Vide Cartas do Senado para Sua Majestade ano de 1702 – Arquivo Público.)

Já em 1692, o segundo Francisco Dias de Ávila havia, por ordem do Governo Geral, vencido os índios Acroás que, descendo de suas aldeias do Piauí, Pernambuco e Maranhão, invadiram o sertão de Rodelas e foram até à Lagoa do Paranaguá, no Piauí. Em virtude dessas incursões o Governo mandou erigir as Vilas da Barra do Rio Grande, Santa Rita do Rio Preto e Campo Largo.

(**Bandeirantes e Sertanistas Baianos**, 77/79. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1919.)

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram divulgadas).

96. FIGURAS DA INDEPENDÊNCIA

O transcurso do centenário da Independência, em 1922, propiciou ao grande historiador Afonso de Taunay a elaboração de importante obra de cunho didático e de divulgação, apresentando as biografias dos “Grandes Vultos da Independência Brasileira” (era este, aliás, seu título), editada pela antiga Companhia Melhoramentos de São Paulo (atualmente Edições Melhoramentos). Impressa em formato especial, verdadeiro primor gráfico para os padrões da época, ilustrada com retratos dos biografados, a obra apresentava, pela ordem, as biografias de D. Pedro I, José Bonifácio, Dona Leopoldina, Gonçalves Ledo, Antônio Carlos, Martim Francisco, José Joaquim da Rocha, Frei Sampaio, Januário da Cunha Barbosa, Clemente Pereira, Souza Coutinho, Muniz Barreto, Xavier Curado, Hipólito da Costa, Feijó, Lino Coutinho, Paula Souza, os marqueses de Valença, Maricá, Queluz e Barbacena, Lorde Cochrane, Joana Angélica, os viscondes de Magé, Pirajá e Cairu, Maria Quitéria, Pereira Rebouças e Pedro Labatut.

O livro de Taunay nunca foi reeditado. No entanto, quão útil seria hoje em nossas escolas para a recordação dos que participaram de nossa emancipação política, na maior parte completamente ignorados das novas gerações. Livros especializados sobre a Independência, temo-los às dúzias. Mas nada temos que possa ser lido e entendido pelo povo ou mesmo por aqueles que se não dediquem especialmente aos estudos históricos.

Todos os nomes incluídos por Taunay em sua preciosa galeria são nomes de vias públicas numa ou noutra cidade e alguns deles provavelmente em todas, como José Bonifácio, por exemplo. Na nomenclatura campineira figuram D. Pedro I, Dona Leopoldina, José Bonifácio, Antônio Carlos, Martim Francisco, Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, Hipólito da Costa, Paula Souza, Feijó, Joana Angélica, Maria Quitéria e talvez algum outro, pois não tenho

acompanhado, com a freqüência com que antes o fazia, as disposições denominadoras de nossas vias públicas.

Mas, fiquemos com os que foram arrolados. E surge a pergunta: a não ser certamente D. Pedro I, Dona Leopoldina, José Bonifácio e Feijó, quantos dos moradores das demais ruas sabem que seus nomes designam vultos ligados à nossa Independência? Insisto em velha tecla: a nomenclatura de ruas não deve ter apenas caráter utilitário, de servir de endereço; ao lado dele e, naturalmente sem prejuízo dele, deve ter também um caráter cultural, do qual devem se enfronhar todos os moradores da cidade. Haverá alguém que não considere significativo saber quem foi o patrono de sua rua? Esta é uma das modalidades da educação urbana, que tanto falta ao nosso povo. (7-9-1983.)

*

97. A CADEIRA NÚMERO DOIS DA "CAMPINENSE"

Tendo como primeiro titular Monsenhor Emílio José Salim, que vinculou seu nome à história da educação no Brasil por ter sido o fundador da primeira universidade localizada no interior do País, o saudoso sacerdote escolheu como seu patrono o primeiro bispo de Campinas, D. João Nery, a quem coube, aliás, a gloriosa tarefa de instalar três dioceses: a de Vitória, no Espírito Santo; a de Pouso Alegre, no Sul de Minas e, finalmente, a de sua terra natal, Campinas.

Com o falecimento de Monsenhor Salim, passou a cadeira a ser ocupada por Dante Alighieri Vita, educador e poeta que, nos seus últimos anos de vida, passou a residir em Campinas, onde veio a falecer, quando tanto ainda se esperava de sua atividade docente e literária. Tal como Dante Alighieri Vita, o seu sucessor pouco permaneceu na Academia. Foi ele Francelino de Souza Araújo, homem de empresa e de jornal, que vinculou ao nome o apelido advindo de seu Estado natal, o Piauí. E por Piauí todo mundo o conhecia e ele próprio, na sua produção literária e jornalística, assinava F. S. Piauí.

Na noite de 19 de setembro passado, a Academia Campinense abriu suas portas para, em sessão solene, receber o novo titular da Cadeira nº 2, o Professor Rogério César de Cerqueira Leite, cabendo ao autor desta nota a honra de proferir o discurso de saudação ao novo acadêmico. Cerqueira Leite é paulista de Santo Anastácio. Realizou sua formação científica em São José dos Campos e em Paris, por cuja Universidade se doutorou, em 1962. Tem, em seu currículo, mais de setenta trabalhos sobre a sua especialidade (a Física), quase todos dados à estampa em conceituadas revistas científicas da Europa e dos Estados Unidos. Longe de ser um cientista encastelado em torre de marfim, tem-se dedicado com igual afinco a problemas de natureza histórica, econômica, sociológica, política, enfim humana em geral, com um humanismo fundamentado em

sólida cultura, inclusive no campo da música. Como foi dito no discurso de recepção, é realmente de admirar-se que, ocupando cargo da mais alta responsabilidade - qual o de presidente da Companhia Paulista de Força e Luz, função que o deve observar da manhã à noite, ainda encontre tempo para ouvir, analisar e comentar, por exemplo, as óperas de Vivaldi ou os concertos e sonatas de Brahms...

Feliz o destino da Cadeira nº 2, bafejada pela Igreja, pela Educação, pela Poesia, pelo Jornalismo e agora pela Ciência. Que o novo acadêmico possa ocupá-la por bem mais tempo do que o fizeram seus ilustres antecessores. (5-10-1983.)

*

98. GRANDE CAMPINEIRO QUE DESAPARECE

Na última vez em que tive o privilégio de estar com mestre Ataliba Nogueira, recebi dele extremada demonstração de cortesia e afeto. Pouco antes, havia ele lido pequeno artigo que eu publicara neste jornal sobre a **Imitação de Cristo** e, sensibilizado pelo meu interesse em torno da grande obra de Tomás de Kempis, ofereceu-me régio presente: um exemplar de uma das mais raras e valiosas edições do grande livro: a de Petrus Eduardus Puyol, publicada em Paris pela casa Retaux-Bray, em 1886, datando, portanto, de quase um século. Tanto quanto a dádiva, comoveu-me a dedicatória que após ao livro, com a letrinha trêmula, decorrente do grave estado de saúde em que se encontrava.

Enquanto, no seu acolhedor apartamento de Santa Cecília, conversávamos sobre o maior livro de devoção religiosa já escrito, não pude evitar que meu espírito caminhasse no tempo e recuasse a quase meio século, numa sessão do Instituto Histórico em que o ouvi proferindo conferência sobre o padre Francisco João de Azevedo, o indigitado inventor brasileiro da máquina de escrever. Ataliba Nogueira havia publicado um livro sobre o sacerdote paraibano, reivindicando seus direitos à prioridade do invento.

Deste quase meio século da primeira à última vez em que o vi, indelévels recordações me ficaram. Embora sem um relacionamento mais chegado, foram muitos os momentos em que nos encontramos: reuniões do Instituto Histórico, congressos de que participamos, uma banca de doutoramento em que tive a honra de ser seu companheiro, conferências suas que tive o privilégio de ouvir, conferências minhas a que ele deu-me a honra de comparecer e, por fim, algumas cartas trocadas por ocasião da publicação de seu livro revisionista sobre Antônio Conselheiro.

Embora sua atividade maior fosse a ciência jurídica, perlustrou também a seara da história, enriquecendo a bibliografia brasileira com excelentes trabalhos que vão desde **Um inventor brasileiro** até **Antonio Conselheiro e Canudos**, praticamente seu “canto do cisne”, obra que elaborou com o

maior critério e espírito de pesquisa, revelando-nos um “Conselheiro” diferente daquele a que nos habituáramos. E de sua participação na vida política e na administração? quanto haveria a dizer e que outros mais capazes certamente o dirão!

Foi este campineiro sem jaça, da mais nobre estirpe, mestre do Direito, acadêmico dos mais ilustres e de ilibada reputação, que veio a falecer a 22 de outubro p. passado, privando São Paulo e o Brasil de uma das suas figuras exponenciais. A Faculdade em que lecionou e a Academia que ilustrou certamente honrarão sua memória de maneira a deixar saliente toda a grandeza de sua personalidade. (30-11-1983.)

*

99. UM MESTRE DA BIBLIOGRAFIA

Em mais de uma ocasião tive oportunidade de afirmar que, se em cada Estado do Brasil houvesse alguém que se dispusesse a fazer o que Abeillard Barreto fez com o Rio Grande do Sul, seria imensamente facilitada a pesquisa histórica em nosso País. Só quem conhece a **Bibliografia Sul-Rio-Grandense**, constituída de dois alentados volumes totalizando mais de mil e quinhentas páginas, registrando e comentando por mais de dois mil títulos — e ainda restringindo-se a portugueses e estrangeiros que escreveram sobre o seu Estado — pode avaliar o que representa essa portentosa obra, modelo de pesquisa bibliográfica pelo critério com que foi elaborada, pela precisão na indicação das fontes, pela preocupação sempre demonstrada de facilitar o leitor, enfim com tudo aquilo que enriquece uma bibliografia, mas que é tão pouco freqüente em trabalhos dessa natureza no Brasil.

Há pouco mais de um mês, faleceu no Rio de Janeiro, onde viveu seus últimos anos, o grande mestre da bibliografia rio-grandense, que, por um sentimento de gratidão e de reconhecimento, evoco nestas linhas. Não tive o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, mas, não só tenho feito de sua obra preciosa ferramenta de trabalho, como tive oportunidade de, com ele, trocar diversas cartas e dele receber algumas ofertas preciosas de peças raras da bibliografia gaúcha.

A evocação de seu nome faz-me associar dois outros grandes empreendimentos a que Abeillard Barreto consagrou-se denodadamente: a Biblioteca Pública da cidade do Rio Grande (aliás sua cidade natal), uma das mais ricas do Brasil, superada apenas pela Nacional, do Rio de Janeiro, pois não sei de nenhuma outra, quer no Rio de Janeiro, quer em São Paulo, que se lhe compare. Biblioteca que mestre Abeillard considerava a “menina” de seus olhos, reerguendo-a a restaurando-a num momento de crise por que passou a Instituição. E, em segundo lugar, mas igualmente associada à Biblioteca Rio-Grandense, a publicação do “Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos”, preciosa publicação de que apenas

três números puderam sair, em 1939, 1940 e 1941, interrompendo-se em virtude do encarecimento da impressão causado pela guerra, segundo informa a Professora Helga Piccolo, em seu pequeno mas valioso artigo sobre "A História em publicações Sul-Riograndenses".

Num dos números desse "Boletim" encontra-se a publicação integral de um dos mais valiosos e raros escritos de mercenários da campanha contra Rosas: **A Índole da Legião Alemã de 1851 a serviço do Império do Brasil**, seguido de **Notícias e indicações para emigrantes que se destinem ao Rio Grande do Sul**, publicado na Alemanha em 1853, sem indicação de autor, mas presumivelmente atribuído ao Major von Lemmers-Danforth. Só a divulgação deste trabalho compensou a publicação, infelizmente sem prosseguimento, do hoje raríssimo "Boletim do Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos" (7-12-1983.)

*

* * *

ÍNDICES DOS NÚMEROS 109 A 112

(Ano XV, 1983)

- 109 – janeiro/março – págs. 1 a 88.
 110 – abril/junho – págs. 89 a 180.
 111 – julho/setembro – págs. 181 a 280.
 112 – outubro/dezembro – págs. 281 a 384.

ÍNDICE DE AUTORES

- ALEXANDRE III – Reconhecimento do Reino de Portugal – 163.
 ATHAYDE, Austregésilo de – Cem anos de Oliveira Viana – 290.
- BARROS, F. Borges de – O governo de D. João de Lencastro, a Estrada do Maranhão e o segundo Dias de Ávila – 367.
 BASTOS, Wilson Lima – Discurso na inauguração da Academia Juiz-Forana de Letras – 259.
 BASTOS, Wilson Lima – Dois livros de Brasil Bandecchi – 233.
 BATTISTONI FILHO, Duílio – Arquitetura de Ramos de Azevedo em Campinas – 119.
 BRAGA, Rubem – Um rapazinho chileno vê o Rio – 313.
 BRITTO, Nabor Cayres de – Um marco entre 22 e 45 – 230.
 BRUNO, Ernani Silva – Crônicas de um passado que é preciso reviver – 131.
- CANECA, Frei – A Revolução de 1817 – 162.
 CARVALHO, Roberto Machado – O Padre Bento: apóstolo e caridade – 323.
 CASTRO, José Ricardo – Pelotas luta para preservar história – 146.
 COMTE, Augusto – Sobre a escravidão moderna – 75.
- DEBES, Cílio S. – O Presidente Campos Sales na Europa – 233.
 DERENGOSKI, Paulo – Marxismo, adeus – 109.
 DONATO, Hernani – Ledo: pensamento e ação nas lutas da Independência – 211.
- FÁY, David – Notícias do Maranhão – 73.
 FLORENÇANO, Paulo C. – Taubaté e seu Arquivo Histórico Municipal – 64.
 FLORENCE, Arnaldo Machado – Sesquicentenário da Expedição Langsdorff – 28.
 FLORES, Moacyr – O germanismo de Carlos von Koseritz – 215.
 FRANCHETTI, Paulo – Anarquistas e Literatos – 294.
 FROTA, Luciara S. de Aragão e – Importante obra sobre o Movimento de 1964 – 236.
- JUDAS MACABEU – Os romanos – 268.
- LEITE, Rogerio C. Cerqueira – Vivaldi triunfante na ópera – 354.
 LEMOS JÚNIOR, José Antônio de – Origens paulistas do Sul de Minas – 16.
 LITJENS, J. – A viagem de um navio holandês ao Brasil – 44.
- MADRE DE DEUS, Fr. Gaspar da – Jesuítas no Brasil – 165.
 MARCHIORI, Iberê – Velhos casarões falam do passado de Rio Grande – 254.

- MATOS, Odilon Nogueira de – A Cadeira nº 2 da “Campinense” – 371.
MATOS, Odilon Nogueira de – A propósito de História Ibérica – 178.
MATOS, Odilon Nogueira de – Alberto Ginastera e Peter Menin – 264.
MATOS, Odilon Nogueira de – Barão de Serro Largo – 276.
MATOS, Odilon Nogueira de – Bernardino José de Souza – 271.
MATOS, Odilon Nogueira de – Charles Ribeyrolles e Victor Frond – 82.
MATOS, Odilon Nogueira de – Compositor alemão que desaparece – 356.
MATOS, Odilon Nogueira de – Da significação de “Letras” – 87.
MATOS, Odilon Nogueira de – Diário de Paixão e Dores – 85.
MATOS, Odilon Nogueira de – Duas grandes figuras do nacionalismo musical – 151.
MATOS, Odilon Nogueira de – Em memória de Souza Lima – 153.
MATOS, Odilon Nogueira de – Escola de Sociologia e Política de São Paulo – 281.
MATOS, Odilon Nogueira de – Estrada de pequenos ramais – 278.
MATOS, Odilon Nogueira de – Figuras da Independência – 370.
MATOS, Odilon Nogueira de – Francisco Borges de Barros – 363.
MATOS, Odilon Nogueira de – Frei Gaspar da Madre de Deus – 168.
MATOS, Odilon Nogueira de – Grande campineiro que desaparece – 372.
MATOS, Odilon Nogueira de – Itinerário de uma vida – 176.
MATOS, Odilon Nogueira de – Lembrança de um filósofo da História – 1.
MATOS, Odilon Nogueira de – Literatura de folhetos – 275.
MATOS, Odilon Nogueira de – Livro que Campinas merecia – 174.
MATOS, Odilon Nogueira de – Mais uma revista na PUCAMP – 173.
MATOS, Odilon Nogueira de – No tempo do trem – 277.
MATOS, Odilon Nogueira de – Novo livro de Dom Amaury – 172.
MATOS, Odilon Nogueira de – O clero na política imperial – 175.
MATOS, Odilon Nogueira de – O primeiro bispo de Campinas – 357.
MATOS, Odilon Nogueira de – O romântico e diabólico Paganini – 152.
MATOS, Odilon Nogueira de – Pedro Taques, 79.
MATOS, Odilon Nogueira de – Pelo Sul do Brasil – 181.
MATOS, Odilon Nogueira de – Prefácio a um livro sobre Aparecida – 89.
MATOS, Odilon Nogueira de – Profetas em concerto para violino – 69.
MATOS, Odilon Nogueira de – “Quem tem medo de Stravinsky ?” – 150.
MATOS, Odilon Nogueira de – Recordando as “Monções” – 279.
MATOS, Odilon Nogueira de – Relatório sobre a Academia Campinense de Letras – 55.
MATOS, Odilon Nogueira de – Relatório sobre a Academia Paulista de História – 58.
MATOS, Odilon Nogueira de – Revista que estava faltando – 87.
MATOS, Odilon Nogueira de – Rodrigues Alves e as ferrovias – 179.
MATOS, Odilon Nogueira de – Tratamento madrigalesco de uma viagem fluvial – 67.
MATOS, Odilon Nogueira de – Um mestre da Bibliografia – 373.
MATOS, Odilon Nogueira de – Um ministro suíço no Brasil – 84.
MATOS, Odilon Nogueira de – Um pastor metodista – 83.
MATOS, Odilon Nogueira de – Uma rapsódia italiana – 68.
MATOS, Odilon Nogueira de – Uma rua chamada “Funilense” – 265.
MATOS, Odilon Nogueira de – Uma “Tribuna” alcança o centenário e outra aproxima-se dele – 61.
MATOS, Odilon Nogueira de – Valioso depoimento sobre a invasão paraguaia no Brasil – 177.
MENDES, José de Castro – O Cine República – 71.
MERQUIOR, José Guilherme – Interpretações da América Latina – 198.

- MOREIRA, Vivaldi – Discurso na inauguração da Academia Juiz-Forana de Letras – 256.
- MOREIRA, Vivaldi – O sentido da História – 285.
- OBINO, Aldo – Trezentos anos de Rameau – 149.
- OLIVEIRA, Almir de – Karl Marx – 227.
- OLIVEIRA, Almir de – Os períodos históricos de Juiz de Fora – 5.
- OLIVEIRA, José da Veiga – Walton, um grande compositor – 262.
- OLIVEIRA, Paulino de – Fundadores de Juiz de Fora – 326.
- OLIVEIRA, Paulino de – Historiadores de Juiz de Fora – 134.
- PIRES, Mário – Centenário de Plínio Barreto – 93.
- PETRELLI, João B. – Limeira cultiva memória de seu pioneiro industrial – 145.
- POMPEU, Paulo – Campinas e sua imprensa nos velhos tempos de 30 – 160.
- PORTUGAL, Henrique F. – O movimento constitucionalista de 32 em Minas Gerais – 328.
- PUPO, Benedito Barbosa – Iberê Gomes Grosso – 349.
- PUPO, Celso Maria de Mello – Ernesto de Souza Campos em Campinas – 113.
- QUEIRÓS, Eça de – Em defesa de “O Primo Basílio” – 359.
- REVERBEL, Carlos – Zeca Neto no “Diário” de Cecília – 106.
- REY, Luiz Roberto Saviani – Gramsci é tema de mestrado na Unicamp – 62.
- RIBEIRO JÚNIOR, João – A “Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro”: um caso de nacionalismo econômico – 315.
- RIBEIRO JÚNIOR, João – Em torno de Toynbee – 126.
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – Estrangeiros que escreveram sobre o Rio de Janeiro – 46.
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – O pensamento latino-americano sob Mariátegui – 208.
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – Seria aceitável uma proposta comtista na atual conjuntura? – 3.
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel – Um projeto alternativo para a colonização portuguesa: a reforma agrária no Brasil colônia – 288.
- ROY, Teresa M. Malatian – O Trono e o Altar – 212.
- SANTOS, Paulo da Silveira – Madre Theodora de Voiron – 235.
- SANTOS, Paulo da Silveira – Os magnatas do tráfico negreiro – 292.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro – Nota sobre “História da Faculdade de Medicina da Paraíba”, de Humberto C. Nóbrega – 50.
- SENA, Consuelo Pondé de – A Biblioteca de Frederico Edelweiss – 319.
- SOUZA, Bernardino José de – Bandeira – 273.
- SYLOS, Honório de – 9 de Julho e a Guerra dos Farrapos – 221.
- TAQUES, Pedro – Perfil de Amador Bueno – 77.
- TEJO, Limeira – Há 50 anos Hitler subia ao poder – 101.
- TILL, Rodrigues – A história da Revolução – 310.
- VIANA, Oliveira – Centros de idealismo político – 358.
- VILLAÇA, Antônio Carlos – Do agnosticismo ao catolicismo militante – 301.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

ACADEMIA Sorocabana de Letras: número especial sobre a Revolução de 1932 – 142.

- AGUIAR, Pinto de – Nordeste: drama das secas – 239.
AMARAL, Antônio Barreto do – José Carlos de Macedo Soares – 330.
ANAIS da 1ª Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – 143.
ANAIS da Quarta Reunião de Positivistas – 136.
ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vol. 6 – 338.
ANAIS do Seminário de Tropicologia – 330.
ANDRADE, Manuel C. de – Geografia, antropologia e história em José Américo – 48.
ANUÁRIO do Museu Imperial, v. 36 – 250.
ARQUIVO: Boletim histórico e informativo – 143 e 250.
AVILA, Antônio d' – Deodato Ferreira Leite, o franciscano – 331.
- BANDECCHI, Brasil – A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal – 233.
BANDECCHI, Brasil – A Liga Nacionalista – 233.
BANDECCHI, Brasil – Ledo: pensamento e ação nas lutas da Independência – 211.
BARBANTI, Maria Lúcia – Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo – 48.
BARRETO, Maria Teresinha S. – Poloneses em Santa Catarina – 239.
BELLOTTO, Manoel L. – Mariátegui: gênese de um pensamento latino-americano – 208.
BERGER, Paulo – Bibliografia do Rio de Janeiro – 46.
BIB – vol. 13 – 250.
BOLETIM de Geografia Teórica – 53 e 338.
BOSSLE, Ondina – Henrique Lage e o desenvolvimento sul-catarinense – 239.
BRUNO, Ernani Silva – Memória da cidade de São Paulo – 49.
- CADERNOS do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, v. 17 – 251.
CARTILHA de Uruguiana – 140.
CARVALHO, Cgo. J. G. Vidigal de – Ideologia e raízes sociais do clero da Conjução – 240.
CARVALHO, Cgo. J. G. Vidigal de – Temas oratórios – 240.
CARVALHO, Cgo. J. G. Vidigal de – Temas filosóficos – 240.
CARVALHO, Cgo. J. G. Vidigal de – Temas sociais – 240.
CASTANHO, D. Amaury – Iniciação à leitura da Bíblia – 172.
CENTRO de Estudos Portugueses: boletim informativo – 338.
CIÊNCIA e Trópico – 338.
CLERO no Parlamento Brasileiro (0) – 175.
COLLIER, David (org.) – O novo autoritarismo na América Latina – 241.
COMUNICARTE – 173 e 251.
CORRÊA, Ana Maria Martinez – Mariátegui: gênese de um pensamento latino-americano – 208.
CORRÊA, Carlos Humberto – Os governantes de Santa Catarina – 242
COSTA, F. A. Pereira da – Arredores do Recife – 243.
COUTO, Domingos Loreto – Desagravos do Brasil e glórias de Portugal – 49.
- DEL FIORENTINO, Terezinha A. – Prosa de ficção em São Paulo – 332.
DIMAS, Antônio – Rosa Cruz – 136.
DREIFUSS, René A. – 1964: a Conquista do Estado – 236.
- ENCICLOPÉDIA DE ESTUDOS EUCLIDIANOS, vol. I – 137.
ESTUDOS Ibero-Americanos – 53, 251 e 339.
ESTUDOS Leopoldenses – 281.
- FERNANDES, Aníbal – Estudos Pernambucanos – 333.

- FLORES, Hilda A. H. – Canção dos Imigrantes – 333.
 FONSECA, Walter – Fonseca, uma família e uma história – 244.
- GARCIA, Emanuel S. V. – O comércio ultramarino espanhol no Prata – 244.
 GAY, J. P. – Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai – 177.
 GEOGRAFIA – out. de 1982 – 251.
 GOUVEIA, Fernando da Cruz – Uma conjuração fracassada e outros ensaios – 245.
- HARDMAN, Francisco Foot – Nem pátria, nem patrão! – 294.
 HISTÓRIA, v. 1 – 339.
 HISTÓRIA: Questões e Debates, nºs 3 e 4 – 144 e 339.
 HÜBENER, Laura – O comércio da cidade do Desterro – 245.
- INFANTOSI – A Escola na República Velha – 245.
 ISABELLE, A. – Viagem ao Rio Grande do Sul – 335.
- JOBIM, Leopoldo – Reforma agrária no Brasil colônia – 288.
- LAZZAROTTO, Danilo – Os capuchinhos na história de Ijuí – 246.
 LETRAS – 85 e 86.
 LEVANTAMENTO de fontes sobre a Revolução Farroupilha – 336.
 LIMA, João de Souza – Moto Perpétuo – 247.
- MACHADO, Côn. João Corrêa – Aparecida na história e na literatura – 89.
 MADUREIRA, A. de Sena – Guerra do Paraguai – 138.
 MAIA, Carlos Leite – 50 anos de AIP – 337.
 MELLO, José Octávio – Geografia, antropologia e história em José Américo – 48.
 MELLO, Mellilo M. de – Na Cadeira Visconde de Taunay – 139.
 MONTEIRO, Tobias – O presidente Campos Sales na Europa – 223.
 MOREIRA, Maria Eunice – O regionalismo na literatura rio-grandense – 247.
 MUSEU Municipal de Paulínia (Publicações do) – 144 e 251.
- NABUCO, Maurício – Reflexões e reminiscências – 248.
 NOBREGA, Humberto C. – História da Faculdade de Medicina da Paraíba – 50.
 NUNES, Maria Thetis – Geografia, antropologia e história em José Américo – 48.
- PAIXÃO E DORES – Diário da Armada da Independência – 85.
 PAULA, Rubem Descartes G. de – A explosão demográfica, as possibilidades da terra e do homem, a pobreza e a miséria – 3.
 PEREIRA, Nilo – Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil – 337.
 PINHEIRO, Célio (coord.) – 80 anos de “Os Sertões” – 141.
 PIRES, Mário – Campinas, sementeira de ideais – 248.
 PROCESSO revolucionário de 1930 (0) – 51.
 PUPO, Celso Maria de Mello – Campinas, um município no Império – 174.
- REFLEXÃO, nº 25 – 340.
 REVISTA Brasileira de Estudos Políticos, nº 56 – 252.
 REVISTA Brasileira de Sociologia – 144.
 REVISTA de Antropologia – 53 e 252.
 REVISTA do Departamento de Geografia – 54.
 REVISTA do ICHL (Goiânia) – 54.
 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 331 – 340.
 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – 54.

RIBEYROLLES, Charles – Brasil pitoresco – 82.
 RODRIGUES, José Honório – O Parlamento e a consolidação do Império – 142.
 ROSALES, Vicente Perez – Recuerdos del pasado – 313.

SALVADOR, J. G. – Os magnatas do tráfico negreiro – 292.
 SANTOS, Messias do Amaral – O Cavaleiro do Evangelho – 83.
 SANTOS, Sílvio C. (org.) – O índio perante o Direito – 249.
 SILVEIRA, Alcântara – F-tudos literários e biográficos – 51.
 SOCIOLOGIA, nºs 30 e 31 – 252.

TAUNAY, Afonso de – À glória das monções – 279.
 TAUNAY, Afonso de – Grandes vultos da Independência – 370.
 TEMPO e Sociedade, vol. 1 – 340.
 TERRA, Ruth Brito Lemos – Fundos Villa Lobos – 275.
 THÖN, Arlindo – Manoel Pereira Brodt – 250.

VALE, Manuel Pereira do – Deodato Ferreira Leite, o franciscano – 331.
 YAMASHIRO, José – História dos Samurais – 52.

TEXTOS E SELEÇÕES

ALEXANDRE III – Reconhecimento do reino de Portugal – 163.
 BARROS, F. Borges de – O governo de D. João de Lencastro, a Estrada do Maranhão e o segundo Dias de Ávila – 367.
 CANECA, Frei – A revolução de 1817 – 162.
 CASCAIS, Marquês de – São Paulo, sede do governo da Capitania – 268.
 COMTE, Augusto – Sobre a escravidão moderna – 75.
 FAY, David – Notícias do Maranhão – 73.
 MADRE DE DEUS, Fr. Gaspar da – Jesuítas no Brasil – 165.
 Os romanos vistos por Judas Macabeu.
 QUEIRÓS, Eça de – Em defesa de “O Primo Basílio” – 359.
 SOUZA, Bernardino José de – Bandeira – 273.
 TAQUES, Pedro – Perfil de Amador Bueno – 77.
 VIANA, Oliveira – Centros de idealismo político – 358.

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Bernardino José de Souza – 271.
 Francisco Borges de Barros – 363.
 Frei Gaspar da Madre de Deus – 168.
 Pedro Taques de Almeida Pais Leme – 79.

NOTICIÁRIO

A luta para resgatar as obras de Carlos Gomes – 343.
 A velha “Ingleza”, tema de mestrado – 345.
 Academia Campinense de Letras – 55.
 Academia Juiz-Forana de Letras – 256.
 Academia Paulista de História – 55.
 Centenário da Livraria do Globo – 348.
 Centenário da “Tribuna do Norte” – 61.
 Centenário de Hélio Lobo – 347.
 Gaúchos rendem homenagem a um educador metodista – 261.
 Gramsci é tema de mestrado na Unicamp – 62.

- Iberê Gomes Grosso – 349.
 Limeira cultiva memória de seu pioneiro industrial – 145.
 Nonagésimo aniversário da “Tribuna do Povo” – 61.
 Os 35 anos de “Letras da Província” – 343.
 Os 20 anos de atividades do Instituto de Estudos Brasileiros – 341.
 Paulo da Silveira Santos – 346.
 Pelotas luta para preservar história – 146.
 Quatro centenários (Macedo Soares, Albino Esteves, Marcondes de Souza e Euclides de Figueiredo) – 351.
 Taubatê e seu Arquivo Histórico – 64.
 Velhos casarões falam do passado de Rio Grande – 254.

MEMÓRIA CAMPINEIRA

- Campinas e sua imprensa nos velhos tempos de 30 – 160.
 O Cine República – 71.
 O primeiro bispo de Campinas – 357.
 Uma rua chamada “Funilense” – 265.

UM POUCO DE MÚSICA

- Alberto Ginastera e Peter Menin – 264.
 Compositor alemão que desaparece (W. Egk) – 356.
 Duas grandes figuras do nacionalismo musical – 151.
 Em memória de Souza Lima – 153.
 O romântico e diabólico Paganini – 152.
 Profetas em concerto para violino – 69.
 “Quem tem medo de Stranvinsky” ? – 150.
 Tratamento madrigalesco de uma viagem fluvial – 67.
 Trezentos anos de Rameau – 149.
 Uma rapsódia italiana – 68.
 Vivaldi triunfante na ópera – 354.
 Walton, um grande compositor – 262.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Abeillard Barreto – 373.
 Academia Campinense de Letras – 55.
 Academia Juiz-Forana de Letras – 256.
 Academia Paulista de História – 58.
 Amador Bueno – 77.
 América Latina – 198.
 Aparecida – 89.
 Ataliba Nogueira – 372.
 Bandeira – 273.
 Barão de Serro Largo – 276.
 Bernardino José de Souza – 271.
 Brodt, M. Pereira – 250.
 Campinas – 71, 119, 160, 174, 248, 265, 357.
 Campos Sales – 223.
 Casella – 68.
 Castanho, D. Amaury – 172.

- Castelnuovo-Tedesco – 69.
Chaves, Otília de Oliveira – 176.
Cine República – 71.
Comunicarte – 172.
Conjuração mineira – 240.
- D. João Nery – 357.
Demografia – 3.
- Economia portuguesa – 315.
Ensino em São Paulo – 245.
Ernesto de Souza Campos – 113.
Escola de Sociologia e Política de São Paulo – 281 .
Escravidão – 75, 292.
Esteves, Albino – 351.
Faculdade de Medicina da Paraíba – 50.
Ferrovias – 179, 277, 278, 345.
Figueiredo, Euclides de – 351.
Franca – 22.
Francisco Borges de Barros – 363.
Frei Gaspar – 168.
Freyre, Gilberto – 330.
Fronde, Victor – 82.
Funilense – 265.
- Genealogia – 244.
Ginastera – 264.
Gomes, Carlos – 143.
Gonçalves Ledo – 211.
Gramsci – 62.
Grosso, Iberê Gomes – 349.
Guerra do Paraguai – 177.
- Heráldica – 244.
História Ibérica – 178.
História da América Espanhola – 244.
História de Portugal – 163.
História do Nordeste – 267.
História Política – 212, 230, 233, 358.
História Romana – 268.
Historiografia – 285.
- Ijuí – 246.
Igreja – 175, 212, 240.
Imprensa – 22, 61, 160, 337.
Independência – 370.
Índios – 249.
Instituto de Estudos Brasileiros – 341.
Juiz de Fora – 5, 134, 256, 259, 326.
- Kodaly – 151.
- “Letras” – 87.

- “Letras da Província” – 345.
Leite, Deodato Ferreira – 331.
Leite, Rogerio C. Cerqueira – 371.
Liga Nacionalista – 233.
Limeira – 145, 345.
Literatura – 131, 275, 247, 294, 332, 359.
Livraria do Globo – 348.
Macedo Soares – 330, 351.
Maçonaria – 233.
Madre Teodora – 235.
Maranhão – 73.
Marcondes de Souza – 351.
Mariátegui – 208.
Marx – 109, 227.
Menin, Peter – 264.
Mogiana – 278.
Monções – 278.
Movimento de 1964 – 236.
Nazismo – 101.
Nordeste – 239.
Oliveira Viana – 290.
Paganini – 152.
Paixão e Dores – 85.
Pelotas – 146.
Pernambuco – 243, 245, 333, 337.
Piper, Otto – 1.
Plínio Barreto – 93.
Rameau – 149.
Ramos de Azevedo – 119.
Recife – 243.
Reforma agrária – 288.
Revolução Constitucionalista – 221, 328.
Revolução Farroupilha – 221, 310, 328.
Revolução de 1817 – 162.
Ribeyrolles – 82.
Rio Grande – 254.
Rio Grande do Sul – 246, 333, 335, 338.
Rodrigues Alves – 179.
Santa Catarina – 242, 245, 239.
Santos, Messias Cesário dos – 83.
Santos, Paulo da Silveira – 246.
Schisler, William – 261.
Souza Lima – 153.
Stravinsky – 150.
Sul de Minas – 16.
Szymanowski – 151.
Taqes, Pedro – 79.
Taubaté – 64.
Taunay, Afonso de – 278.
Toynbee – 126.
Tschudi – 84.
Viagens – 181.
Viajantes estrangeiros – 44, 46, 313.
Vivaldi – 345.
Walton – 262.
Werner Egk – 356.
Zeca Neto – 106.

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

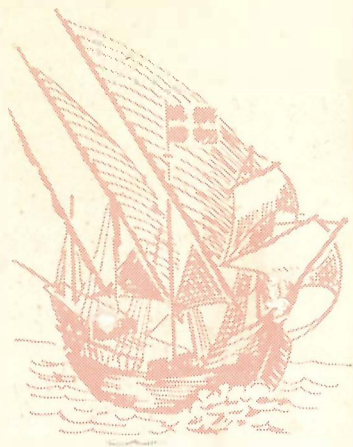
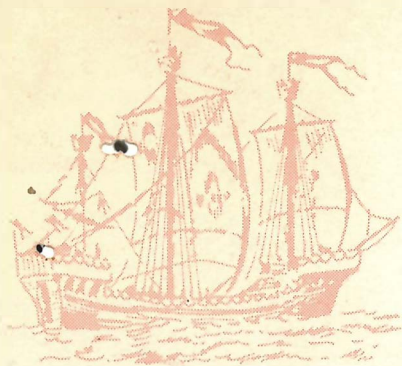
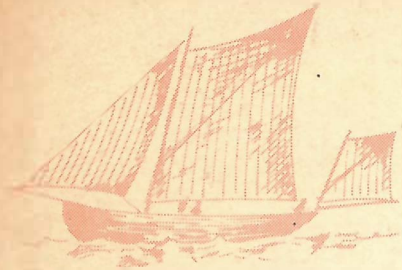
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Informática
- c) Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- d) Colégio de Aplicação "Pio XII"



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

